

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

**PROJETO MULTISSETORIAL
PARA O DESENVOLVIMENTO
DO PARANÁ**

**RELATÓRIO DE
MONITORAMENTO
1º Semestre de 2017**

(Acordo de Empréstimo nº8.201-BR)



2017

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Alberto Richa - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL (SEPL)

Juracir Barbosa Sobrinho - *Secretário*

Rosângela Heinz Gavinho Ferraz - *Diretora Geral*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES)

Júlio Takeshi Suzuki Jr - *Diretor-Presidente*

Daniel Nojima - *Diretor do Centro de Pesquisa*

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB)

Norberto Anacleto Ortigara - *Secretário*

Otamir Cesar Martins - *Diretor Geral*

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER)

Rubens Ernesto Niederheitmann - *Diretor-Presidente*

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (SEMA)

Antonio Carlos Bonetti - *Secretário*

Paulino Heitor Meixa - *Diretor Geral*

INSTITUTO DE TERRAS CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS (ITCG)

Amílcar Cavalcante Cabral - *Diretor-Presidente*

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP)

Luiz Tarcísio Mossato Pinto - *Diretor-Presidente*

INSTITUTO DE ÁGUAS DO PARANÁ (AGUASPARANÁ)

Iram de Rezende - *Diretor-Presidente*

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEED)

Ana Seres Trento Comin - *Secretária*

Edmundo Rodrigues da Veiga Neto - *Diretor Geral*

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA)

Michele Caputo Neto - *Secretário*

Sezifredo Paulo Alves Paz - *Diretor Geral*

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFA)

Mauro Ricardo Machado Costa – *Secretário*

George Hermann Rodolfo Tormin – *Diretor Geral*

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)

Fernando Ghignone- *Secretário*

George Cesar Rodolfo Tormin - *Diretor Geral*

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

Adilson Castilho Casitas - *Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil*

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

Nestor Bragagnolo - *Coordenador Geral do Projeto (SEPL)*

Tobias de Freitas Prando - *Coordenador Adjunto do Projeto (SEPL)*

EQUIPE TÉCNICA DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROJETO - UGP/SEPL

Adriana T. Bora, Heilanny Hundsdorfer, José Carlos Espinoza Aliaga, Julia Carolina Rubel, Lucas Rodrigues Maciel, Lucas Garcia Ferreira Martins, Nayara Lobo Carneiro Galera, Ricardo Fernandes Bezerra, Sandra Cristina Lins dos Santos, Sirlei Barchik e Sônia Maria dos Santos.

EQUIPE TÉCNICA IPARDES

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO (Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas)

Katia Terezinha Patrício da Silva - *Coordenação*

Valéria Villa Verde Reveles Pereira - *Coordenação Adjunta*

Angelita Bazzoti - *Socióloga*

Ciro Cezar Barbosa - *Economista*

Rafaela Amorim - *Economista*

EDITORIAÇÃO

Maria Laura Zocolotti - *Supervisão editorial*

Claudia F. B. Ortiz - *Revisão de texto*

Ana Rita Barzick Nogueira e Léia Rachel Castellar - *Editoração eletrônica*

Stella Maris Gazziero - *Projeto gráfico, diagramação e capa*

Maria Rosa Davin - *Normalização bibliográfica*

LISTA DE SIGLAS

AGE – Administração Geral do Estado
AIHs – Autorização de Interação Hospitalares
AGUASPARANÁ – Instituto das Águas do Paraná
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BIC - Bank Identifier Code
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM - Banco Mundial
CAA – Coordenação de Articulação Acadêmica
CAFE - Coordenação da Administração Financeira do Estado
CDG - Coordenadoria de Desenvolvimento
CEDRAF- Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
CEGERD – Centro Estadual de Gestão de riscos e Desastres
CEMA – Conselho estadual de Meio Ambiente
CGE – Controladoria Geral do Estado
CELEPAR - Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná
CEPDEC – Coordenadoria Estadual de Proteção e defesa Civil
CEPRODEC – Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil
CM - Casa Militar
CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
COSIT – Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Telecomunicação
COP - Coordenadoria de Orçamento e Programação
COPEL – Companhia Paranaense de Energia
CRH – Sistema de cadastro de Recursos Hídricos
DEAM – Departamento de Administração de Material da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência Administração
DDF - Declaração de Disponibilidade Financeira
DDO - Declaração de Disponibilidade Orçamentária
DEA – Declaração de Emissão Ambiental
DLAE – Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual
DLIs - Disbursement Linked Indicators
DOE - Diário Oficial do Estado
e-COP - Sistema Orçamentário do Estado
EEP - Eligible Expenditure Programs
EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPPI - Estratégia de Participação dos Povos Indígenas
FNDE/MEC – Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GAS - Grupo Administrativo Setorial

GFS - Grupo Financeiro Setorial
GPS - Grupo de Planejamento Setorial
IAP - Instituto Ambiental do Paraná
IDS – Coeficiente de Indicadores de Desembolso
IDE – Infraestrutura de Dados Especiais Ambientais
IBAN - International Bank Account Number
ICB - International Competitive Bidding
IFR - Interim Financial Report
INTOSAI - International Organization of Supreme Audit Institutions
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPVA – Imposto sobre propriedades de Veículos Automotores
ITCG - Instituto de Terras, Cartografia e Geociências
ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação
LAS - Licença Ambiental Simplificada
LI - Licença de Instalação
LO - Licença de Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LPI - Licitação Pública Internacional
LPN - Licitação Pública Nacional
MI – Ministério da Integração Nacional
MOP - Manual Operativo do Projeto
NRE - Núcleo Regional de Educação
ONGs - Organizações Não Governamentais
PAD - Project Appraisal Document
PAIC – Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa
PDE - Programa de Desenvolvimento da Educação
PDO – Objetivo de Desenvolvimento do Projeto
PGEs - Programa de Gastos Elegíveis
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
POP – Planos Operativos Plurianuais
PPA - Plano Plurianual
PPRI - Planos Pontuais de Reassentamento Involuntário
PRED – Paraná Edificações
QPPE - Quadro Próprio do Poder Executivo
RMM – Redução da Razão de Mortalidade Materna
RMT – Revisão de Meio Termo
SADT – Serviço Auxiliar Diagnóstico e Terapia
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SAEP – Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná

SAFE – Sistema Administrativo Financeiro
SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
SEAP - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
SEAIN – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
SEDEC – secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
SEED - Secretaria de Estado da Educação
SEEG - Secretaria de Estado de Governo
SEFA - Secretaria de Estado da Fazenda
SEI - Sistema Estadual de Informações
SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEPL - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
SESA - Secretaria de Estado da Saúde
SESAI – Secretaria especial da Saúde da População Indígena
SIAF - Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro
SIGARH – Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos
SGT – Sistema de Gestão Tributária
SIGMA-PP – sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Acompanhamento de Programas e Projetos
SIMEPAR - Sistema Meteorológico do Paraná
SINASC – Sistema de Informações Sobre Nascidos Vivos
SINPDEC – Sistema Nacional de Proteção a Defesa Civil
SIPREC – Sistema de Previsão e Estimativa de Chuva
SISATER – Sistema de Programação e Registros das Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural
SISPRENATAL - Sistema de Acompanhamento do Programa de Humanização
SOEs - Customized Statement of Expenses – Customized
SUDE - Superintendência de Desenvolvimento Educacional
SUEDE - Superintendência da Educação
SUS - Sistema Único de Saúde
SDP – Solicitação de Proposta
SGBH – Subsistema de Gestão de Bacias Hidrográficas
SMI – Solicitação de Manifestação de Interesse
SMRH – Sistema de Monitoramento de Recursos Hídricos
STN – Secretaria do tesouro Nacional
SWAp - Sector Wide Approach
TCE - Tribunal de Contas do Estado
TORs – Termo de Referência
UBS - Unidade Básica de Saúde
UGP - Unidade de Gerenciamento do Projeto
UTI – Unidade de Terapia Intensiva
UTP – Unidade Técnica do Programa

INTRODUÇÃO

O Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná, objeto do Acordo de Empréstimo entre o Governo do Estado e o Banco Mundial (nº 8201 - BR), tem como fundamento a promoção do acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico e humano mais equitativo e ambientalmente sustentável Estruturado em dois componentes: Componente 1 - Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano, englobando nove programas finalísticos; e Componente 2 - Assistência Técnica para Gestão Pública mais Eficiente e Eficaz, envolve cinco setores: desenvolvimento rural, meio ambiente, saúde, educação e gestão do setor público.

A execução do projeto está sob a responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Paraná, por meio da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) a qual tem entre suas principais atribuições coordenar e supervisionar as atividades da execução, monitorar, avaliar e produzir os relatórios de desempenho com base em um conjunto de indicadores acordados com o Banco.

O financiamento firmado com o Banco Mundial em 12 de dezembro de 2013 teve sua efetividade obtida em 13 de janeiro de 2014, e adota uma modalidade setorial ampla denominada em inglês de Sector Wide Approach (SWAp). Constitui um tipo de financiamento inédito para Estado, em que há o comprometimento com investimentos estratégicos em setores que promovam o desenvolvimento econômico e social. Nesse arranjo, os programas do Componente 1 foram assumidos como iniciativas orçamentárias no Plano Plurianual 2012-2015 e no de 2016 a 2019. Esta modalidade de empréstimo exige do Mutuário um esforço de articulação, coordenação, monitoramento e avaliação junto às instituições executoras. Neste contexto, práticas de monitoramento e de avaliação adquirem maior relevância no âmbito do Projeto ao combinar a mensuração de metas físicas e financeiras por programa como condição para os Desembolsos previstos no âmbito do Acordo de Empréstimo.

No cumprimento de suas funções a UGP, com a cooperação técnica do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), apresenta de forma sistematizada e integrada o sexto relatório, referente ao segundo semestre de 2016.

Com o propósito de comunicar o andamento do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, este relatório contempla quatro seções além desta introdução. Inicialmente, faz-se uma breve referência aos Fatores Circunstanciais. A segunda seção, Indicadores de Monitoramento da Execução Física do Componente 1 - Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano, no cenário das referências básicas, expressa os resultados dos programas com os indicadores de produto formulados com a aplicação do Modelo Lógico e os indicadores de monitoramento considerados pelo Banco como de Desenvolvimento, Intermediário e de Desembolso e, no contexto, pontua aspectos relacionados à execução e ao desempenho dos indicadores. A terceira seção, em face de

configuração do financiamento, apresenta o gerenciamento e os indicadores de monitoramento do Componente 2 - Assistência Técnica para Gestão Pública mais Eficiente e Eficaz. Na quarta seção, o enfoque é dado à execução financeira, em que se apresenta uma situação analisada pelo Banco Mundial dos valores aplicados e do cumprimento dos indicadores físicos no período.

Espera-se com isso ter alcançado o objetivo de entregar um relatório técnico capaz de informar o que vem sendo executado. Esse relatório busca também estabelecer o diálogo entre os executores e contribuir para a transparência das políticas públicas, com a sua disponibilização no endereço eletrônico www.sepl.pr.gov.br.

1. FATORES CIRCUNSTANCIAIS

Para uma melhor compreensão do alcance dos indicadores apresentados neste relatório deve-se considerar o contexto em que se deu a execução dos mesmos, que assumiram maior relevância em decorrência dos ajustes acordados na Missão de Revisão de Meio Termo e firmados, por meio da assinatura do segundo termo aditivo ao Acordo de Empréstimo Nº 8201-BR, em 26 de maio de 2017.

Para esse relatório que corresponde ao primeiro semestre de 2017, os indicadores foram aferidos considerando o novo quadro de monitoramento. Estes indicadores, resultantes da Revisão de Meio Termo, foram incluídos no Manual Operativo do Projeto e dos Manuais Operativos dos Programas que foram encaminhados ao Banco Mundial.

Dentro deste contexto serão monitorados a partir deste relatório dois grupos de indicadores: (i) indicadores principais, em número de 34, que compõem o quadro de resultados e monitoramento do projeto; e, (ii) indicadores complementares, em número de 97. Tanto os indicadores principais como os complementares estão correlacionados com os cinco setores apoiados pelo Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

O procedimento adotado para elaboração do presente relatório (1º semestre de 2017) foi à solicitação do preenchimento das planilhas pelos executores, conforme o instrumento de coleta utilizado, ao qual se acrescentou questionamentos sobre o atual estágio da implementação, com o objetivo de que os executores refletissem sobre o desempenho das metas físicas e financeiras em relação ao programado e os fatores positivos e negativos que influenciam a execução. Este procedimento visa à obtenção de informações para a identificação das dificuldades e os principais gargalos que devem ser objeto de atenção do gerenciamento. A UGP/SEPL, recebe, consiste e consolida as informações em

relação às metas programadas no acordo de empréstimo e calcula e analisa os resultados alcançados.

Observa-se que no período foram analisados nove indicadores de desembolso e houve o cumprimento de resultando num indicador de desembolso de 0,333%, desempenho este, inferior ao verificado no período anterior que foi de 0,625% dos mesmos. O fato de não ter alcançado, no primeiro semestre de 2017, 100% dos indicadores ocorreu em função do atraso no processo de aprovação e assinatura da segunda reestruturação do Acordo de Empréstimo que previa a prorrogação do mesmo por mais 24 meses. Desta forma a concretização do termo aditivo do projeto condicionou a possibilidade de assinatura de contratos de consultoria (desenvolvimento de ferramentas de tecnologia da informação integrada - CGE – PR, desenvolvimento do sistema de informações para gestão ambiental e de recursos hídricos – SIGARH-AGUASPARANÁ, Desenvolvimento do Sistema de Gestão Tributária - SEFA), considerados indicadores de desembolso, pois o período de execução destes ultrapassava a data de encerramento do projeto original. Este fato não só atrasou o alcance dos indicadores deste semestre como os do último semestre de 2016.

Ainda, como tarefa estritamente gerencial para garantir as condições para a execução das ações dos programas foram realizadas as atividades administrativas e técnicas necessárias à continuidade e conclusão do processo de prorrogação do prazo do Acordo de Empréstimo em tramitação junto ao Banco Mundial, SEAIN, COFIEX e STN. Neste contexto, finalmente, em 26 de maio de 2017 foi formalizada a prorrogação do prazo de vigência do Acordo de Empréstimo e as demais alterações pleiteadas.

Salienta-se também que em seis de julho de 2017 realizou-se reunião do Comitê Gestor do Projeto e dos responsáveis pelos Programas em que foram discutidos os seguintes temas: (i) principais alterações do segundo Termo Aditivo do Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial assinado em 26 de maio de 2017; (ii) importância e papel do Comitê Gestor do Projeto e dos Responsáveis por Programas na execução do Projeto; (iii) balanço da execução financeira do Projeto no período de 2013 a 2016 e perspectivas 2017 a 2019; (iv) normas de aquisição – problemas detectados e orientações; (v) principais metas físicas acordadas para serem executadas no período de 2017 a 2019; (vi) implementação do Sistema de Gestão e Acompanhamento de Projetos e Programas – SIGMA-PP; e, (vii) reformulação dos Manuais Operativos em função da prorrogação do Acordo de Empréstimo.

QUADRO 1 - ORGANOGRAMA DO PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

| PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ | |
|---|--|
| COMPONENTE 1 PROMOÇÃO JUSTA E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HUMANO | COMPONENTE 2 ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ |
| SETOR 1 ou SUBCOMPONENTE 1.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL | SETOR 5 GESTÃO DO SETOR PÚBLICO |
| 1.1.1 Programa Desenvolvimento Econômico Territorial (SEAB, EMATER, ITCG) | SUBCOMPONENTE 2.1 Qualidade Fiscal (SEPL e SEFA) |
| 1.1.2 Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias (SEAB, EMATER e AGUASPARANÁ) | SUBCOMPONENTE 2.2 Modernização Institucional (SEPL, SEAP, IPARDES e CGE) |
| SETOR 2 ou SUBCOMPONENTE 1.2 GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES | |
| 1.2.1 Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (SEMA, IAP e ÁGUASPARANÁ) | |
| 1.2.2 Programa Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos (SEMA, IAP, AGUASPARANÁ E DEFESA CIVIL) | |
| SETOR 3 ou SUBCOMPONENTE 1.3 EDUCAÇÃO | SUBCOMPONENTE 2.3 Gestão mais Eficiente dos Recursos Humanos (SEPL e SEAP) |
| 1.3.1 Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem (SEED) | |
| 1.3.2 Programa Formação em Ação (SEED) | |
| 1.3.3 Programa Renova Escola (SEED/ FUNDEPAR) | |
| SETOR 4 ou SUBCOMPONENTE 1.4 SAÚDE | SUBCOMPONENTE 2.4 |
| 1.4.1 Programa Rede de Urgência e Emergência (SESA) | |
| 1.4.2 Programa Rede Mãe Paranaense (SESA) | |
| | SUBCOMPONENTE 2.5 Apoio à Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (SEPL, SEMA, ITCG, AGUASPARANÁ e IAP) |
| | SUBCOMPONENTE 2.6 Apoio à Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos (SEPL, SEMA, CASA MILITAR/DEFESA CIVIL, IAP e AGUASPARANÁ) |
| | SUBCOMPONENTE 2.7: Educação (SEPL e SEED/FUNDEPAR) |
| | SUBCOMPONENTE 2.8 Saúde (SEPL e SESA) |

2. INDICADORES DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO FÍSICA DO COMPONENTE 1 - PROMOÇÃO JUSTA E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HUMANO

Esta seção focaliza o conjunto de indicadores de execução física para os programas finalísticos que integram o Componente. Assim, os programas serão apresentados por setor com os quadros de acompanhamento dos indicadores devidamente contextualizados. O quadro-resumo de execução financeira e os diagramas com as referências básicas dos programas serão apresentados como cenário para o acompanhamento dos mesmos.

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - SETOR 1

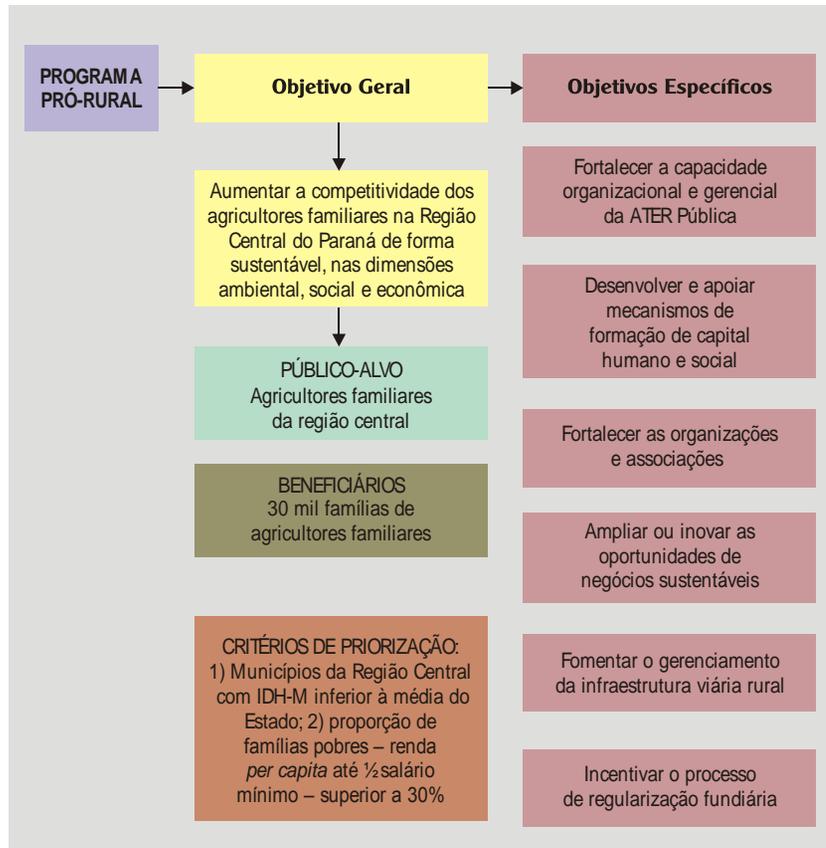
O setor 1 volta-se ao compromisso de aumentar a participação dos agricultores familiares em atividades agrícolas mais rentáveis, apoiando a organização, o planejamento e práticas ambientais, sociais e econômicas sustentáveis e assim contribuir para a diminuição das diferenças regionais.

As ações do setor estão estruturadas em dois programas: Desenvolvimento Econômico Territorial (Pró-Rural), que visa reverter à baixa eficiência produtiva, econômica e social na região central do Estado; e Gestão de Solos e Água em Microbacias, comprometido com a melhoria da gestão dos recursos naturais, resultando na maior sustentabilidade das atividades agropecuárias (Tabela 1, Diagramas 1 e 2).

TABELA 1 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 1 - DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - PROJETO MULTISSETORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - JUNHO/2017

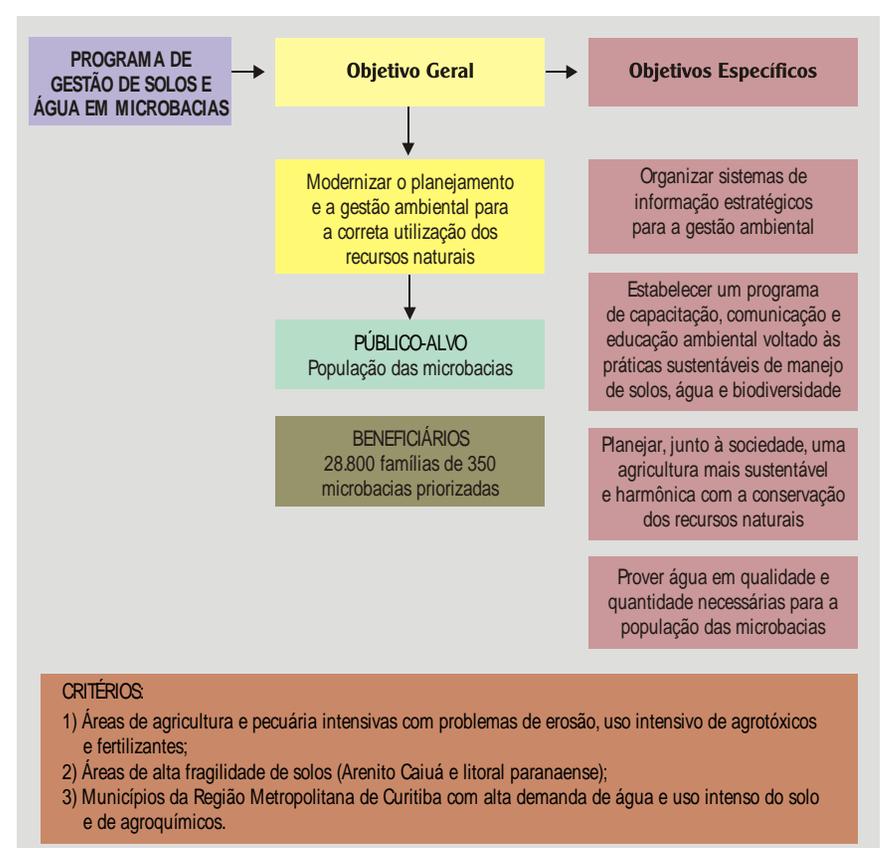
| NOME E NÚMERO DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA | INVESTIMENTO (R\$) | | | | |
|---|--------------------------|--|--|-------------------------------|---------------|
| | Previsto Total (1) R\$ | Executado R\$ Acumulado Período (12/12/2012 a 31/12/2016) | Executado R\$ no Período (jan/2017 a jun/2017) | Saldo Total a Executar R\$ | Executar (%) |
| | (A) | (B) | (C) | A-(B+C) | (B+C)/A |
| 3028/3033/3034 - Desenvolvimento Econômico Territorial Pró-Rural | 193.554.340 | 40.101.298 | 3.400.398 | 150.052.644 | 77,52% |
| 3027/3029/3037 - Gestão de Solos e Água em Microbacias | 121.819.981 | 50.218.839 | 1.192.722 | 70.408.420 | 57,80% |
| Total | 315.374.321 | 90.320.137 | 4.593.120 | 220.461.064 | 69,90% |
| (1) = Conforme 2º Termo Aditivo de Contrato com o Banco Mundial | | | | | |
| FONTES : SEPL - Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo nº 8201/BR; SEFA-SIAF | | | | | |

DIAGRAMA 1 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA PRÓ-RURAL



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 2 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

O programa Pró-Rural, visa fomentar a inserção sócio produtiva dos agricultores familiares beneficiários e a base do seu monitoramento das metas físicas são 14 indicadores relacionados a execução de ações. Para o programa Gestão de Solos e Água em Microbacias são 22 indicadores com a realização de ações para incrementar a gestão sustentável dos recursos naturais (quadro 2).

No quadro 3 constam os indicadores de Desenvolvimento, Social, Intermediário e de Desembolso relativos ao Setor 1 - Desenvolvimento Rural Sustentável, vinculados aos respectivos programas, adequados considerando a revisão de meio termo realizada em 2016 e formalizada em maio de 2017.

QUADRO 2: INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS PRÓRURAL E GESTÃO DE SOLOS E ÁGUA EM MICROBACIAS - SETOR 1 - DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 1º SEMESTRE DE 2017

Continua

| INDICADOR | PGE 1: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL – PRO-RURAL | | | | | | |
|--|--|---------------------|----------------|----------------------------|---------------------|--------|--|
| | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO ACUMULADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Escritórios reformados. | Número | 106 | 102 | 7 | 113 | 110,78 | Número de escritórios reformados dividido pelo número previsto |
| Veículos adquiridos | Número | 131 | NA | NA | NA | NA | Número de veículos adquiridos dividido pelo número previsto |
| Equipamentos de informática para os escritórios regionais e sede da Emater | Número | 190 | NA | NA | NA | NA | Número de Kit adquiridos dividido pelo número previsto |
| Beneficiários capacitados através de cursos (meta anual)* | Número | 12.985 | 10.000 | 10.658 | 10.658 | 106,58 | Número de beneficiários capacitados dividido pelo número previsto |
| Horas de capacitação dos beneficiários através de cursos (meta anual)* | Número | 3.448 | 1.700 | 2.890 | 2.890 | 170,00 | Número de horas realizadas dividido pelo número de horas previstas |

| | | | | | | | |
|--|--------|-------|-------|-------|-------|-------|--|
| Técnicos capacitados através da realização de cursos (meta anual)* | Número | 558 | 800 | 657 | 657 | 82,13 | Número de técnicos capacitados dividido pelo número previsto |
| Horas de capacitação dos técnicos através de cursos (meta anual)* | Número | 352 | 400 | 380 | 380 | 95,00 | Número de horas realizadas dividido pelo número de horas previstas |
| Lideranças capacitadas através 206 eventos (meta anual)* | Número | 1.575 | 2.000 | 1.385 | 1.385 | 69,25 | Número de pessoas capacitadas dividido pelo número previsto |

Continua

| INDICADOR | PGE 1: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL – PRO-RURAL | | | | | | |
|--|--|---------------------|----------------|----------------------------|---------------------|-------|--|
| | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO ACUMULADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Horas de capacitação das lideranças através de cursos (meta anual)* | Número | 467 | 800 | 409 | 409 | 51,13 | Número de horas realizadas dividido pelo número de horas previstas |
| Projetos-pilotos e iniciativas inovadoras apoiadas | Número | 0 | 40 | 0 | 0 | 0,00 | Número de projetos piloto dividido pelo número previsto |
| Patrulhas rodoviárias disponibilizadas a Consórcios intermunicipais | Número | 0 | 7 | 6 | 6 | 85,71 | Número de patrulhas rodoviárias disponibilizadas dividido pelo número previsto |
| Convênios firmados com consórcios intermunicipais para repasse de recursos para o custeio da adequação de estradas | Número | 0 | NA | NA | NA | NA | Número de convênios firmados dividido pelo número previsto |
| Operadores de máquinas capacitados | Número | 0 | 1.100 | 0 | 0 | 0,00 | Número de operadores capacitados dividido pelo número previsto |

| | | | | | | | |
|--|--------|---|-----|---|---|------|--|
| Gestores capacitados na execução e gestão de estradas rurais | Número | 0 | 240 | 0 | 0 | 0,00 | Número de gestores capacitados dividido pelo número previsto |
|--|--------|---|-----|---|---|------|--|

Continua

| INDICADOR | PGE 2: PROGRAMA DE GESTÃO DE SOLO E ÁGUA EM MICROBACIAS | | | | | | |
|---|---|---------------------|----------------|----------------------------|---------------------|-------|---|
| | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO ACUMULADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Escritórios regionais da SEAB com equipamentos adquiridos | Número | 22 | NA | NA | NA | NA | Número de escritórios regionais da SEAB equipados dividido pelo número de escritórios regionais previstos |
| Sede Estadual da EMATER com equipamentos adquiridos | Número | 0 | NA | NA | NA | NA | Sede Estadual da EMATER equipada dividido pelo número previsto |
| Escritórios Regionais da EMATER com equipamentos adquiridos | Número | 0 | NA | NA | NA | NA | Número de escritórios regionais da EMATER equipados dividido pelo número de escritórios regionais previstos |
| Escritórios Municipais da EMATER com equipamentos adquiridos | Número | 0 | NA | NA | NA | NA | Número de escritórios municipais equipados dividido pelo número de escritórios municipais previstos |
| Público operacional e estratégico do Programa capacitados para o planejamento e fiscalização do uso da terra | Número | 1.510 | 959 | 40 | 1.550 | 161,6 | Número de profissionais capacitados dividido pelo número de profissionais previstos |
| Consultoria contratada para a capacitação de instrutores para o levantamento de solos em microbacias piloto através do Mapeamento Digital | Número | NA | 1 | 1 | 1 | 100,0 | Número de consultoria contratada dividido pelo número de consultoria prevista |
| Técnicos capacitados pelos instrutores para o levantamento de solos em microbacias piloto através do Mapeamento Digital | Número | NA | 22 | 17 | 17 | 77,3 | Número de técnicos capacitados dividido pelo número de técnicos previstos |
| Microbacias piloto com mapeamento de solos digital concluído | Número | NA | 2 | 2 | 2 | 100,0 | Número de microbacias com mapeamento de solos digital concluído dividido pelo número de microbacias previstas |

| | | | | | | | |
|--|--------|---|---|---|---|------|--|
| Regiões do Estado com microbacias piloto com a qualidade da água de escoamento superficial monitoradas | Número | 1 | 2 | 0 | 1 | 50,0 | Número de regiões do Estado com microbacias com qualidade da água monitorada dividido pelo número de microbacias previstas |
|--|--------|---|---|---|---|------|--|

Conclusão

| INDICADOR | PGE 2: PROGRAMA DE GESTÃO DE SOLO E ÁGUA EM MICROBACIAS | | | | | | |
|--|---|---------------------|----------------|----------------------------|---------------------|-------|--|
| | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO ACUMULADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Pessoas capacitadas através de cursos nas temáticas: geotecnologias, manejo e conservação de solos, água e biodiversidade, práticas agroecológicas | Número | 10.218 | 4000 | 5985 | 16.203 | 405,1 | Número de pessoas capacitadas dividido pelo número de pessoas previstas |
| Eventos (dias de campo e excursões) | Número | 162 | 128 | 44 | 206 | 160,9 | Número de eventos realizados dividido pelo número de eventos previstos |
| Campanhas estaduais de comunicação de massa (meta anual) | Número | 1 | 2 | 2 | 2 | 100,0 | Número de campanhas realizadas dividido pelo número de campanhas previstas |
| Participações em feiras (montagem de estande educativos). | Número | 29 | 28 | 4 | 33 | 117,9 | Número de participações em feiras dividido pelo número de participações previstas |
| Unidades de produção com Cadastro Ambiental Rural (CAR) elaborados | Número | 34.754 | NA | NA | 34.754 | NA | Número de unidades de produção com CAR dividido pelo número de unidades de produção previstas |
| Grupos gestores regionais organizados e capacitados | Número | 22 | NA | NA | 22 | NA | Número de GGR capacitados e organizados dividido pelo número de grupos previstos |
| Grupos gestores municipais organizados e capacitados | Número | 170 | 250 | 10 | 180 | 72,0 | Número de GGM capacitados e organizados dividido pelo número de grupos previstos |
| Convênios firmados com Municípios para o apoio de práticas previstas nos Planos de Trabalho | Número | 71 | 200 | 4 | 75 | 37,5 | Número de Convênios firmados com municípios/Planos de Trabalhos apoiados dividido pelo número de convênios previstos |
| Número de produtores efetivamente beneficiados pelas intervenções dos Planos de Ação | Número | 7.100 | 18400 | 400 | 7.500 | 40,8 | Número de produtores beneficiados dividido pelo número de produtores previstos. |
| Sistemas de abastecimento de água. | Número | 108 | 297 | 0 | 108 | 36,4 | Número de sistemas de abastecimento de água dividido pelo número de sistemas previstos |

| | | | | | | | |
|---|--------|---|----|----|----|-------|--|
| Microbacias com a fertilidade química do solo acompanhada | Número | 1 | 20 | 19 | 20 | 100,0 | Número de microbacias com fertilidade química do solo acompanhada dividido pelo número de microbacias previsto |
| Microbacias com índice de turbidez da água acompanhada | Número | 0 | 10 | 10 | 10 | 100,0 | Número de microbacias com índice de turbidez da água acompanhada dividido pelo número de microbacias previsto |
| Microbacias com acompanhamento de invertebrados | Número | 0 | 2 | 1 | 1 | 50,0 | Número de microbacias com a fertilidade química do solo acompanhada dividido pelo número de microbacias previsto |

QUADRO 3: INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO, SOCIAIS, RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS E DE DESEMBOLSO – SETOR 1 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - 1º SEMESTRE DE 2017

Continua

| INDICADOR | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | PREVISTO PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO | REALIZADO | REALIZADO ACUMULADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
|--|-------------------|---------------------|----------------|-------------------------------------|----------------------------|---------------------|-------|---|
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | AGO/2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Grupo de produtores apoiados por meio do projeto com iniciativas de negócios implementadas | Número | NA | 10 | NA | 0 | 0 | 0,0 | Número de Iniciativas de Negócios implementadas dividido pelo número previsto. |
| Hectares apoiados pelas intervenções dos planos de ação em microbacias | Número | 284.000 | 528.000 | NA | 16.000 | 300.000 | 56,8 | Número total de hectares apoiados pelo projeto. Cada intervenção tem uma metodologia de hectares medidos. Geralmente as microbacias trabalhadas em média possuem 4.000ha. |
| Número de propostas de negócios aprovadas e a serem financiadas (ID ou DLI) | Número | 1 | 40 | 40 | 9 | 10 | 25,0 | Número de projetos produtivos apoiados pelo Programa dividido pelo número previsto |
| Número de planos de ação de microbacias elaborados | Número | 198 | 190 | NA | 40 | 238 | 125,3 | Lista de planos de ação de microbacias (elaborado de acordo com o Manual Operacional do Projeto) e amostra dos planos. |

| | | | | | | | | |
|---|--------|--------|--------|----|-------|--------|-------|--|
| Número de agricultores capacitados ou recebendo assistência técnica | Número | 27.367 | 18.000 | NA | 6.876 | 34.243 | 190,2 | Número de agricultores recebendo assistência técnica (serviços de extensão na produção agrícola e gerenciamento dos serviços da agricultura) e treinamentos (seminários, workshops, cursos técnicos, etc.), somente dentro do escopo do PRÓ-RURAL dividido pelo número previsto. |
| Beneficiários de processos de regularização fundiária legalmente concluídos (IRI) | Número | 1.539 | 5.000 | NA | 0 | 1.539 | 30,8 | Número de beneficiários com processo de regularização fundiária ajuizados dividido pelo número previsto. |
| Planos de gestão e conservação de estradas rurais elaborados | Número | NA | 30 | NA | 0 | 0 | 0,0 | Número de planos elaborados dividido pelo número previsto |

Conclusão

| INDICADOR | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | PREVISTO PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO | REALIZADO | REALIZADO ACUMULADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
|---|-------------------|---------------------|----------------|-------------------------------------|----------------------------|---------------------|------|--|
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | AGO/2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Número de pessoas nas áreas rurais providas com acesso a fontes melhoradas de águas no âmbito do projeto (núcleo) | Número | 14.643 | 23.760 | NA | 0 | 14.643 | 61,6 | Número de pessoas beneficiárias nas áreas rurais com a melhoria dos serviços de abastecimento de água no âmbito do projeto é estimado multiplicando-se o número de poços construídos e em funcionamento pelo número de famílias x 4 pessoas por famílias em média. |
| Terras indígenas com projetos produtivos apoiados | Número | 0 | 4 | NA | 1 | 1 | 25,0 | Número de projetos produtivos apoiados pelo programa PRÓRURAL em Terras Indígenas dividido pelo número previsto. |

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

LEGENDA:

NA - Não se aplica

- PDO - Indicador de Desenvolvimento Setorial
- IRI - Indicador de Resultado Intermediário
- DLI - Indicador de Desembolso
- SI - Indicador Social

CONTEXTO

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL – PRÓ-RURAL

Projetos Pilotos e Iniciativas Inovadoras

- Esta ação de apoio a projetos inovadores foi efetivamente iniciada em julho de 2016 com a realização de Seminários Territoriais. Durante o 2º semestre de 2016, os Territórios ficaram incumbidos de construir uma Matriz de Demanda para inovação visando auxiliar a UTP na definição das linhas de apoio que seriam necessárias para aportar recursos. Neste processo de levantamento e construção das demandas, a UTP notou as seguintes dificuldades: a) falta de clareza e entendimento do que é inovação, b) desarticulação dos atores territoriais e do território, c) baixa participação de atores importantes para o processo de inovação nos territórios (IAPAR, Universidades, Centros de Pesquisa) e, d) dificuldade de identificar as demandas para a inovação.
- No âmbito da UTP/SEAB alguns fatores que influenciaram no atraso da execução da meta foram: a) necessidade de internalizar no âmbito do SEAGRI as demandas apresentadas pelos territórios, e, b) outras atividades do programa que dificultam que a UTP elabore uma estratégia técnica que melhor atenda às demandas apresentadas para a inovação (forma de repasse dos recursos financeiros e definição das parcerias).
- Para que o programa consiga dar dinâmica nesta ação, a UTP realizou uma reunião técnica com todos os Gerentes dos Projetos Estratégicos do Sistema SEAGRI. O evento teve como objetivo apresentar os trabalhos realizados e as demandas de inovação identificadas pelos territórios tendo como foco compatibilizar com as demandas de inovação existentes nos Projetos Estratégicos. Como fruto desta reunião foi definido um cronograma de atividades e a constituição de um Grupo de Trabalho que irá auxiliar a UTP na implementação das ações relativas à Inovação. Também foi discutida a possibilidade de lançar um Edital para a seleção de projetos de inovação dentro das linhas estratégicas identificadas como importantes oriundas das demandas dos territórios e dos Projetos Estratégicos. A outra forma que está sendo implementada para a execução desta ação é o apoio a Unidades Demonstrativas ou de Referência com recursos do Programa previstos na EMATER.
- A previsão é que as metas previstas para esta ação sejam atingidas até o final de 2018.

Patrulhas rodoviárias disponibilizadas a consórcios intermunicipais

- O Programa PRÓ RURAL previu a aquisição inicial de nove patrulhas, sendo que seriam apoiadas no mínimo sete, por meio de consórcios intermunicipais. Após a entrega das máquinas e equipamentos pelas fornecedoras escolhidas no Edital LPI 001/2015, a Secretaria de Agricultura lançou em 19/05/2016 um Edital para seleção dos consórcios intermunicipais que receberiam as patrulhas rodoviárias adquiridas. Em 01/07/2016 foi publicado o resultado final do processo de seleção com 8 consórcios intermunicipais considerados aptos a receber os equipamentos. Em agosto foram realizadas três reuniões com os consórcios para repassar os procedimentos previstos na execução do Subcomponente do Programa relativo a estradas rurais e quais os próximos passos para a formalização dos convênios para a cessão das patrulhas rurais. Porém, em virtude do início do processo eleitoral municipal não foi possível finalizar a formalização dos convênios. Em 2017, a SEAB retomou as tratativas com os novos prefeitos municipais empossados para efetivar a formalização dos convênios. Atualmente, das 9 patrulhas adquiridas, seis foram repassadas aos consórcios municipais, uma ficou à disposição da SEAB e foi cedida ao consórcio Paraná Centro e duas estão aguardando a formalização dos convênios que ainda dependem de regularização de algumas questões documentais por parte dos mesmos.

Convênios firmados com consórcios intermunicipais para repasse de recursos financeiros para o custeio da adequação de estradas

- Os convênios foram efetivados a partir de maio/2017 e ainda existem dificuldades e demora em dimensionar os valores necessários para a adequada manutenção visando o funcionamento ininterrupto dos equipamentos a campo (custo do plano de manutenção das máquinas que devem ser feitos para manter a garantia da fábrica, aquisição de peças sobressalentes - pneus, lâminas cortantes, etc.). Esses custos embasaram a construção do plano de aplicação financeira do convênio. A UTP está consolidando o levantamento de custos junto aos fornecedores e a previsão para a formalização desses convênios é até dezembro de 2017.

Operadores e gestores capacitados na execução e gestão das estradas rurais

- A demora na formalização dos convênios também afetou o início das capacitações dos operadores e gestores. Os convênios foram efetivados em maio de 2017 e a entrega das máquinas em junho e julho deste ano (2017), o que postergou o início das capacitações para julho de 2017 em diante.

Grupo de produtores apoiados por meio do projeto com iniciativas de negócios implementadas

- As “iniciativas de negócios implementadas” a serem avaliadas, concluídas a mais de seis meses, são baseadas na observância dos seguintes critérios: (i) investimentos do plano de negócios implementado e operando; (ii) ter recebido visita da assistência técnica regular (mínimo 6 por ano); (iii) funcionamento do sistema de contabilidade; (iv) plano de operação e manutenção e fundo de reserva para financiar investimentos; (v) organização de produtores treinados em gestão e cooperativismo; e, (vi) vendas para pelo menos um novo comprador.
- Em virtude dos dez projetos apoiados não terem sido implantados totalmente a mais de seis meses, não foi possível o início da avaliação neste semestre.

Número de propostas de negócios aprovadas e a serem financiadas

- As metas previstas até junho de 2017 não foram cumpridas em virtude das dificuldades encontradas pela UTP na formalização dos termos de fomento motivadas principalmente por: (i) projetos produtivos com necessidades de ajustes técnicos, elaboração de projetos de engenharia e obtenção de licenças ambientais e outras; (ii) dificuldade das associações em apresentar a documentação exigida pela legislação vigente; (iii) estratégia técnica e operacional ainda deficiente no acompanhamento e assessoramento técnico das associações e cooperativas; (iv) dificuldades administrativas e técnicas do Estado em virtude das mudanças legislativas impostas a partir de 2016 (Lei Federal 13.019/2014 e Decreto 3.513/2016); (v) necessidade de formalizar os termos de fomento aprovados no Edital nº 001/2014 para lançar novo Edital de apoio. Esclarecemos que existem ainda mais sete projetos produtivos aprovados no Edital nº

001/2014 pendentes que estão em fase de formalização dos termos de fomento. A formalização destes termos de fomento virá a atender o indicador pendente.

- Um novo edital para apoio a projetos produtivos foi lançado em maio/2017 com encerramento em julho/2017. Conforme levantamento junto aos territórios e trabalho anterior realizado junto as associações e cooperativas, existe a perspectiva da apresentação de 50 a 60 propostas de negócios. No intuito de superar os problemas detectados relativos ao acompanhamento técnico (gestão organizacional e de negócios), a Coordenação Técnica da EMATER está implementando uma estratégia técnica e operacional no sentido de preparar melhor as associações e cooperativas com potencial de apresentarem projetos produtivos por ocasião dos Editais do Programa. A previsão da formalização e repasse financeiro para os novos projetos produtivos selecionados é novembro/2017.

Beneficiários de processos de regularização fundiária legalmente concluída

- Conforme cronograma de execução do ITCG, no 1º semestre de 2017 foram realizadas atividades de preparação documental dos processos e de audiências públicas visando o ajuizamento. Essas atividades ocorreram em sete municípios: Mato Rico, Guarapuava e Reserva do Iguaçu (via Defensoria Pública) e Cerro Azul, Dr. Ulysses, Marquinho e Nova Tebas (via Tribunal de Justiça - Justiça no Bairro). A previsão é que no 2º semestre de 2017 sejam realizados os ajuizamentos junto ao TJ de 1.050 beneficiários (em média 150 beneficiários por município).

Planos de gestão e conservação de estradas rurais elaborados

- A realização dos planos de gestão de estradas municipais está atrelada a formalização dos convênios com os consórcios intermunicipais. Em função do atraso ocorrido na formalização dos convênios (com repasse das máquinas), esta atividade também foi afetada. A programação é que as atividades necessárias à construção dos planos de gestão das estradas municipais iniciem-se ainda em 2017.

PROGRAMA DE GESTÃO DO SOLO E ÁGUA EM MICROBACIAS

- As principais atividades realizadas pela Unidade Técnica do Programa - UTP para aperfeiçoar a operacionalização do Programa no 1º semestre de 2017 foram: (i) contratação de consultoria para capacitação de instrutores para o levantamento de solos em microbacias piloto por meio do mapeamento digital; (ii) conclusão de duas microbacias usando mapeamento digital; (iii) capacitação realizada para técnicos e agricultores por meio de cursos, reuniões técnicas, reuniões práticas, seminários, encontros técnicos e outros eventos especiais.
- O Edital Licitatório do novo processo de apoio aos municípios na implantação de sistemas de abastecimento de água junto a comunidades rurais foi concluído e encaminhado ao banco para não objeção. Este edital prevê o atendimento a 60 novas comunidades rurais.
- A situação atual aponta um total de 238 planos de ação de microbacias elaborados. Existem até o momento 75 convênios firmados com os municípios para apoio de práticas conservacionistas previstas nos respectivos planos. Esta ação está envolvendo 7.500 produtores.
- O Programa está trabalhando atualmente na conclusão de mais 56 convênios que estão em fase de ajustes, complementação de documentação e assinatura. Até o final de 2017 estima-se atingir a meta de 200 planos de ação com convênios firmados.
- Monitoramento de microbacias: (i) em relação à fertilidade química, o acompanhamento está sendo feito em 20 (vinte) MBH, que está em fase de organização dos dados obtidos até o presente momento. Os dados serão sistematizados e discutidos com a comunidade técnica, científica e produtora. (ii) para o indicador “Turbidez da Água”, estão sendo observados 10 (dez) Microbacias. Este trabalho possibilitará a obtenção de dados como fontes de turbidez, bacteriologia, potencial hidrogeniônico (PH), demanda bioquímica de oxigênio (DBO), teores de nitrogênio e fósforo, entre outras informações. O objetivo é discutir com os profissionais o índice de qualidade de água (IQA) que possibilitará montar uma estratégia de melhoria da água de acordo com os resultados obtidos, e, (iii) em 2017 iniciou-se também o trabalho de monitoramento de invertebrados em uma microbacia trabalhada.

2.2 GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - Setor 2

O setor Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres atua em duas frentes: a) modernização dos processos de licenciamento e fiscalização ambiental e, b) reestruturação do sistema gestão, prevenção e resposta a riscos e desastres. O objetivo central é fortalecer a capacidade do Estado de atender às demandas desta área. O setor organiza sua ação nos programas: Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental, com ênfase na eficiência das práticas de licenciamento ambiental, e Fortalecimento da Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, visando melhorar a prevenção, resposta e recuperação frente aos desastres (tabela 2, diagramas 3 e 4).

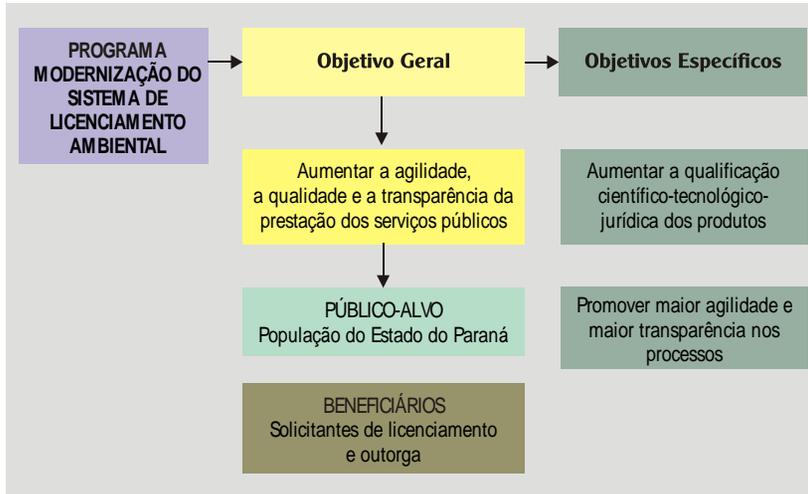
TABELA 2 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 2 - GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DESASTRES - PROJETO MULTISSETORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - JUNHO/2017

| NOME E NÚMERO DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA | INVESTIMENTO (R\$) | | | | |
|--|--------------------------|--|--|-------------------------------|---------------|
| | Previsto Total (1) R\$ | Executado R\$ Acumulado Período (12/12/2012 a 31/12/2016) | Executado R\$ no Período (jan/2017 a jun/2017) | Saldo Total a Executar R\$ | Executar (%) |
| | (A) | (B) | (C) | A-(B+C) | (B+C)/A |
| 3045/3035/3046 - Modernização do Sistema de Licenciamento | 40.079.869 | 12.200.561 | 0 | 27.879.308 | 69,56% |
| 3044/3043/3036/3008 - Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos | 65.183.879 | 12.943.498 | 10.277.536 | 41.962.845 | 64,38% |
| Total | 105.263.748 | 25.144.059 | 10.277.536 | 69.842.153 | 66,35% |

(1) = Conforme 2º Termo Aditivo de Contrato com o Banco Mundial

FONTES : SEPL - Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo nº 8201/BR; SEFA-SIAF

DIAGRAMA 3 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 4 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

Para o monitoramento, foram definidos de 12 indicadores para o programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental visando à melhoria da tramitação dos processos de licenciamento e outorga. Em relação ao Programa Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, foram formulados 16 indicadores objetivando aumentar a capacidade de prevenção, resposta e recuperação frente aos desastres (quadro 4).

O indicador de desenvolvimento do setor Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres corresponde ao percentual de cobertura das áreas do Estado mais expostas aos perigos naturais. No caso dos indicadores intermediários, constam dois indicadores dos respectivos programas, e no tocante ao indicador de desembolso, constam dois indicadores (quadro 5).

QUADRO 4: INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS - SETOR 2 - GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS DE DESASTRES - 1º SEMESTRE DE 2017

Continua

| INDICADOR | PGE 3: PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL | | | | | | |
|--|--|--|---|----------------------------|---------------------|-------|---|
| | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO ACUMULADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Unidade Técnica do Programa com equipamentos adequados à operação e desenvolvimento das atividades de gestão do Programa | Texto | UTP equipada | NA | NA | UTP equipada | 100,0 | Supercomputadores e softwares adquiridos e operando |
| Sistema de Informações Integrado (SGA e SIGARH) | Texto | Implantado integralmente o módulo de licenciamento industrial, já incluindo a emissão automática da DLAE e parcialmente o módulo de monitoramento ambiental oferecendo em fase final de testes o cadastro on line da DEA Módulos de Indústria, Suinocultura, Avicultura, Comércio e Serviços, Imobiliário e autorização de resíduos sólidos, implantados. | Módulo I de Monitoramento implantado, operando e aprovado pelo IAP; Módulo II de Fiscalização implantado, operando e aprovado pelo IAP e pelo AGUASPARANÁ; Todos os módulos do SI implantados e operando de modo integrado atendendo os processos de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambientais e outorga do direito da água. | 0 | 0 | 0,0 | Sistema de informações integrado, implantado e operando |

| INDICADOR | PGE 3: PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL | | | | | | |
|---|--|---------------------|---|----------------------------|---------------------|-------|---------------------------------|
| | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO ACUMULADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Software do SIGARH - 07 (sete) licenças existentes atualizadas. | Número | 0 | NA | NA | NA | NA | Software atualizado e operando |
| Software do SIGARH - 11 (onze) licenças de Softwares SIG da plataforma ArcGIS da ESRI adquiridas. | Número | 0 | NA | NA | NA | NA | Softwares adquiridos e operando |
| Software do SIGARH - servidores capacitados na referida plataforma | Número | 96 | NA | NA | NA | NA | Servidores capacitados |
| Infraestrutura de dados espaciais ambientais do estado do Paraná (IDE-SEMA) implantado. | Texto | 0 | Produtos: III, IV, V - Conforme TDR aprovado pelo BIRD. | 0 | 0 | 0,0 | IDE implantado e operando |
| 07 estações de monitoramento do ar instaladas e operando (nas cidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Paranaguá). | Número | 7 | 7 estações instaladas e operando | 7 | 7 | 100,0 | Estações instaladas e operando |
| 01 Sistema de transmissão, recepção e armazenamento de dados | Número | NA | 01 Sistema de transmissão, recepção e armazenamento de dados operando | 1 | 1 | 100,0 | Sistema implantado e operando |

| INDICADOR | PGE 3: PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL | | | | | | |
|--|--|--|---|---|---------------------|-------|--|
| | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO ACUMULADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Servidores públicos capacitados para o exercício de suas funções, de modo integrado e articulado à política de capacitação ambiental estadual, ao mapeamento de competências e às diretrizes do Sistema Ambiental do Paraná. | Número | NA | 28 servidores capacitados como multiplicadores e 1500 servidores da SEMA, IAP, ÁGUAS, ITCG, Mineropar capacitados | 0 | 0 | 0,0 | Servidores capacitados |
| Layout interno da SEMA readequado | Percentual | NA | SEMA mobiliada | 100,0 | 100,0 | 100,0 | Layout readequado com mobiliário |
| Rede lógica da SEMA equipada com switches | Texto | NA | 01 switch camada 3, 16 switches camada 2 e cordões ópticos diversos | 01 switch camada 3, 16 switches camada 2 e cordões ópticos diversos adquiridos e instalados | 100,0 | 100,0 | Rede lógica implantada |
| Instalações sanitárias, cobertura do prédio e subsolo da SEMA reestruturadas, reformadas e restauradas | Texto | Reformas do Telhado, Subsolo e Sanitários Concluídas | NA | NA | NA | NA | Instalações sanitárias, cobertura do prédio e subsolo da SEMA reestruturadas, reformadas e restauradas |

| INDICADOR | PGE 4: PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS | | | | | | |
|---|---|--|--|----------------------------|---------------------|-----|---|
| | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO ACUMULADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Sistema de Previsão e Estimativa de Chuva (SIPREC) implantado | Texto | 1 | NA | NA | NA | NA | SIPREC implantado e operando |
| Cobertura da Terra no PR mapeada, ano-base 2012 | Texto | NA | Mapeamento concluído dos 199.415 km ² | 0 | 0 | 0,0 | Consultoria contratada e mapeamento concluído |
| Sensor de Raios para Monitoramento de Descargas Atmosféricas | Número | 0 | 2 | 0 | 0 | 0,0 | Nº de software implantado e nº de Sensores adquiridos |
| Sala de Monitoramento Meteorológico /SIGRISCO no SIMEPAR equipada (sala de situação SIMEPAR) | Texto | Sala adquirida e operando, faltando ainda alguns equipamentos. | NA | NA | NA | NA | Sala equipada e operando |
| Layout interno e instalações prediais de ar condicionado, redes elétricas e lógicas para o CEGERD adequados | Texto | NA | Sala de comando central adequada | 0 | 0 | 0,0 | Sala de comando central adequada e operando |
| CEGERD equipado com mobiliário | Texto | Mobiliário adquirido | NA | NA | NA | NA | CEGERD mobiliado |
| Comando central e postos regionais fixos equipados com sistema de telefonia IP e de ativos de rede. | Número | Comandos Equipados | NA | NA | NA | NA | Nº de postos de comandos fixos equipados |
| CEGERD Equipado com Software e Hardware | Texto | CEGERD Equipado | NA | NA | NA | NA | CEGERD equipado |

| INDICADOR | PGE 4: PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS | | | | | | |
|--|---|---------------------|--|----------------------------|---------------------|---|---|
| | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO ACUMULADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Comandos Regionais da Coordenação Estadual de Proteção e Defesa Civil fortalecidos através da disponibilização de viaturas | Número | 16 | 32 veículos Pick Up 4x4destinados ao atendimento de busca e resgate em inundações, alagamentos e enxurradas e busca e resgate em estruturas colapsadas. | 0 | 0 | 0 | Veículos e equipamentos adquiridos |
| Agentes da Defesa Civil qualificados e capacitados | Texto | 0 | LOTE 1: Serviços de TI: Moodle CEPED/PR customizado, Portal de REDESASTRE desenvolvido e Simuladores de Desastres desenvolvidos. LOTE 2: Equipamentos de TI adquiridos: 2 Servidores e montagem de estúdio para EAD. LOTE 3: Materiais didáticos editorados. | 0 | 0 | 0 | Agentes qualificados e capacitados com equipamentos e materiais didáticos |

| INDICADOR | PGE 4: PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS | | | | | | |
|--|---|--------------------------|--|----------------------------|---------------------|----|---|
| | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO ACUMULADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Sistema Local de Alerta Precoce para a comunidade de Floresta | Texto | NA | Sistema implantado | 0 | 0 | 0 | Sistema implantado |
| Sistema de Radares Banda X em Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina e Maringá implantados. | Texto | NA | 5 Radares Banda X adquiridos | 0 | 0 | 0 | Sistema implantado |
| Cartografia do litoral por radar embarcado em aeronave (Banda X e Banda P) | Texto | 2.134,56 km ² | NA | NA | NA | NA | Bases cartográficas elaboradas |
| Inventário florestal | Texto | 0 | IF estadual adaptado em conformidade com o IF nacional | 1 | 1 | | Inventário florestal implantado no Estado |
| Áreas urbanas inundáveis mapeadas e delimitadas: RMC, Morretes e Francisco Beltrão | Texto | NA | NA | NA | NA | NA | Áreas urbanas inundáveis mapeadas e delimitadas. |
| Identificação melhorada de Riscos e Desastres | Percentual | 69,7 | NA | 15,1 | 84,8 | NA | O percentual é calculado dividindo-se o número de hectares das áreas mapeadas pelo número de hectares de áreas identificadas e propensas ao risco de deslizamento de terra. Áreas identificadas = Áreas antropizadas do litoral + núcleo urbano da região metropolitana de Curitiba que totaliza 3.710,56 km ² . Fonte de informação SEMA. |

QUADRO 5: INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL, SOCIAIS, RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS E DE DESEMBOLSO – SETOR 2, GESTÃO AMBIENTAL E DE RISCOS E DE DESASTRES - 1º SEMESTRE DE 2017

| INDICADOR | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | PREVISTO PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO | REALIZADO | REALIZADO ACUMULADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
|--|-------------------|--|---|---|----------------------------|---------------------|--------|--|
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | AGO/17 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Número de municípios com um sistema de monitoramento e licenciamento ambiental descentralizado | Número | 27 | 22 | NA | 0 | 27 | 122,73 | Número de municípios com autorizações publicadas no site da Comissão Estadual do Meio Ambiente para a realização descentralizada do monitoramento e licenciamento ambiental |
| Fortalecimento da capacidade de monitoramento do Risco de Desastres e Sistema de Alerta para eventos hidrometeorológicos | Texto | Modelo para projetos de simulação de eventos hidrometeorológicos no Estado concluído | Sistema de monitoramento e Sistema de alerta operacional | NA | 0 | 0 | 0 | Aquisição e instalação de equipamento para Monitoramento de Riscos de Desastres e Sistema de Alerta e estabelecimento de um Centro de Gestão de Desastres |
| Implementação de um Subsistema de Recursos Hídricos do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos | Texto | Processo de seleção para a contratação do Desenvolvimento e Implantação do SIGARH em andamento | Contrato assinado e processo de mapeamento iniciado; Relatório da concepção do projeto concluído e um dos quatro módulos do subsistema implantado | Relatório sobre a concepção do projeto concluído ¹ | 0 | 0 | 0,0 | Desembolso 4: TDRs para a concepção e implementação de um Subsistema Integrado para Gestão Ambiental e Recursos Hídricos. Desembolsos 7, 8 e 9: Contrato assinado e processo de mapeamento iniciado; Relatório, demonstrando que um ou mais módulos estão implementados. Relatório da concepção do projeto concluído e um dos quatro módulos do subsistema implantado A partir de Ago de 2018 este indicador não é mais de desembolso. |
| Estabelecimento de políticas de gerenciamento de riscos e desastres (DRM) do Estado | Texto | Processo de seleção para a contratação do Desenvolvimento e Implantação do SIGARH em andamento | Diretrizes para a preparação do plano estadual para a Defesa Civil e Proteção aprovadas pelo Conselho | 1 | 1 | 1 | 100,0 | Relatório que descreve o quadro político, atores e acordos estabelecidos participando para fazer a política operacional; Desembolso 6: Decreto de estabelecimento do Comitê; Desembolso 8: Diretrizes apresentada ao Comitê A partir de 2018 este indicador não será mais de desembolso. |

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

¹ Ver explicação da evolução do indicador no contexto do relatório

CONTEXTO

PROGRAMA MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- A SEMA, coordenadora do programa, aponta como restrições ou fatores relevantes para a execução parcial ou não realização das metas dentro dos prazos previstos, a demora nos processos de elaboração e aprovação dos termos de referência e demais documentos envolvidos.
- Como medida corretiva, a SEMA estabeleceu: (i) estratégia de contato e fluxo de tramitação de documentos mais efetivo internamente e com a UGP/SEPL para agilizar os processos licitatórios; (ii) solicitação de apoio técnico aos responsáveis pelos Programas junto ao Banco; e, (iii) melhorar entendimento e articulação interna, entre os técnicos e diretores dos órgãos envolvidos, da complexidade técnica das aquisições e das consultorias que são formalizadas através de termos de referência e dos trâmites necessários internos ao Estado e junto ao Banco para sua contratação.
- A principal meta do Programa está relacionada à contratação e implementação do Sistema de Gestão Ambiental Integrada - SIGARH que foi concluída, em maio de 2017, com a discussão do contrato de consultoria com a empresa vencedora. A UGP, em reunião, discutiu e enfatizou a importância do AGUASPARANÁ e do IAP disporem e manterem equipe técnica para supervisionar a execução e os produtos desse contrato. As metas previstas só poderão ser alcançadas com a efetiva participação e disponibilidade das equipes técnicas dessas instituições no acompanhamento dos trabalhos da consultora contratada. Na Edição nº 10.036 do DIOE de 26 de setembro de 2017, foi publicado o extrato do contrato nº 002/2017 – SEPL, cujos participantes figuram de um lado, o Estado do Paraná por intermédio da SEPL e do outro lado o Consórcio EZUTE/NHC. O objeto é a contratação e implantação do Sistema de Informações para a Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos do Estado do Paraná – SIGARH, englobando as atividades de concepção, desenvolvimento e implantação de um sistema baseado em tecnologia web e geotecnologias, que possibilite a otimização e agilidade no trâmite dos processos de negócios relacionados à outorga do uso de águas superficiais e subterrâneas, efluentes e obras e monitoramento de recursos hídricos e gestão de bacias hidrográficas. Devido a diversas questões de cunho documental e burocrático, a evolução deste indicador sofreu atrasos e a etapa destinada ao desembolso 7 – contratação, foi concluída em maio deste ano e publicada na edição nº 10.036,

conforme já citado. As duas próximas etapas referente aos desembolsos 8 e 9 devem ser concluídas no final do 2º semestre deste ano e 1º semestre de 2018 respectivamente.

- Quanto ao status dos demais indicadores é possível relatar que: (i) o indicador para infraestrutura de dados espaciais ambientais do Estado do Paraná (IDE-SEMA), está sendo cumprido dentro do prazo e espera-se que a consultoria possa concluir os produtos previstos até final de 2018; (ii) os municípios com descentralização compartilhada de licenciamento e fiscalização (meta inicial), teve sua meta superada já em dezembro de 2016, pois 27 municípios foram autorizados a licenciar (16 licenciados pela SEMA e o restante pelo CEMA). Houve mudança na estratégia operacional da ação, pois a proposta inicial era que seriam firmados convênios entre a SEMA e os municípios para formalizar a descentralização dos serviços ambientais aos municípios. Entretanto, esta ação passou a ser responsabilidade do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA), que decidiu autorizar por meio de resolução a descentralização dos serviços aos municípios. A meta inicial era de 22 municípios; (iii) implantação de um sistema de transmissão, recepção e armazenamento de dados operando e seis estações de monitoramento do ar instaladas e operando. As seis estações foram adquiridas e já foram instaladas nos municípios de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Paranaguá e ainda uma sala fixa na matriz do IAP em Curitiba. O sistema será implantado até o final do Projeto, pois depende das definições a serem estabelecidas ao longo do desenvolvimento do SIGARH em fase de contratação; (iv) foram concluídas as ações referente à modernização da infraestrutura operacional (rede lógica), readequação de layout interno (mobiliários), manutenção e conservação da infraestrutura da SEMA; (v) a capacitação dos servidores públicos para o exercício de suas funções, de modo integrado e articulado à política de capacitação ambiental estadual, ao mapeamento de competências e às diretrizes do sistema ambiental do Paraná continua em discussão sendo que parte desta capacitação está sendo suprida pelas consultorias contratadas.
- A SEMA destacou alguns fatores importantes que contribuíram para a execução das metas previstas; (i) empenho da equipe técnica na elaboração dos documentos de contratação das consultorias; (ii) resposta rápida a todos os questionamentos vindos da UGP/SEPL e do Banco; (iii) experiência adquirida pelos membros da equipe na execução dos processos de aquisições; (iv) empenho da equipe UGP/SEPL no esclarecimento as diversas dúvidas relativas ao processo de aquisições e sua tramitação.
- A equipe do Programa irá analisar as aquisições que ainda são necessárias para o alcance das melhorias da gestão ambiental do Estado e elaborar um novo Plano de Aquisições. O mesmo deverá ser encaminhado e submetido à UGP, que deverá: (i) compatibilizar as

demandas com os montantes de recursos financeiros disponíveis; e, (ii) verificar a viabilidade de execução dos investimentos, dentro do prazo do Acordo de Empréstimo, já que o Componente 1 se encerra em dezembro de 2018.

PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO DE RISCOS NATURAIS E ANTRÓPICOS

- Entre as principais ações destacam-se: (i) formalização do Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil – CEPRODEC e apresentação e discussão com o mesmo das diretrizes do Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil; (ii) implantação do sistema de previsão e estimativa de chuva – SIPREC; (iii) elaboração da cartografia do litoral por radar embarcado em aeronave; (iv) mapeamento e delimitação de áreas urbanas inundáveis na Região Metropolitana de Curitiba e nos municípios de Morretes e Francisco Beltrão; (v) elaboração do inventário florestal; (vi) implantação do sistema inteligente de visualização e armazenamento de dados ambientais; (vii) implantação da infraestrutura da base física do Centro Estadual de Gestão de Riscos e Desastres – CEGERD e regionais com veículos, mobiliário, equipamentos de comunicação, monitoramento e de capacitação dos usuários; e (viii) sensor de raios adquiridos.
- Destaca-se a conclusão dos processos de licitação e aquisições para: (i) implantação da sala de monitoramento meteorológico; (ii) adequação do layout interno e instalações prediais de ar condicionado, redes elétricas e lógica para o funcionamento do CEGERD; (iii) implantação do comando central e postos regionais fixos equipados com sistema de telefonia IP e de ativos de rede; (iv) aquisição de software e hardware para o CEGERD; (v) inventário florestal; (vi) implantação do sistema de previsão e estimativa de chuva – SIPREC; e, (vii) elaboração da cartografia do litoral por radar embarcado em aeronave (2.134km² de área total mapeada).
- Os processos de licitação, ainda em andamento, destinam-se: (i) a qualificação e capacitação dos agentes de defesa civil; (ii) ao sistema local de alerta precoce para a comunidade da floresta no município de Morretes; e, (iii) a aquisição de cinco radares banda X para Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina e Maringá com o objetivo de reforçar e concluir a rede de radares para a Gestão de Riscos de Desastres no Estado do Paraná.
- No tocante ao indicador de qualificação e capacitação dos agentes da Defesa Civil cabe uma explicação mais detalhada. O processo foi dividido em três editais, dos quais o 1º edital referente aos serviços de TI, será implantado por meio de convênio entre a Defesa Civil e a SANEPAR. O 2º edital, aquisição de equipamentos de TI, foi definido em reunião com a CELEPAR que a empresa irá hospedar e dar suporte ao serviço de EAD do CEPED, não havendo a necessidade da compra de servidores. A montagem do estúdio (infraestrutura e

equipamentos) permanece no escopo do edital, sendo que a versão preliminar do TR foi enviada à CELEPAR em junho e tem previsão de retorno para dezembro deste ano. Para o 3º edital, editoração de materiais didáticos, foi solicitado pela UGP, a alteração no escopo do TR devido à modalidade de pagamento. A alteração foi providenciada e foi solicitada reunião com a UGP para apresentar a nova proposta com previsão de conclusão em 30/09/2017.

- Quanto ao Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil (indicador de desembolso) a meta inicial se referia à construção da Política Estadual de Proteção e Defesa Civil e a mesma foi cumprida integralmente com a publicação do Decreto Estadual nº 9.557, de 06 de dezembro de 2013. Ainda neste sentido, a CEPDEC consultou a Defesa Civil Nacional quanto à elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, dada a importância do mesmo como linha de base para a elaboração do Plano Estadual, sendo que a resposta do ente federal, por meio do Ofício 4041, de 29 de dezembro de 2015, foi que a regulamentação da Lei Federal 12.608/12 estava em fase de negociação de responsabilidade dos órgãos setoriais do SINPDEC sob a articulação da Casa Civil do Governo Federal e que o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil tem previsão para sua elaboração de um ano após a regulamentação da Lei nº 12.608/2012.
- Na missão de abril de 2017, o Banco encontrou-se com representantes das Secretarias de Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), de Meio Ambiente (SEMA), Mineropar, ITCG, Simepar, Defesa Civil e informou que de forma geral, o componente de gestão de riscos de desastres apresenta boa implementação e vem cumprindo com as metas acordadas. Até o presente momento, o mesmo executou 72% das ações e recursos financeiros previstos. Observa-se que, com a aquisição dos radares, programada para ocorrer no próximo ano, caso seja possível, a execução financeira da FGRD atingirá um índice ainda maior. Em relação a aquisição dos radares o Banco ressalta a urgência de agilizar os documentos e trâmites relativos à licitação, entrega e instalação dos mesmos frente à data de encerramento do acordo de empréstimo.
- A SEMA destacou alguns fatores importantes que contribuíram para a execução das metas previstas; (i) a dedicação das equipes administrativas da SEMA, das suas coligadas e da Casa Militar/Defesa Civil na condução dos processos de licitações e na implantação dos investimentos; e, (ii) o planejamento geral e acompanhamento estabelecido pela Unidade de Gerenciamento do Projeto.
- A SEMA apontou as principais medidas corretivas adotadas para viabilizar a execução das metas do programa: Componente 1: (i) reforço da equipe local, com a incorporação de assessor técnico com tempo disponível para se dedicar a incentivar e auxiliar o andamento dos processos; (ii) coordenação local do Projeto Multissetorial assumida pelo Diretor Geral da SEMA, que tem a competência gerencial

e hierárquica para administrar os processos de licitações; (iii) incorporação de um assessor jurídico com maior dedicação aos processos de licitações; (iv) elaboração de um cronograma das atividades envolvidas para cada processo de seleção de consultoria, com suas respectivas durações, tanto as de responsabilidade da equipe técnica quanto às de responsabilidade da UGP/SEPL e do Banco; (v) avaliação do cronograma de execução dos processos de seleção de consultoria para identificar constantemente os gargalos e minimiza-los.

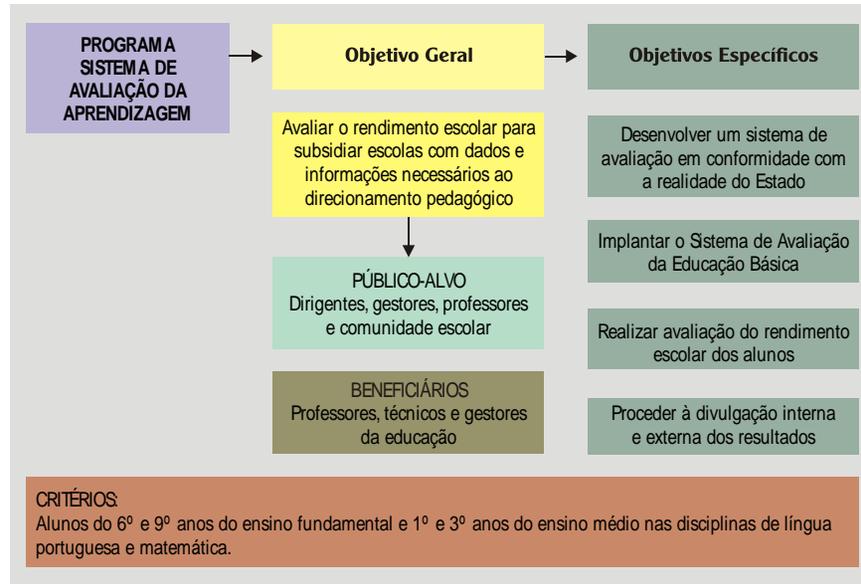
- Em função de necessidades diagnosticadas, a CEPDEC, durante a Missão reapresentou uma proposta de aquisição de DRONES ao Banco Mundial para dar suporte às atividades de mapeamento de riscos naturais e resposta a desastres naturais e antrópicos. Nesse contexto, a equipe do Banco Mundial não se opôs ao pleito (do ponto de vista técnico), porém ressaltou que análises prévias com relação à confidencialidade de dados / imagens, autorização de utilização e seguros a terceiros sejam esclarecidas de forma a se prosseguir com as especificações técnicas e o processo de aquisição dos mesmos.

2.3 EDUCAÇÃO - Setor 3

Com a educação assumida como bem público, cabe ao Estado assegurar a equidade no acesso à escola e garantir a permanência e a aprendizagem dos alunos. Os três programas do setor Educação contribuem para o cumprimento desse compromisso. O programa Sistema de Avaliação de Aprendizagem enfrenta o problema da “insuficiência de informações necessárias para o direcionamento pedagógico sobre o desempenho dos alunos”. O programa Formação em Ação visa à atualização e formação dos profissionais de educação e o programa Renova Escola objetiva à melhoria do ambiente escolar com a manutenção e conservação dos prédios escolares e a disponibilização de equipamentos e mobiliários. A tabela 3 apresenta os recursos destinados para o Setor 3, assim como os diagramas 5,6 e 7, as referências básicas dos programas.

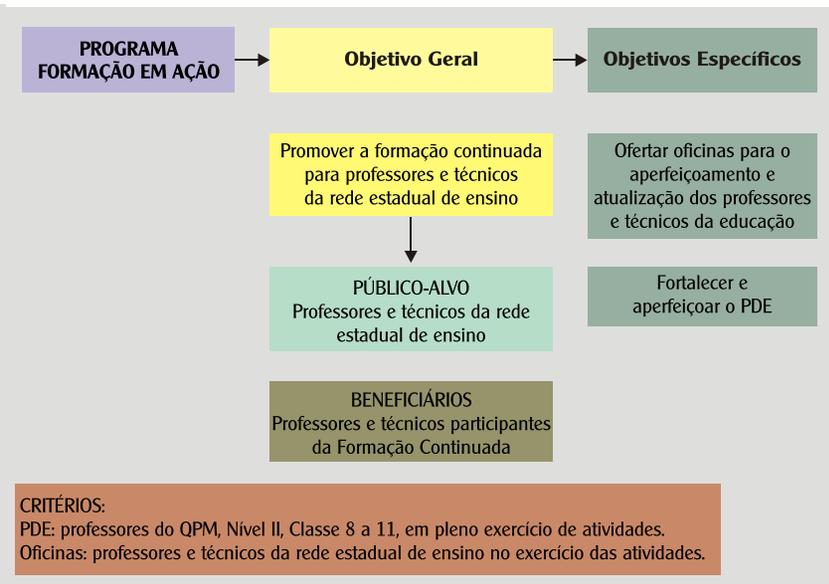
| TABELA 3 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 3, EDUCAÇÃO - PROJETO MULTISSETORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - JUNHO/2017 | | | | | |
|---|--------------------------|---|--|----------------------------|---------------|
| NOME E NÚMERO DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA | INVESTIMENTO (R\$) | | | | |
| | Previsto Total (1) R\$ | Executado R\$ Acumulado Período (12/12/2012 a 31/12/2016) | Executado R\$ no Período (jan/2017 a jun/2017) | Saldo Total a Executar R\$ | Executar (%) |
| | (A) | (B) | (C) | A-(B+C) | (B+C)/A |
| 3018 - Programa de Sistema de Avaliação de Aprendizagem | 25.325.600 | 9.738.048 | 0 | 15.587.552 | 61,55% |
| 3017 - Programa de Formação em Ação - 3017 | 119.860.013 | 49.656.592 | 6.776.487 | 63.426.934 | 52,92% |
| 4094 - Programa Renova Escola | 322.045.310 | 155.527.651 | 11.709.479 | 154.808.180 | 48,07% |
| Total | 467.230.923 | 214.922.291 | 18.485.966 | 233.822.666 | 50,04% |
| (1) = Conforme 2º Termo Aditivo de Contrato com o Banco Mundial | | | | | |
| FONTES : SEPL - Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo nº 8201/BR; SEFA-SIAF | | | | | |

DIAGRAMA 5 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 6 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

DIAGRAMA 7 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA



FONTE: IPARDES - Modelo Lógico, 2012

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

No setor Educação, foram definidos cinco indicadores de monitoramento para o programa Sistema de Avaliação de Aprendizagem, que pretende subsidiar o direcionamento pedagógico da escola. Seis indicadores de monitoramento para o programa Formação em Ação, com vistas à promoção do aperfeiçoamento profissional de professores e técnicos da educação. E para o programa Renova Escola, dois indicadores de monitoramento direcionados à melhoria das condições de infraestrutura física das escolas (quadro 6).

No quadro 7 consta um indicador de desenvolvimento relativo ao setor Educação, três indicadores de desembolso e três indicadores de resultado intermediário relativos aos programas. Ainda no quadro 7 consta um indicador social para o acompanhamento da capacitação de professores que atuam em escolas indígenas.

QUADRO 6 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS SISTEMA DE AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM, FORMAÇÃO EM AÇÃO E RENOVA ESCOLA - SETOR 3, EDUCAÇÃO - 1º SEMESTRE DE 2017

Continua

| INDICADOR | PGE 5: PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM | | | | | | |
|--|--|--|-----------------------------------|-----------------------------------|--|-------|---|
| | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO ACUMULADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Núcleo Estadual de Avaliação em funcionamento (instalação do núcleo) | Número | Coordenação composta de 5 pessoas | Coordenação composta de 5 pessoas | Coordenação composta de 5 pessoas | Coordenação composta de 5 pessoas | 100,0 | Documento que comprove a designação das pessoas para compor a Coordenação. |
| Sistema de Avaliação da Educação Básica operando (meta anual) | Número | 1 | 1 | 1 | 1 | 100,0 | Sistema Operando |
| Matrizes de referência elaboradas nas duas disciplinas para a avaliação | Número | 2 | 4 | 0 | 2 | 50,0 | Até dezembro de 2015: Matrizes de referência das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática elaboradas. Para 2017: Matriz de Referência da EJA e Matriz de Referência para provas em Guarani Kaingang elaboradas. |
| Avaliação de alunos das escolas da rede pública estadual nas disciplinas de língua portuguesa e matemática | Número | 683.041 | 1.420.000 | 0 | 683.041 | 48,1 | Relatório da SEED incluindo o número de alunos avaliados |
| Resultados das avaliações publicados e divulgados | Número | Divulgação de resultado de 3 avaliações de duas disciplinas e elaboração de 18 revistas para divulgação dos resultados | Resultados da Quarta avaliação | 0 | Divulgação de resultado de 3 avaliações de duas disciplinas e elaboração de 18 revistas para divulgação dos resultados | 75,0 | Resultados divulgados online e uma cópia digital ou impressa da revista onde foram publicados os resultados |

| INDICADOR | PGE 6: PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO | | | | | | |
|---|----------------------------------|---------------------|----------------|----------------------------|---------------------|-------|---|
| | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO ACUMULADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Oficinas anuais realizadas em 32 NRE sobre conteúdo das 14 disciplinas curriculares e outros temas para professores e técnicos (meta anual) | Número | 6.789 | 6.000 | 2.543 | 2.543 | 42,4 | Número de oficinas realizadas dividido pelo número previsto de oficinas realizadas |
| Técnicos participando em oficinas para troca de experiências (meta anual) | Número | 27.878 | 23.863 | 27.372 | 27.372 | 114,7 | Número de técnicos participantes dividido pelo número previsto de técnicos |
| Professores participando em oficinas para troca de experiências (meta anual) | Número | 74.742 | 76.719 | 48.885 | 48.885 | 63,7 | Número de professores participantes dividido pelo número previsto de professores |
| Vagas ofertadas para o aperfeiçoamento técnico-pedagógico de 2 anos em articulação com as universidades públicas do estado - PDE | Número | 10.400 | 10.400 | 0 | 10.400 | 100,0 | Números de vagas ofertadas dividido por número de vagas previstas para a oferta no PDE |
| Cadernos PDE publicados em ambiente web com ISBN contendo artigos científicos concluídos | Número | 4 | NA | NA | NA | NA | Número de cadernos efetivamente publicados dividido pelo número previsto de cadernos para a publicação |
| Cadernos PDE publicados em ambiente web com ISBN contendo produções didático-pedagógicas concluídas | Número | 4 | NA | NA | NA | NA | Número de cadernos efetivamente publicados dividido pelo número de cadernos previstos para a publicação |

Conclusão

| INDICADOR | PGE 7: PROGRAMA RENOVA ESCOLA | | | | | | |
|---|-------------------------------|---------------------|----------------|----------------------------|---------------------|-------|--|
| | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO ACUMULADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Desenvolvimento e aplicação de critérios para a elegibilidade e priorização dos estabelecimentos de ensino (meta anual) | Número | 1 | 1 | 1 | 1 | 100,0 | Documento técnico com o resultado da aplicação dos critérios atualizado anualmente |
| Escolas contempladas com equipamentos e mobiliários. | Número | 1.057 | 900 | 94 | 1.151 | 127,9 | Número de escolas em situação crítica em termos de equipamentos ou mobiliários dividido pelo número total de escolas |

QUADRO 7: INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO, SOCIAIS, RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS E DE DESEMBOLSO – SETOR 3 EDUCAÇÃO - 1º SEMESTRE DE 2017

Continua

| INDICADOR | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | PREVISTO PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO | REALIZADO | REALIZADO ACUMULADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
|--|-------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|----------------------------|--------------------------------------|------|---|
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | AGO/2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Taxa de sobrevivência do ciclo final do ensino fundamental das escolas do Estado | Percentual | 85,10 | 84,5 | NA | NA | NA | NA | O indicador é calculado baseado na metodologia UNESCO/WB: Divida o número total de alunos das escolas estaduais pertencentes a um contingente escolar que alcança notas de aprovação no final do ciclo do ensino fundamental pelo número de alunos das escolas estaduais no contingente escolar ou seja, aqueles originalmente matriculados na primeira série do ciclo final do ensino fundamental e multiplique o resultado por 100. Calculado com base no método de contingente reconstruído, que usa dados sobre a matrícula e repetentes por dois anos consecutivos. Para o cálculo do indicador serão utilizados os dados do ano anterior. |
| Sistema operacional de avaliação e aprendizagem do aluno operacional | Texto | 3 avaliações realizadas e publicadas | Quarta e quinta avaliações concluídas | Quarta avaliação concluída | 0 | 3 avaliações realizadas e publicadas | 60,0 | Para as avaliações: relatório da SEED incluindo número de escolas, estudantes, resultados, etc. Para publicação: relatório e publicação. |
| Participação de professores em treinamento de formação (meta anual) | Percentual | 91,7 | 85,0 | NA | 54,2 | 54,2 | 63,7 | Para desembolsos ocorridos em Fevereiro: a verificação da participação da formação do professor irá considerar o número médio de professores que participam nos treinamentos de formação do 1º e 2º semestre do ano, dividido pelo número médio de professores empregados constantes na folha de pagamento durante o 1º e 2º semestres do ano. |

Continua

| INDICADOR | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | PREVISTO PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO | REALIZADO | REALIZADO ACUMULADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
|--|-------------------|---------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|----------------------------|---------------------|-------|--|
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | AGO/2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Escolas Estaduais reformadas e ampliadas | Número | 337 | 400 | 360 | 19 | 356 | 89,0 | Reforma e/ou ampliação: trabalho concluído com um certificado assinado pelo Secretário da SEED com a empresa e o arquiteto para indicar que as obras estão concluídas. A partir de 2018 este indicador não será mais de desembolso. |
| Capacitação Acadêmica de Professores em Serviço, Programa de Desenvolvimento da Educação - PDE | Número | 8.011 | 5.930 | NA | 1 | 8.012 | 135,1 | Para aferição do indicador serão considerados os professores com certificados pelo PDE emitidos no período de referência do Relatório Semestral, independentemente das suas turmas de origem, excluindo-se os professores que optaram pelo aproveitamento total da titulação (mestrado e doutorado) certificados pelo Programa. Considerando a duração do PDE de dois anos e os meses necessários para a tramitação administrativa do processo tanto nas Universidades quanto na SEED para fins de certificação dos professores espera-se que os dados informados representem o número de concluintes de turmas PDE iniciadas 2 anos antes. Eventualmente professores podem concluir o PDE em um tempo superior a 2 anos devido a licenças previstas em lei. |
| Fortalecimento da capacidade da SEED de avaliar programas de treinamento para professores | Texto | 0 | Relatório da primeira dimensão do PDE | NA | 0 | 0 | 0,0 | Relatórios das consultorias contratadas contendo as avaliações das dimensões do PDE, conforme respectivos Termos de Referências . |

Conclusão

| INDICADOR | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | PREVISTO PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO | REALIZADO | REALIZADO ACUMULADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
|---|-------------------|--|---|-------------------------------------|----------------------------|---------------------|-------|--|
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | AGO/2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Gestão melhorada das infra-estruturas físicas das escolas da SEED | Texto | Módulos do Sistema Obras Online implementados. | Sistema de Monitoramento para Infraestruturas Físicas operacional (implementado na SEED e NREs) | NA | 0 | 0 | 100,0 | O indicador foi 100% cumprido até dezembro de 2015. O Desenvolvimento e implementação do Sistema tem sido feitos pela CELEPAR com recursos próprios da SEED. |
| Número de professores capacitados que trabalham em escolas indígenas (meta anual) | Número | 728 | 750 | NA | 737 | 737 | 98,3 | A verificação da participação da formação do professor irá considerar o número médio de professores que participam nos treinamentos de formação do 1º e 2º semestre do ano, dividido pelo número médio de professores empregados constantes na folha de pagamento durante o 1º e 2º semestres do ano. A abertura de turmas ou de novas escolas podem justificar a capacitação além do previsto uma vez que as metas em número absoluto representam 95% do total de 789 professores em serviço que compõem o quadro de pessoal das escolas estaduais indígenas em 2016, segundo os recursos humanos da SEED. |

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

LEGENDA:

NA – Não se aplica

- PDO – Indicador de Desenvolvimento Setorial
- IRI – Indicador de Resultado Intermediário
- DLI – Indicador de Desembolso
- SI – Indicador Social

CONTEXTO

PROGRAMA SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

- O Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP) foi concebido e implantado em 2012, com o objetivo de produzir informações para monitorar a qualidade do ensino e da aprendizagem. Para estruturar e operacionalizar o sistema de avaliação a SEED contratou a assessoria técnica especializada da Fundação da Universidade Federal de Juiz de Fora - Minas Gerais que desenvolveu e aplicou três avaliações, porém, o contrato, após estas avaliações, foi rescindido pela SEED.
- Para a continuidade da realização das avaliações decidiu-se pela abertura de um processo licitatório na modalidade pregão eletrônico para contratação de empresa especializada, tendo sido obtida a não objeção do Banco aos documentos licitatórios (edital e minuta de contrato) no final do segundo semestre de 2016. Sendo assim, no primeiro semestre de 2017 foi realizado e finalizado o processo de licitação. Entretanto o resultado foi fracassado, tendo em vista que nenhuma empresa concorrente atendeu aos requisitos exigidos no edital. O relatório do pregão eletrônico foi encaminhado ao Banco, solicitando-se a sua não objeção para abertura de um novo processo licitatório. Depois da autorização do Banco, em maio de 2017, foram tomadas as providências para a republicação do edital. Considerando o calendário próprio do processo, a contratação da empresa foi adiada para o segundo semestre de 2017.
- Nesse contexto a meta de realização das avaliações das séries iniciais do ensino fundamental e médio no início do ano letivo não foram atingidas.
- Há a expectativa de que a matriz de referência da EJA e matriz de referência para provas em Guarani e Kaingang sejam finalizadas no segundo semestre de 2017, assim como realizar ao final do ano letivo de 2017, a avaliação para os alunos do 9º ano do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio. A divulgação dos resultados dessa última avaliação será realizada em fevereiro de 2018.

PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

- No primeiro semestre de 2017 foram ofertadas oficinas com 28 conteúdos diferentes. Contudo, 26 oficinas tinham como foco a avaliação externa e interna, possibilitando reflexões a respeito das relações e articulações entre essas formas de avaliar. Os dois outros conteúdos ofertados voltaram-se para a importância dos agentes educacionais no contexto escolar.
- Conforme acordo obtido na RMT do Projeto, as metas do indicador de desembolso “percentual de professores participando de oficinas para troca de experiências” se aplicam somente para os desembolsos referentes aos segundos semestres de cada ano. Contudo, vale destacar para fins de monitoramento que no primeiro semestre do corrente ano 54,2% dos professores foram capacitados por meio de oficinas.
- A meta do indicador social “número de professores capacitados que trabalham em escolas indígenas” foi superada em números absolutos, alcançando-se 97,1% do efetivo de professores que atuam na educação escolar indígena.
- De acordo com as metas dos quadros 6 e 7 para o corrente ano, não está prevista a oferta de vagas para a formação de turma, assim como não estão previstas nem a publicação de cadernos e nem a certificação de professores. Mesmo assim, um professor que estava de licença concluiu as atividades do curso e foi certificado pelo programa no primeiro semestre de 2017. Não obstante, a turma PDE que iniciou o curso em fevereiro de 2016 continuou desenvolvendo suas atividades nesse primeiro semestre do ano.
- O processo de seleção que visa à contratação de consultoria para a avaliação da primeira dimensão do PDE ainda não foi concluído, mas há a expectativa de contratação para o segundo semestre de 2017.

PROGRAMA RENOVA ESCOLA

- Em março de 2017, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – Fundepar foi oficialmente efetivado, determinando-o como autarquia vinculada à SEED, com patrimônio e receita próprios, bem como autonomia administrativa, técnica e financeira, com a finalidade de: (i) incentivo e amparo ao desenvolvimento e à difusão das atividades educacionais no

estado; (ii) planejamento, departamentos e execução de projetos, obras e serviços de engenharia e edificações; (iii) departamento da alimentação e nutrição escolar; (iv) departamento de material e suprimentos; (v) e, departamento de transporte escolar.

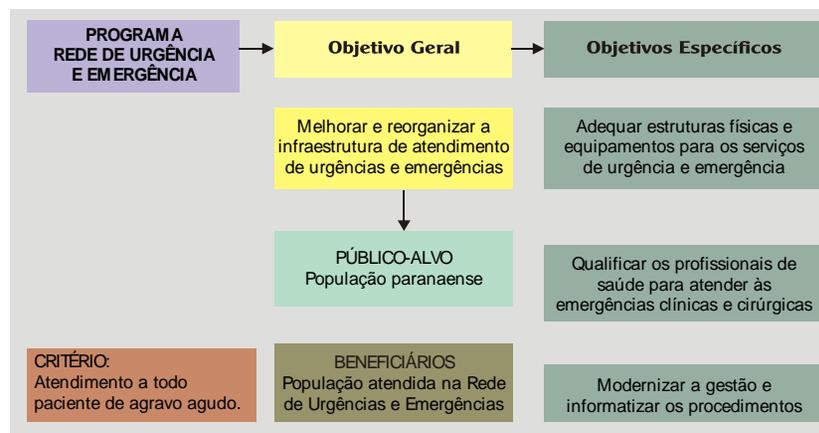
- Em relação ao indicador “Escolas estaduais reformadas e/ou ampliadas”, a meta física ficou aquém do esperado, resultando em 19 (dezenove) escolas concluídas no 1º semestre de 2017, com Termo de Recebimento de Obras, fechando um acumulado de 356 escolas reformadas e/ou ampliadas. O número reduzido das obras finalizadas foi devido aos procedimentos de padronização dos Editais, que ocorreu em meados de julho, bem como o trâmite necessário após a aprovação do edital entre a licitação e a conclusão das obras. Assim, muitas obras só tiveram o início no final do ano de 2016 e outras só iniciaram em 2017. Outro motivo é que só estão sendo contabilizadas como meta física as obras até R\$ 150.000,00. As demais aguardam parecer do TCE e decisão do Banco.
- No primeiro semestre de 2017 foi dado início ao Programa Brigada Escolar que é focado na: (i) adequação das instalações físicas; (ii) fornecimento de equipamentos específicos; (iii) e, formação de brigadistas nas escolas; (iv) e, elaboração de plano de abandono de cada escola. A meta é envolver as 540 unidades escolares apoiadas pelo Programa Renova Escola. As escolas foram analisadas e classificadas de acordo com graduação de 1 a 4, estabelecida pelo Corpo de Bombeiros. A grande maioria das escolas está classificada em grau 1 e 2 o mais simples, sendo que, até o momento 79 obras estão sendo executadas. Após o término destas obras, será dado andamento ao início dos trabalhos para o atendimento das escolas classificadas nos graus 3 e 4, as quais demandam projetos executivos para a adequação da Escola, sendo de maior complexidade as de grau 4.
- No primeiro semestre de 2017, foram contempladas com equipamentos e mobiliários mais 94 escolas, superando a meta total cumulativa de 900 escolas em 127,9% (atendimento cumulativo de 1.151 escolas).

2.4 SAÚDE - Setor 4

No contexto do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, as ações do setor Saúde estão voltadas à redução da mortalidade materna e infantil, enfatizando-se a prestação de cuidados primários e especializados de qualidade para mulheres grávidas e crianças até um ano de vida (Rede Mãe Paranaense), bem como a mortalidade por causas externas (Rede de Urgência e Emergência) – tabela 4, diagramas 8 e 9.

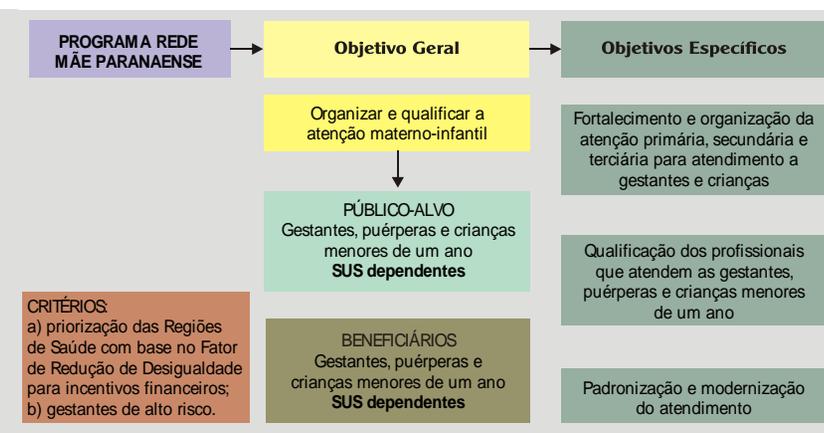
| TABELA 4 - RECURSOS PROGRAMADOS E RECURSOS EXECUTADOS DO SETOR 4, SAÚDE - PROJETO MULTISSETORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - JUNHO/2017 | | | | | |
|--|-------------------------|---|--|----------------------------|---------------|
| NOME E NÚMERO DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA | INVESTIMENTO (R\$) | | | | |
| | Previsto Total (1) R\$ | Executado R\$ Acumulado Período (12/12/2012 a 31/12/2016) | Executado R\$ no Período (jan/2017 a jun/2017) | Saldo Total a Executar R\$ | Executar (%) |
| | (A) | (B) | (C) | A-(B+C) | (B+C)/A |
| 4161 - Rede de Urgência e Emergência | 909.326.420 | 789.972.004 | 166.352.276 | (46.997.860) (2) | Meta cumprida |
| 4162 - Rede Mãe Paranaense | 388.058.055 | 546.143.562 | 123.822.919 | (281.908.426) (2) | Meta cumprida |
| Total | 1.297.384.475 | 1.336.115.566 | 290.175.195 | (328.906.286) (2) | 0,00% |
| (1) = Conforme 2º Termo Aditivo de Contrato com o Banco Mundial | | | | | |
| (2) = Valores executados acima do Previsto (A) - Meta cumprida | | | | | |
| FONTES: SEPL - Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná - Contrato de Empréstimo nº 8201/BR; SEFA-SIAF | | | | | |

DIAGRAMA 8 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA



FONTE: IPARDES - Modelo Lóico. 2012

DIAGRAMA 9 - REFERÊNCIAS BÁSICAS DO PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE



FONTE: IPARDES - Modelo Lóico. 2012

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

No setor Saúde, foram definidos onze indicadores de monitoramento para o programa Rede de Urgência e Emergência, que busca a ampliação e melhoria do atendimento aos pacientes; e nove indicadores de monitoramento para o Programa Rede Mãe Paranaense, que pretende garantir qualidade no funcionamento da rede (quadro 8).

No quadro 9 são apresentados dois indicadores de desembolso, três de resultado intermediário e dois de desenvolvimento dos programas de Saúde.

QUADRO 8: INDICADORES DE MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E MÃE PARANAENSE - SETOR 4 - SAÚDE - 1º SEMESTRE DE 2017

| INDICADOR | PGE 8: PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA | | | | | | MEDIDA DE DESEMPENHO |
|--|---|----------------|----------------|----------------------------|----------------|-------|--|
| | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO | % | |
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Helicópteros disponíveis para o transporte aéreo de pacientes (meta anual) | Número | 3 | 3 | 3 | 3 | 100,0 | Número de helicópteros contratados dividido pelo número de helicópteros previstos |
| 390 ambulâncias, sendo 268 de resgate com UTI e 122 de simples remoção disponibilizadas para o transporte intermunicipal | Número | 219 | 390 | 2 | 221 | 56,7 | Número de ambulâncias disponibilizadas dividido pelo número de ambulâncias previstas |
| 238 kits para equipar ambulâncias de resgate / UTI | Número | 170 | 238 | 0 | 170 | 71,4 | Número de kits de equipamentos de UTI para ambulâncias dividido pelo número de kits previstos para ambulâncias |
| 04 Camionetes de resgate | Número | 4 | NA | NA | NA | 100,0 | Número de camionetes disponibilizadas dividido pelo número de camionetes previstas |
| Leitos de UTI habilitados e contratados no Estado do Paraná (meta anual) | Número | 1.968 | 1.968 | 1930 | 1930 | 98,1 | Número de leitos de UTI habilitados e disponíveis dividido pelo número de leitos previstos |
| 225 leitos de emergência equipadas | Número | 125 | 225 | 0 | 125 | 55,6 | Número de leitos de emergência equipados dividido pelo número de leitos previstos |

| INDICADOR | PGE 8: PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA | | | | | | |
|---|---|----------------|----------------|----------------------------|----------------|-------|--|
| | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Complexo Regulador do SUS com sistema operacional de regulação em 4 macrorregionais de saúde e (meta anual) | Número | 1 | 1 | 1 | 1 | 100,0 | Complexo regulador do SUS operando nas 4 macrorregionais de saúde |
| 320 hospitais com incentivo financeiro através de contratos ou repasse Fundo a Fundo - HOSPSUS I, II e III (meta anual) | Número | 242 | 320 | 266 | 266 | 83,1 | Número de hospitais com incentivo financeiro mantido dividido pelo número de hospitais com incentivos previstos |
| 12 SAMUs, sendo 9 Regionais e 3 Municipais com incentivo financeiro (meta anual) | Número | 12 | 12 | 12 | 12 | 100,0 | Número de SAMUs com incentivo financeiro mantido dividido pelo número de SAMUS com incentivos previstos |
| 6.400 alunos capacitados em cursos de 12 a 60 horas | Número | 7.462 | 8.000 | 621 | 8.083 | 101,0 | Número de profissionais de saúde capacitados dividido pelo número de profissionais previstos |
| 4 macrorregiões de saúde com Núcleos de Desastres para resposta assistencial de urgência rápida e coordenada nas situações de desastres naturais ou provocados e de epidemias e doenças transmissíveis (meta anual) | Número | NA | 4 | 0 | 0 | 0,0 | Número de macrorregionais com Núcleos de Desastres dividido pelo número de macrorregionais com Núcleos previstos |

| INDICADOR | PGE 9: PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE | | | | | | |
|---|-------------------------------------|--|--|--|--|-------|--|
| | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO ACUMULADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Fator de Redução das Desigualdades para hierarquização dos municípios (meta anual) | Texto | Relação dos 391 municípios hierarquizados por prioridade | 100,0 | Municípios priorizados |
| UBS construídas, reformadas e/ou ampliadas | Número | 244 | 199 | 26 | 270 | 135,7 | Número de UBS construídas, reformadas e/ou ampliadas dividido pelo número previsto |
| Número de instituições beneficiadas com equipamentos adquiridos com recurso Banco Mundial.(para atender as gestantes e crianças da Rede Mãe Paranaense) | Número | 314 | 408 | 91 | 405 | 99,3 | Número de instituições beneficiadas dividido pelo número previsto |
| Municípios com incentivo financeiro para o atendimento nas APS (meta anual) | Número | 391 | 391 | 391 | 391 | 100,0 | Número de municípios com incentivo dividido pelo número de municípios previstos |
| Profissionais da Atenção Primária à Saúde melhor qualificados | Número | 47.738 | 45.505 | 2.084 | 49.822 | 109,5 | Número de profissionais qualificados dividido pelo número previsto |
| Gestantes com carteiras nas UBS (meta anual) | Percentual | 137,8 | 85 | 64,9 | 64,9 | 76,4 | Número de gestantes SUS dependentes com carteira / dividido pelo número estimado de gestantes SUS dependentes |
| Crianças com carteiras nas UBS (meta anual) | Percentual | 166,6 | 85 | 161,8 | 161,8 | 190,4 | Número de crianças SUS dependentes com carteiras nas UBSs / dividido pelo número estimado de crianças SUS dependentes |
| Gestantes com classificação de risco registrada no SISPRENATAL (meta anual) | Percentual | 78,0 | 70,0 | 52,0 | 52,0 | 74,3 | Nº de AIH para procedimentos obstétricos emitidas por Hospitais da Rede dividido pelo número estimado de gestantes SUS Dependentes |
| Gestantes com atenção e referência hospitalar garantidas nas intercorrências e no parto (meta anual) | Percentual | 78,0 | 70,0 | 52,0 | 52,0 | 74,3 | Nº de AIH para procedimentos obstétricos emitidas por Hospitais da Rede dividido pelo número estimado de gestantes SUS Dependentes |

QUADRO 9: INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO, SOCIAIS, RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS E DE DESEMBOLSO - SETOR 4 - SAÚDE - 1º SEMESTRE DE 2017

| INDICADOR | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO | PREVISÃO ANUAL | PREVISTO PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO | REALIZADO | REALIZADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
|--|-------------------|----------------|----------------|-------------------------------------|----------------------------|----------------|-------|---|
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | AGO/2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Diminuição na taxa de mortalidade por causas externas exceto violência | Número | 42,27 | 49,03 | NA | 42,27 | 42,27 | 113,8 | O indicador mede o percentual de decréscimo em relação à base (51,48); exclui mortes por violência. Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) é a fonte dos dados. A taxa de mortalidade por causas externas é calculado dividindo-se o número de óbitos por causas externas pela população total multiplicando-se por 100.000 habitantes. |
| Redução da Razão de mortalidade materna | Coeficiente | 38,40 | 47,88 | NA | 24,1 | 24,1 | 149,7 | O indicador mede o percentual de decréscimo em relação à base (65,11/100.000 nascidos vivos); exclui mortes por causas acidentais ou violência. Geralmente os dados viáveis refletem o status de 1,5 anos atrás. |
| Taxa de mortalidade para doenças cardiovasculares por faixa etária | Número | 70,85 | 76,60 | NA | 32,89 | 32,89 | 49,56 | O indicador mede o percentual de decréscimo em relação à base (70,85); Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) é a fonte dos dados. A taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares é calculado dividindo-se o número de óbitos por doença cardiovascular pela população total/100.000 habitantes. |

| INDICADOR | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO | PREVISÃO ANUAL | PREVISTO PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO | REALIZADO | REALIZADO | % | MEDIDA DE DESEMPENHO |
|--|-------------------|----------------|----------------|-------------------------------------|----------------------------|----------------|-------|--|
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | AGO/2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| Percentual da população com acesso aos serviços da Rede de Urgência e Emergência | Percentual | 87,13 | 95,00 | NA | 88,38 | 88,38 | 93,0 | População com acesso à regulação de urgência dividida pela população total |
| Redução de taxa de mortalidade infantil | Coeficiente | 10,60 | 10,81 | NA | 10,35 | 10,35 | 104,3 | O Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) será a fonte dos dados. |
| Percentual de gestantes de alto risco de complicações no parto, identificadas, que foram referenciadas por unidades básicas de saúde a um hospital participante da Rede de Saúde Materno Infantil do Mutuário - Mãe Paranaense | Percentual | 109,02 | 80,00 | NA | 70,10 | 70,10 | 87,6 | Relatório que compare dados a partir dos seguintes sistemas: Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC, sistema de informação sobre nascidos vivos) e Sistema de Informação Hospitalar. A partir de 2019 este indicador não é mais de desembolso. |
| Proporção de nascidos vivos para mulheres que foram atendidas em mais de 7 consultas pré-natal | Percentual | 83,00 | 80,00 | NA | 83,10 | 83,10 | 103,9 | Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC). A partir de 2019 este indicador não é mais de desembolso. |

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

LEGENDA:

NA - Não se aplica

- PDO - Indicador de Desenvolvimento Setorial
- IRI - Indicador de Resultado Intermediário
- DLI - Indicador de Desembolso
- SI - Indicador Social

CONTEXTO

PROGRAMA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

- Para melhor representar os esforços do trabalho realizado com a implantação do Programa Rede de Urgência e Emergência foi acordada a inclusão de três indicadores: i) um indicador de PDO: *Diminuição na taxa de mortalidade por causas externas, exceto violência* e, (ii) dois indicadores de resultado intermediário: *Taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares por faixa etária* e *Percentual da população com acesso aos serviços da Rede de Urgência e Emergência*. Os dois primeiros indicadores citados avaliam resultados anuais, não sendo possível avaliá-los no primeiro semestre de cada ano. A informação para o 1º semestre de 2017 só é válida para efeito de acompanhamento dos indicadores, pois os números vão crescendo à medida que são processados os documentos e só será obtido um resultado apropriado para 2017 ao final de maio de 2018. Ainda, em relação ao terceiro indicador que mede o *Percentual da população com acesso aos serviços da Rede de Urgência e Emergência*, é importante ressaltar que a meta não foi atingida totalmente (93,0%) devido a não integração total dos municípios ao SAMU Regional.
- Alguns indicadores obtiveram êxito parcial, devido à reprogramação do processo de aquisição de equipamentos, como no caso das ambulâncias para o transporte intermunicipal que alcançou 56,7% da meta; dos kits para equipar ambulâncias de resgate (71,4% alcançado) e dos leitos de emergência equipados (55,6%). Vale ressaltar que esses indicadores estão sendo monitorados para atingir êxito até o final do ano de 2017.
- O incentivo financeiro em hospitais foi ampliado para atender a 320 hospitais² e realizou 83,1% da meta no primeiro semestre de 2017. Isso se deve à inclusão dos hospitais cujo incentivo era viabilizado por convênio. A partir da nova legislação, a figura do convênio foi extinta, transformando a relação com todos os serviços em contrato ou repasse fundo a fundo. Houve, portanto, uma ampliação significativa no número de hospitais integrados à Rede de Urgência e Emergência. A meta foi atingida parcialmente em função da dificuldade de adesão dos hospitais aos termos do contrato.

² Ver informações no MOP, 2016:36.

- Importante ressaltar que todos os SAMUs regionais tiveram incentivos implantados e receberam recursos no 1º semestre de 2017.
- No indicador referente à capacitação de alunos, foram realizadas 621 capacitações, totalizando 8.083 alunos capacitados em todo o período do projeto, superando a meta de 8.000 capacitações. Estes cursos envolvem temas fundamentais na saúde como suporte básico de vida, regulação médica, resgate e trauma, emergências psiquiátricas, socorristas, emergências pediátricas, entre outros.
- Fatores destacados pela SESA como relevantes para a execução do programa foi à reavaliação das metas do projeto que permitiu adequação à nova realidade assistencial, aliada à adoção de medidas administrativas e de logística que viabilizaram as entregas de equipamentos. Algumas medidas consideradas para o Rede de Urgência e Emergência foi a revisão permanente das metas e a previsão orçamentária adequada ao período de duração do contrato de empréstimo, podendo ser considerado assim, que todas as metas previstas para o programa tiveram desempenho satisfatório no 1º semestre de 2017.

PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE

- A Rede de Atenção Materno-Infantil (Rede Mãe Paranaense), não sofreu descontinuidade no processo de implementação e continua apresentando resultados importantes para o sistema de saúde estadual.
- O indicador de Redução da Razão de Mortalidade Materna (RMM) foi mantido como de objetivo de desenvolvimento do projeto (PDO).³ Essa decisão deve-se ao fato de que a RMM é um indicador de qualidade de saúde, influenciado diretamente pelo grau de desenvolvimento-econômico-tecnológico e da organização do sistema de saúde. Variações positivas desse indicador normalmente são associadas à falta de qualidade de serviços de assistência à gestação, parto e puerpério. Geralmente os dados viáveis refletem o status de 1,5 anos atrás. Durante o 1º semestre de 2017, as

³ Informações da Ajuda Memória da Revisão de Meio Termo de abril de 2016 do Setor Saúde.

variações deste indicador atenderam e ultrapassaram a meta de redução de RMM, atingindo um coeficiente 49,7% menor que o previsto. Importante ressaltar que são dados preliminares, podendo não refletir a mesma realidade no final do período de medição.

- Para a melhoria da estrutura dos serviços de atenção primária em saúde, a SESA tem repassado recursos a 391 municípios paranaenses, seja por meio de convênio ou repasse fundo a fundo, para apoiar a construção, a reforma, ou a ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Um acompanhamento detalhado a respeito do andamento de cada uma das obras está em curso pela SESA em conjunto com a SEPL/UGP e a Paraná Edificações.
- A SESA também instituiu a Resolução nº 604/2015, que criou o incentivo financeiro no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), por meio de repasse fundo a fundo para que os municípios adquirissem os equipamentos necessários para atender às UBSs. Neste semestre 26 equipamentos foram adquiridos pela SESA e disponibilizados para os ambulatórios e hospitais da Rede Mãe Paranaense e 65 kits foram adquiridos pelos municípios conforme resoluções SESA nº 276/17, 195/17 e 227/17.
- O indicador de resultado intermediário - *Redução da taxa de mortalidade infantil* – vem superando às expectativas do programa, mesmo sendo dados preliminares, pois sua avaliação requer acompanhamento anual.
- Em relação aos dois indicadores de desembolso, (a) *Percentual de gestantes de alto risco de complicações no parto, identificadas e que foram referenciadas por unidades básicas de saúde a um hospital participante da rede de saúde materno infantil do mutuário - Mãe Paranaense*; e (b) *Proporção de nascidos vivos para mulheres que foram atendidas em mais de 7 consultas pré-natal*, é importante ressaltar que o seu desempenho vem atendendo às expectativas do programa.

3 INDICADORES DE MONITORAMENTO DO COMPONENTE

Assistência Técnica para a Gestão Pública mais Eficiente e Eficaz

Para o componente 2, os procedimentos de acompanhamento dos indicadores de execução física obedeceram uma lógica distinta, em razão da especificidade e da natureza das atividades desse componente, que contempla um conjunto de ações voltadas à modernização administrativa e apoio técnico e financeiro para o cumprimento de alguns objetivos relacionados aos programas do componente 1. Constitui o setor 5 do projeto denominado Gestão do Setor Público.

Neste componente, as ações são 100% custeadas com recursos financeiros disponibilizados pelo Banco Mundial, no montante de US\$ 35 milhões, ficando esses recursos alocados na iniciativa orçamentária nº 3039 (alterada na LOA de 2016 de nº 3016 para nº 3039) da Administração Geral do Estado (AGE), sob a supervisão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Os gastos serão realizados de acordo com programação, acordada com o Banco Mundial, sendo os processos desencadeados pelas solicitações das unidades envolvidas na execução do projeto e efetivados pela SEPL.

A modalidade de desembolso prevista para o componente 2 é de adiantamento à conta designada; ou seja, o Estado solicita ao Banco recursos financeiros para iniciar os processos de aquisição e contratação. Assim, esses procedimentos foram adotados após a assinatura do acordo de empréstimo.

As ações e os executores desse componente constam no quadro 10.

QUADRO 10 - COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA POR INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA, AÇÕES E EXECUTORES - PROJETO MULTISSETORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - 2017

| COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - SETOR 5 - GESTÃO DO PODER PÚBLICO | | |
|--|---|---|
| INICIATIVA PPA Nº | AÇÕES | EXECUTOR |
| Administração Geral do Estado – AGE- 3039 | Qualidade fiscal | SEPL, SEFA |
| | Modernização Institucional | SEPL, SEAP, IPARDES, CGE |
| | Gestão mais eficiente dos recursos humanos | SEPL e SEAP |
| | Apoio à agricultura de baixo impacto ambiental | SEPL e SEAB |
| | Apoio à modernização do licenciamento ambiental | SEPL, SEMA, IAP, AGUASPARANÁ, ITCG |
| | Apoio à gestão de riscos naturais e antrópicos | SEPL, SEMA, IAP, ÁGUASPARANÁ, ITCG, CASA MILITAR/DEFESA CIVIL |
| | Educação | SEPL e SEED |
| | Saúde | SEPL e SESA |

FONTE: SEPL - Manual Operativo do Projeto, 2017

EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

No componente 2 – Assistência Técnica estão previstas 18 atividades compostas por seleção de consultorias e aquisição de bens e serviços sob a responsabilidade da Secretaria de Estado e Planejamento em conjunto com os executores do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná. No quadro 11 estão relacionadas às atividades alocadas no componente 2, classificadas por "Subcomponente", "Executor", "Objeto", "Tipo" e "Status" do processo de aquisição ou seleção. O valor total estimado das atividades corresponde em moeda nacional a R\$ 92.103.010,15 ou US\$ 27.845.873,19, com uma taxa de câmbio de compra do Banco Central do Brasil (Cotação 30/06/2017- 3,3076), comprometendo os recursos disponíveis para a assistência técnica.

Continua

| COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA GESTÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E EFICAZ | | | | |
|---|--------------------|--|---|---|
| Sector 5 - Gestão do Sector Público | Executor | Objeto | Tipo | Status até 30 de junho 2017 |
| Qualidade Fiscal (Subcomponente 2.1) | SEPL / SEFA | 1. Sistema de Gestão Tributária - SGT | LPI | Em licitação |
| Modernização Institucional (Subcomponente 2.2) | SEPL / CGE | 2. Seleção de consultoria para desenvolvimento de ferramentas de tecnologia da informação integrada, para os Sistemas de Controle Interno, Sistema de Ouvidoria, Sistema de Corregedoria e Sistema de Transparência e Acesso a Informação. | Seleção de Consultoria | Contrato assinado em 30/06/2017 |
| | SEPL | 3. Aquisição de equipamentos de informática (SEAP, SEPL, IPARDES, CGE e SEMA) | Aquisição de Bens - Material Permanente - Investimento | Ata de registro de preços assinada em 19/05/2016 |
| | SEPL | 4. Aquisição de mobiliário e divisórias (SEAP E IPARDES) | Aquisição de Bens - Material Permanente - Investimento | Pregão Eletrônico - 90 Homologado |
| | SEPL | 5. Aquisição de mobiliário e divisórias (SEAP) | Aquisição de Bens - Material Permanente - Investimento | Pregão Eletrônico - 1390 em licitação |
| | SEPL | 6. Aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos (SEAP E IPARDES) | Aquisição de Bens - Material Permanente - Investimento | Homologado |
| | SEPL / SEAP | 7. Seleção de consultoria para o estudo do modelo ideal para composição e dimensionamento da frota de veículos oficiais do Estado do Paraná | Seleção de Consultoria | Em seleção |
| | SEPL / SEAP | 8. Serviços de atualização do Cadastro Imobiliário do Estado do Paraná | Contratação de Serviços | Contrato assinado em 16/03/2016 |

Continua

| Setor 5 - Gestão do Setor Público | Executor | Objeto | Tipo | Status até 30 de junho 2017 |
|--|-----------------------|---|-------------------------------|--|
| Modernização Institucional (Subcomponente 2.2) | SEPL / IPARDES | 9. Contratação de Consultoria Individual para Assessoramento Técnico para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, na execução da Avaliação de Impacto da Ação de Regularização Fundiária. | Consultor Individual | Em seleção |
| Modernização Institucional (Subcomponente 2.2) - Desenvolvimento Regional | SEPL / SEPL | 10. Seleção de Consultoria para elaboração do Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Estado do Paraná | Seleção de Consultoria | Em processo de assinatura do contrato |
| | SEPL / SEPL | 11. Seleção de Consultoria para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Eixo das Metrôpoles de Londrina, Apucarana e Maringá | Seleção de Consultoria | Em seleção |
| Gestão de Recursos Humanos Mais Eficiente (Subcomponente 2.3) | SEPL / SEAP | 12. Seleção de Consultoria para a capacitação estratégia dos quadros públicos do Estado do Paraná, nas modalidades presencial e a distância. | Seleção de Consultoria | Contrato assinado em 29/02/2016 |
| | | 13. Seleção de Consultoria para a Elaboração de Plano de Dimensionamento da Força de Trabalho da Administração Direta e Autárquica do Estado do Paraná | Seleção de Consultoria | Em seleção |
| | | 14. Seleção de consultoria especializada para o desenho de modelos de sistemas de saúde complementar, para os servidores públicos do Estado do Paraná SAS. | Seleção de Consultoria | Em seleção |

Conclusão

| Setor 5 - Gestão do Setor Público | Executor | Objeto | Tipo | Status até 30 de junho 2017 |
|--|------------------------|--|------------------------|-----------------------------|
| Apoio à Agricultura de Baixo Impacto Ambiental (Subcomponente 2.4) | SEPL / SEAB | Ações foram alocadas no Componente I | - | - |
| Apoio à Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (Subcomponente 2.5) | SEPL / SEMA | 15. Seleção de Consultoria para o Desenvolvimento do sistema de informações para gestão ambiental e de recursos hídricos – SIGARH, composto pelo subsistema de cadastro de recursos hídricos (CRH), subsistema de monitoramento de recursos hídricos (SMRH) e o subsistema de gestão de bacias hidrográficas - SGBH. | Seleção de Consultoria | Em seleção |
| Apoio à Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental (Subcomponente 2.5) | SEPL / SEMA | 16. Seleção de empresa especializada para implantar a infraestrutura de dados espaciais ambientais do Estado do Paraná (IDE-SEMA) | Seleção de Consultoria | Em seleção |
| Apoio à Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos (Subcomponente 2.6) | SEPL / SEMA | 17. Seleção de Consultoria em engenharia especializada em Cartografia e Sensoriamento Remoto para elaboração de Sistema Metodológico e Mapeamento de Uso e Cobertura da Terra | Seleção de Consultoria | Em seleção |
| Educação (Subcomponente 2.7) | SEPL / SEED | 18. Contratação de empresa para avaliar o programa de desenvolvimento educacional - PDE | Seleção de Consultoria | Em seleção |
| Saúde (Subcomponente 2.8) | SEPL / SESA | Ações foram alocadas no Componente I | - | - |
| *Total | ⁴ R\$ /US\$ | 92.103.010,15 | 27.845.873,19 | |

⁴ Taxa de Compra - Banco Central do Brasil - Cotação 30/06/2017 3,3076.

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

Já no quadro 12 constam os indicadores de monitoramento do setor 5 - Gestão do Setor Público, relacionados a: Qualidade Fiscal, Modernização Institucional e Gestão Estratégica e Eficiente dos Recursos Humanos, com metas transversais identificadas como imprescindíveis para a construção do “novo jeito de governar”, com foco nos resultados e em consonância com as demandas da sociedade. Os indicadores das ações Apoio à Modernização do Licenciamento Ambiental, Apoio à Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos, Educação e Saúde foram objeto de acompanhamento no respectivo setor, uma vez que se referem a metas para o cumprimento dos objetivos dos programas setoriais.

Em relação ao indicador 1 do quadro 12: *Melhorar as competências essenciais dos servidores civis*, informamos que no período de Julho/2016 a Agosto/2017 foram realizados 150 eventos de capacitação, com 17.400 participações. Deste total, 124 foram cursos presenciais (82%) e 51 cursos à distância (18%). Quanto ao perfil do público participante, 53% são do sexo feminino e 47% do masculino. Importante salientar que as ações se destinam aos agentes públicos do poder executivo estadual, legislativo, judiciário, e ministério público, também extensivo aos 399 municípios paranaenses.

Para o indicador 3 do quadro 12: *Fortalecimento da Capacidade do Estado para elaboração de políticas públicas de forma fundamentada*, informamos que o relatório com as considerações realizadas pelo IPARDES foi concluído e entregue à UGP/SEPL em janeiro de 2017, cumprindo totalmente a meta estipulada para este indicador.

QUADRO 12 - INDICADORES DE MONITORAMENTO DO COMPONENTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - SETOR 5 - PROJETO MULTISSETORIAL DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - 2017

Continua

| PRODUTO | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ATÉ 31/12/2016 | META ANUAL 2017 | META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 30/06/2017 | META ALCANÇADA NO PERÍODO DE 01/01/2017 a 30/06/2017 | | PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/FONTE DE INFORMAÇÃO |
|---|-------------------|---|--|--|--|-------|--|
| | | Abs | Abs | Abs | Abs | % | |
| 1. Melhorar as competências essenciais dos servidores civis. | Texto | Plano de desenvolvimento de Competências preparado, incluindo cronogramas, atividades e metodologia. | Número de funcionários públicos treinados, relacionados por gênero cumulativo com a previsão anterior. | 8.000 | 17.400 | 217,5 | Desembolso 6: Plano de Desenvolvimento de Competências; Desembolso 7: Número de servidores civis treinados, apresentado por gênero. Desembolso 8: Número de servidores treinados, apresentados por gênero, não acumulado com as metas do período anterior. |
| 2. Fortalecimento do Controle Interno | Texto | Termo de Referência já finalizado e aprovado pelo Banco. Estamos em fase de lançamento da Manifestação de Interesse para formação da lista curta. | Consultoria para desenvolvimento de métodos de controle interno contratado. | Consultoria para desenvolvimento de métodos de controle interno contratado | 1 | 100,0 | Desembolso 6: Consultoria contratada; Desembolso 7: Relatório de Avaliação Desembolso 8: Plano Estratégico; Desembolso 9: Sistema de Informação implantado. |
| 3. Fortalecimento da Capacidade do Estado para elaboração de políticas públicas de forma fundamentada | Texto | Modelos Lógicos de todos os Programas de Gastos Elegíveis finalizados. (Total de 09 cadernos) Proposta de avaliação de impacto para a Ação de Regularização Fundiária do PRORURAL | Relatório com as recomendações | 1 | 1 | 100,0 | Desembolso 5: Relatórios de alcance dos indicadores de resultado; Desembolso 6: Relatório de Progresso; Desembolso 7: Relatório com recomendações. |
| 4. Revisão dos processos de gestão fiscal | Texto | A SEFA desenvolveu e apresentou uma proposta englobando parte dos objetos dos TORs relativos a coleta de ITCMD e IPVA e encaminhou ao Banco obtendo não objeção técnica. Foi realizada a revisão dos processos de cobrança de impostos internamente pela SEFA. O processo de licitação foi realizado encontrando-se na fase final de análise para não objeção por parte do Banco Mundial e posterior contratação. | NA | Software instalado e configurado, e plano de execução do projeto entregue | 0 | 0,00 | O resultado da licitação para a contratação da consultoria encontra-se em análise junto ao Banco Mundial. |

| PRODUTO | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ATÉ 31/12/2016 | META ANUAL 2017 | META PARA DESEMBOLSO PROGRAMADO 30/06/2017 | META ALCANÇADA NO PERÍODO DE 01/01/2016 A 30/06/2017 | | PROTOCOLO PARA VERIFICAÇÃO/FONTE DE INFORMAÇÃO |
|--|-------------------|--------------------------|---|--|--|--------|---|
| | | Abs | Abs | Abs | Abs | % | |
| 5. Receita de impostos em atraso recebidos em relação ao total de impostos em atraso | Percentual | 3,22 | NA | NA | 2,22 | 177,0 | O percentual de receita recebida de impostos em atraso em relação ao total de impostos em atraso é calculado usando dados do Balanço anual do Estado. O numerador é a soma da "Dívida Ativa Tributária" e "Dívida Não Tributária" e o denominador é o "Estoque da Dívida Ativa) |
| 6. Desenvolvimento e implementação de uma política de saúde ocupacional | Texto | NA | Política de Saúde Ocupacional, diagnóstico e definição de áreas prioritárias para intervenção | Implementando ações na área de educação e de saúde. Foi realizado o LTCAT (Laudo de Segurança no Trabalho) e o PPRA (Programa de prevenção de riscos ambientais no trabalho) do setor de Saúde - em função destes documentos está se definindo ações para o 1º semestre de 2017. | 1 | 100,00 | Documento contendo a Política de Saúde Ocupacional, diagnóstico e as áreas prioritárias para intervenção elaborado pela SEAP. |

FONTE: SEPL/UGP - Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná,2017.

NOTA: Sinal convencional utilizado:

NA - Não se aplica

0 - Não foi atingida a unidade adotada

 ID-S - Indicador de Desenvolvimento-Setorial

 IRI-PAD - Indicador de Resultado Intermediário - PAD

 ID - Indicador de Desembolso

⁽¹⁾ % de desempenho calculado tendo em vista a meta do ano por não haver meta específica para o período

4 ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO

O acompanhamento financeiro obedece à estrutura do financiamento do projeto. Uma linha de financiamento denominada Programas de Gastos Elegíveis (PGEs) corresponde às ações do componente 1, com condicionantes de desempenho físico e financeiro para o desembolso. A segunda linha de financiamento está relacionada às ações de assistência técnica do componente 2, financiado 100% pelo Banco Mundial.

As regras que foram utilizadas para este desembolso resultam da reformulação discutidas com o Banco Mundial, SEAIN, STN e PGFN. A oficialização das mesmas, através da reformulação do Acordo de Empréstimo e da Carta de Desembolso, iniciada no primeiro semestre de 2016 por ocasião da Revisão de Meio Termo foi concluída em 26 de maio de 2017 com a assinatura do Segundo Termo Aditivo.

COMPONENTE 1 - PROGRAMAS DE GASTOS ELEGÍVEIS

Período: 01 de janeiro a 30 de junho de 2017.

O período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2017 refere-se à prestação de contas para a comprovação dos critérios relativos ao oitavo desembolso do projeto e consolida a execução financeira. A demonstração financeira desta prestação de contas segue as regras do Acordo de Empréstimo vigente (Segundo Termo Aditivo ao Acordo de Empréstimo firmado em 26 maio de 2017).

No primeiro semestre de 2017, os pagamentos registrados nos PGEs totalizaram R\$ 323,53 milhões, equivalente a aproximadamente US\$ 101,76 milhões. Os programas afetos à Secretaria da Saúde contribuíram com 89,69% do desempenho financeiro do período (quadro 13).

Quadro 13 – Despesas realizadas no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2017.

| NOME E NÚMERO DA INICIATIVA ORÇAMENTÁRIA | INVESTIMENTO R\$ | | | | | | |
|---|------------------------|--|---|--|---|--------------------------|--------------------|
| | Previsto Total (1) R\$ | Executado R\$ Acumulado Período (12/12/2012 a 31/12/2016) | Executado US\$ Acumulado Período (12/12/2012 a 31/12/2016) | Executado no Período R\$ (jan/2017 a jun/2017) | Executado no Período US\$ (jan/2017 a jun/2017) | Saldo Total | Falta Executar (%) |
| | (A) | (B) | (C) | (D) | (E) | A-(B+D) | (B+D)/A |
| Desenvolvimento Econômico Territorial Pró-Rural - 3028/3033/3034 | 193.554.340 | 40.101.298 | 13.361.612 | 3.400.398 | 1.062.064 | 150.052.644 | 77,52% |
| Gestão de Solos e Água em Microbacias - 3027/3029/3037 | 121.819.981 | 50.218.839 | 20.590.183 | 1.192.722 | 375.284 | 70.408.420 | 57,80% |
| Sub-total | 315.374.321 | 90.320.137 | 33.951.795 | 4.593.120 | 1.437.348 | 220.461.064 | 69,90% |
| Modernização do Sistema de Licenciamento - 3045/3035/3046 | 40.079.869 | 12.200.561 | 4.394.737 | 0 | 0 | 27.879.308 | 69,56% |
| Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos - 3044/3043/3036/3008 | 65.183.879 | 12.943.499 | 4.878.445 | 10.277.536 | 3.200.226 | 41.962.845 | 64,38% |
| Sub-total | 105.263.748 | 25.144.060 | 9.273.182 | 10.277.536 | 3.200.226 | 69.842.153 | 66,35% |
| Programa de Sistema de Avaliação de Aprendizagem - 3018 | 25.325.600 | 9.738.048 | 4.348.673 | 0 | 0 | 15.587.552 | 61,55% |
| Programa de Formação em Ação - 3017 | 119.860.013 | 49.656.592 | 18.073.004 | 6.776.487 | 2.137.954 | 63.426.934 | 52,92% |
| Programa Renova Escola - 4094 | 322.045.310 | 155.527.651 | 66.535.471 | 11.709.479 | 3.691.166 | 154.808.180 | 48,07% |
| Sub-total | 467.230.923 | 214.922.291 | 88.957.148 | 18.485.966 | 5.829.121 | 233.822.666 | 50,04% |
| Rede de Urgência e Emergência - 4161 | 909.326.420 | 789.972.004 | 268.607.592 | 166.352.276 | 52.516.949 | (46.997.860) (2) | Meta cumprida |
| Rede Mãe Paranaense - 4162 | 388.058.055 | 546.143.561 | 178.516.211 | 123.822.919 | 38.773.126 | (281.908.426) (2) | Meta cumprida |
| Sub-total | 1.297.384.475 | 1.336.115.565 | 447.123.803 | 290.175.195 | 91.290.075 | (328.906.286) (2) | 0,00% |
| TOTAL GERAL | 2.185.253.467 | 1.666.502.053 | 579.305.927 | 323.531.817 | 101.756.770 | 195.219.597 | 8,93% |
| (1) - Conforme 2º Termo Aditivo de Contrato com o Banco Mundial | | | | | | | |
| (2) = Valores executados acima do Previsto (A) - Meta cumprida. | | | | | | | |
| (3) - Total de valores pagos correspondente ao período de 01/01/2017 à 30/06/2017 (Fonte -Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF) | | | | | | | |

Do total dispendido (despesas realizadas) foi considerado como valor elegível pago (financiável), no período em análise, US\$ 52,02 milhões conforme discriminado por PGEs e Executor no Quadro 14.

Quadro 14. Despesas consideradas elegíveis no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2017.

| PROJETO MULTISSETORIAL - SWAP PARANÁ - BANCO MUNDIAL | | | | | |
|--|--|--------------|------|-----------------------|----------------------|
| EXECUÇÃO FINANCEIRA 01/01/2017 À 30/06/2017 | | | | | |
| Nº | PROGRAMAS DE GASTOS ELEGÍVEIS | EXECUTOR | PPA | VALOR PAGO US\$ | FINANCIÁVEIS US\$ |
| Setor 1: Desenvolvimento Rural | | | | | |
| PGE1 | Desenvolvimento Econômico Territorial - PRO-RURAL | SEAB | 3028 | 694.147,87 | 694.147,87 |
| | | EMATER | 3033 | 274.377,47 | 257.971,59 |
| | | SEMA/ITCG | 3034 | 93.539,04 | 87.710,01 |
| PGE2 | Gestão de Água e Solo Rural em Microbracias | SEAB | 3027 | 161.724,32 | 161.724,32 |
| | | EMATER | 3029 | 213.559,70 | 206.583,49 |
| | | AGUASPARANÁ | 3037 | 0,00 | 0,00 |
| Setor 2: Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres | | | | | |
| PGE3 | Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental | SEMA | 3045 | 0,00 | 0,00 |
| | | IAP | 3035 | 0,00 | 0,00 |
| | | AGUASPARANÁ | 3046 | 0,00 | 0,00 |
| PGE4 | Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos | IAP | 3044 | 0,00 | 0,00 |
| | | SEMA | 3043 | 515.928,30 | 515.928,30 |
| | | AGUASPARANÁ | 3036 | 0,00 | 0,00 |
| | | DEFESA CIVIL | 3008 | 2.684.297,69 | 2.684.297,69 |
| Setor 3: Educação | | | | | |
| PGE5 | SISTEMA AVAL. DE APRENDIZAGEM | SEED | 3018 | 0,00 | 0,00 |
| PGE6 | FORMAÇÃO EM AÇÃO | SEED | 3017 | 2.137.954,39 | 1.648.194,60 |
| PGE7 | RENOVA ESCOLA | SEED | 4094 | 3.691.166,16 | 1.516.211,70 |
| Setor 4: Saúde | | | | | |
| PGE8 | REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA | SESA | 4161 | 52.516.948,85 | 26.955.920,94 |
| PGE9 | MÃE PARANAENSE | SESA | 4162 | 38.773.126,17 | 17.293.093,99 |
| Total ¹ | | | | 101.756.769,96 | 52.021.784,50 |

1 - Total de valores pagos correspondente ao período de 01/01/2017 à 30/06/2017 (Fonte -Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF)

O valor máximo para o oitavo (considerando Segundo Termo Aditivo ao Acordo de Empréstimo assinado em 26 de maio de 2017) é de US\$ 28,76 milhões o qual tem como requisitos de acordo com a Carta de Desembolso: a) apresentação de despesas financiáveis de igual valor; b) e, cumprimento de nove Indicadores de Desembolso.

Para este desembolso, o montante será calculado de acordo com a seguinte fórmula: x/y multiplicado pelo montante de

despesas financiáveis, no qual “x” é o número de DLIs atingidos e “y” é o número total de DLIs com metas previstas no período.

Dentro deste contexto, o montante considerado como valor financiável pago, no período, foi US\$ 52,02 milhões, conforme discriminado por PGEs e Executor no Quadro 14.

Para o período de referência do oitavo desembolso verifica-se: (i) Regra de Execução Financeira – o indicador financeiro Planejado Orçamentário de 2017 versus executado foi superior a meta de 70%; (ii) indicadores Físicos - dos 09 indicadores analisados 06 deles não atingiram as metas preconizadas o que resultou em um coeficiente de ID de 0,333 (quadro 15)

Quadro 15 - Coeficientes dos Indicadores de Desembolso (IDS)

Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - Banco Mundial

Relatório de Despesas dos Programas de Gastos Elegíveis
Apuração dos Indicadores de Desembolso

| | |
|-----------------|------------|
| Data: | xx/xx/2017 |
| Projeto Nº.: | 126343 |
| Empréstimo Nº.: | 8201-BR |
| Categoria Nº.: | 1 |
| DESEMBOLSO Nº.: | 8 |

Indicadores aferidos até a data de 30 de junho de 2017

Setor 1: Desenvolvimento Rural Sustentável

| No | Indicador | Descrição ou fórmula da meta do período | Unidade de Medida | Aferição Relativa ao Desembolso 8 | | | Fonte de Informação | Documentos Comprobatórios/Observações |
|--|--|--|-------------------|-----------------------------------|-------------|-----------|---------------------|--|
| | | | | Meta (a) | Apurado (b) | (b) - (a) | | |
| 1 | Número de Propostas de negócios aprovadas e a serem financiadas (cumulativo) | Número de propostas de negócios elaboradas por associações e cooperativas de agricultores aprovadas em seleção pública e com convênios assinados para o repasse de recursos. | Unidade | 40 | 10 | -30 | SEAB | Total de 17 associações habilitadas das quais 10 com Termo de Fomento formalizados e publicados no Diário Oficial do Estado. |
| 2 | Número de Planos de Ação de Microbacias elaborados (cumulativo) | NA | Unidade | NA | NA | NA | SEAB | Lista dos planos, elaborados conforme roteiro do Manual Operativo do Projeto, contendo município e respectiva microbacia. |
| Total de ID do Setor 1 analisado no período: | | | | | | 1 | | |
| Total de ID atendidos pelo Setor 1: | | | | | | 0 | | |

Setor 2: Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres

| No | Indicador | Descrição da meta para o período | Unidade de Medida | Aferição Relativa ao Desembolso 8 | | | Fonte de Informação | Documentos Comprobatórios/Observações |
|--|--|---|-------------------|-----------------------------------|-------------|-----------|---------------------|---|
| | | | | Meta (a) | Apurado (b) | (b) - (a) | | |
| 3 | Implementação de um Subsistema de Recursos Hídricos do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos | Relatório sobre a concepção do projeto concluído. | Unidade | 1 | 0 | -1 | SEMA | Contrato assinado em 30/06/2017 |
| 4 | Estabelecimento de uma Política Estadual de Gestão de Riscos e Desastres | Diretrizes para a elaboração de um Plano Estadual de Defesa Civil e de proteção apresentada ao Comitê | Texto | 1 | 1 | 0 | SEMA e CEPEDC | ATA de reunião que apresenta as Diretrizes ao Comitê Gestor consta no Relatório semestral |
| Total de ID do Setor 2 analisado no período: | | | | | | 2 | | |
| Total de ID atendidos pelo Setor 2: | | | | | | 1 | | |

QUADRO 15 - COEFICIENTES DOS INDICADORES DE DESEMBOLSO (IDS)

continua

Setor 3: Educação

| No | Indicador | Descrição ou fórmula da meta do período | Unidade de Medida | Aferição Relativa ao Desembolso 8 | | | Fonte de Informação | Documentos Comprobatórios/Observações |
|--|--|---|-------------------|-----------------------------------|-------------|-----------|---------------------|--|
| | | | | Meta (a) | Apurado (b) | (b) - (a) | | |
| 5 | Sistema de Avaliação de Ensino e Aprendizagem do Aluno operando | Quarta avaliação realizada | Unidade | 1 | 0 | -1 | SEED | Há a expectativa de realização da quarta avaliação no segundo semestre de 2017. |
| 6 | Professores participantes em oficinas de professores em serviço (cumulativo) | NA | Percentual | NA | NA | NA | SEED | Relatório do Formação em Ação, contendo o número de oficinas e o total de participantes por Núcleo Regional de Educação e informações relativas ao tema, conteúdo e carga horária das oficinas do 1º e 2º semestres de 2016. |
| 7 | Escolas Estaduais reformadas e/ ou ampliadas (cumulativo) | Reforma e/ou ampliação: trabalhos concluídos com o certificado assinado pelo Secretário da SEED com a empresa e o arquiteto para indicar que as obras estão concluídas. | Unidade | 360 | 356 | -4 | SEED | A meta física atingiu o número de 344 escolas reformadas e/ou ampliadas, indicando a conclusão com Termo de Recebimento das Obras de 07 (sete) reparos de até R\$150.000,00. As demais obras aguardam a liberação do TCE |
| Total de ID do Setor 3 analisado no período: | | | | | | 2 | | |
| Total de ID atendidos pelo Setor 3: | | | | | | 0 | | |

Setor 4: Saúde

| No | Indicador | Descrição ou fórmula da meta do período | Unidade de Medida | Aferição Relativa ao Desembolso 8 | | | Fonte de Informação | Documentos Comprobatórios/Observações |
|--|---|---|-------------------|-----------------------------------|-------------|-----------|---------------------|--|
| | | | | Meta (a) | Apurado (b) | (b) - (a) | | |
| 8 | Percentual de mulheres grávidas identificadas com alto risco de complicações no parto referenciadas por Unidades Básicas de Saúde (UBS) à um hospital que faça parte da Rede de Saúde Materna e Infantil - Rede Mãe Paranaense (cumulativo) | NA | Percentual | NA | NA | NA | SESA | Relatórios elaborados a partir de dados originados no Sistema de Informações Hospitalares, contendo a lista das Autorizações de Internações Hospitalares (AIHs) para a realização de partos emitidas pelos hospitais de referência para a Rede Mãe Paranaense. |
| 9 | Proporção de nascidos vivos de mulheres grávidas que participaram de mais de 07 consultas pré-natais | NA | Percentual | NA | NA | NA | SESA | Relatórios gerados a partir de informações do Sistema de Informações sobre Nascido Vivos - SINASC. |
| Total de ID do Setor 4 analisado no período: | | | | | | 0 | | |
| Total de ID atendidos: | | | | | | 0 | | |

Nota 1: O percentual foi calculado levando-se em consideração os resultados obtidos no ano de 2016.

QUADRO 15 - COEFICIENTES DOS INDICADORES DE DESEMBOLSO (IDS)

continua

Setor 5: Gestão do Setor Público

| No | Indicador | Descrição ou fórmula da meta do período | Unidade de Medida | Aferição Relativa ao Desembolso 8 | | | Fonte de Informação | Documentos Comprobatórios |
|--|---|--|-------------------|-----------------------------------|-------------|-----------|---------------------|---|
| | | | | Meta (a) | Apurado (b) | (b) - (a) | | |
| 10 | Melhorar as competências essenciais dos servidores civis | Número de funcionários públicos treinados, relacionados por gênero cumulativo com a previsão anterior. | Texto | 8.000 | 8000 | 0 | SEAP | Contrato em execução |
| 11 | Fortalecimento do Sistema de Controle Interno | Plano estratégico | Texto | 1 | 0 | -1 | CC | Contrato assinado em 30 de junho de 2017. Relatório de avaliação em fase inicial de elaboração. |
| 12 | Fortalecimento da Capacidade do Estado para a definição de políticas públicas baseadas em evidência | Relatório com as recomendações. | Texto | 1 | 1 | 0 | IPARDES | Relatório de progresso da avaliação de impacto concluído |
| 13 | Melhoria do Sistema de gestão fiscal do Estado (Mutuário) | Registro do pagamento de impostos concluído. | Texto | 1 | 0 | -1 | SEFA | Em fase de licitação |
| Total de ID do Setor 5 analisado no período: | | | | | | 4 | | |
| Total de ID atendidos pelo Setor 5: | | | | | | 2 | | |
| Aferição do Desembolso 8 | | | | | | | | |
| N° de ID atendidos (Numerador) | | | | | | 3 | | |
| N° total de ID analisados (Denominador) | | | | | | 9 | | |
| Coeficiente de ID | | | | | | 0,333 | | |

De acordo com a análise do Banco com a UGP, na Missão de 26 de Outubro a 01 de novembro, dos 09 indicadores analisados, 06 deles não alcançaram as metas com base nas seguintes considerações:

Setor 1: Desenvolvimento Rural Sustentável – Número de propostas de negócios aprovadas a serem financiadas – A meta estabelecida, em função da dificuldade das Associações e Cooperativas em atender as exigências de documentação para firmar os Termos de Fomento, encontra-se em atraso. Porém, existem 58 (somando primeira e segunda chamada) Associações e/ou Cooperativas aprovadas que deverão no final de 2017 e início de 2018 atingirmos a meta prevista de 40 unidades atendidas.

Setor 2 - Indicador 3 - Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres - Implementação de um Subsistema de Recursos Hídricos do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos. A meta estabelecida para o período para o indicador foi Contrato assinado e Mapeamento dos processos iniciados. O processo de seleção da consultoria encontra-se na fase de assinatura do contrato.

Setor 3: Educação- Escolas Estaduais Reformadas e/ou Ampliadas - A meta física ficou aquém do esperado, resultando em 19 (dezenove) escolas concluídas no 1º semestre de 2017, com Termo de Recebimento de Obras, fechando um acumulado de 356

escolas reformadas e/ou ampliadas. O número reduzido das obras finalizadas foi devido aos procedimentos de padronização dos Editais, que ocorreu em meados de julho, bem como o trâmite necessário após a aprovação do edital entre a licitação e a conclusão das obras. Assim, muitas obras só tiveram o início no final do ano de 2016 e outras só iniciaram em 2017. Outro motivo é que só estão sendo contabilizadas como meta física as obras até R\$ 150.000,00. As demais aguardam parecer do TCE e decisão do Banco.

Setor 3: Educação- Sistema de Avaliação da Aprendizagem. A meta de realizar a quarta avaliação não foi realizada em função de que o processo de contratação da consultora ainda esta em curso.

Setor 5 - Indicador 11 - Fortalecimento do Sistema de Controle Interno. A meta estabelecida para o período para o indicador foi Relatório de avaliação sobre a capacidade da função do controle interno. Em função do atraso na contratação dos trabalhos de Fortalecimento do Controle Interno, a meta estabelecida não foi atingida.

Setor 5 - Indicador 13 - Melhoria do Sistema de Gestão Fiscal do Estado (do Mutuário). A meta estabelecida para o período para o indicador foi Software instalado e configurado, e plano de execução do projeto entregue. Software em fase de licitação. Meta não foi atingida. O resultado do processo desta aquisição encontra-se em fase de assinatura do Contrato.

COMPONENTE 2. ASSISTENCIA TECNICA PARA A GESTÃO MAIS EFICIENTE E EFICAZ.

Durante o primeiro de 2017 intensificou-se o processo de elaboração, análise e desenvolvimento de 18 Termos de Referência e/ou aquisições com estimativa global de investimento de R\$. 92,8 milhões. Oito destes processos já foram contratados totalizando um valor de R\$ 42,19 milhões. Dos contratos já assinados já foram pagos até o final de 2016 R\$ 11,98 milhões (quadro 16).

BALANÇO GERAL – envolvendo o Componente 1 e 2 (cinco Setores)

A título de conclusão, pode-se afirmar que o projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, até o momento, apesar dos problemas vivenciados apresentou avanços significativos como demonstrado neste relatório. Para a obtenção desses resultados, foram aplicados até o momento recursos financeiros na ordem de R\$ 1,990 bilhão de um total de R\$ 2,185 bilhão previsto para os seis anos de duração do Projeto (2014 a 2019), que representa 91,06% do total de investimentos programados (quadro 16).

Quadro 16 – Acompanhamento Financeiro do Projeto, período de 12/12/2012 a 30/06/2017.

| Despesas realizadas no período de 12/12/2012 a 30/06/2017 | | | | | |
|--|-----------------------------|------------------------------------|---|-----------------------------|---------------------------------|
| COMPONENTE 1 | | | | | |
| Setor 1: Desenvolvimento Rural Sustentável | | | | | |
| Nome do Programa | Nº Iniciativa do PPA | Valor Pago no Período (R\$) | Valor Previsto - Contrato (Após Revisão Meio Termo) | Executado / Previsto | Part. Do Total Executado |
| Desenvolvimento Econômico Territorial - PRORURAL | 3028 | 26.804.860,45 | 156.420.477,00 | 0,17 | 1,35% |
| | 3033 | 12.246.177,25 | 22.737.128,00 | 0,54 | 0,62% |
| | 3034 | 4.450.658,69 | 14.396.735,00 | 0,31 | 0,22% |
| Gestão de Água e Solo Rural em Microbacias | 3027 | 10.352.787,90 | 46.415.898,00 | 0,22 | 0,52% |
| | 3029 | 6.095.182,87 | 12.986.516,00 | 0,47 | 0,31% |
| | 3037 | 34.963.589,79 | 62.417.567,00 | 0,56 | 1,76% |
| Total de Despesas Elegíveis do Setor (1) | | 94.913.256,95 | 315.374.321,00 | 0,30 | 4,77% |
| Setor 2: Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres | | | | | |
| Nome do Programa | Nº Iniciativa do PPA | Valor Pago no Período (R\$) | Valor Previsto - Contrato (Após Revisão Meio Termo) | Executado / Previsto | Part. Do Total Executado |
| Modernização do Sistema de Licenciamento | 3045 | 6.995,00 | 7.591.897,00 | 0,09% | 0,00% |
| | 3035 | 10.825.839,16 | 28.500.000,00 | 37,99% | 0,54% |
| | 3046 | 1.367.726,67 | 3.987.972,00 | 34,30% | 0,07% |
| Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos | 3044 | - | 50.000,00 | 0,00% | 0,00% |
| | 3043 | 12.654.115,74 | 40.126.402,00 | 31,54% | 0,64% |
| | 3036 | 1.812.537,38 | 1.804.500,00 | 100,45% | 0,09% |
| | 3008 | 8.754.380,39 | 23.202.977,00 | 37,73% | 0,44% |
| Total de Despesas Elegíveis do Setor (2) | | 35.421.594,34 | 105.263.748,00 | 33,65% | 1,78% |

| Setor 3: Educação | | | | | |
|--|----------------------|-----------------------------|--|----------------------|--------------------------|
| Nome do Programa | Nº Iniciativa do PPA | Valor Pago no Período (R\$) | Valor Previsto - Contrato (Após Revisão Meio Termo) | Executado / Previsto | Part. Do Total Executado |
| Programa de Sistema de Avaliação de Aprendizagem | 3018 | 9.738.048,44 | 25.325.600,00 | 38,45% | 0,49% |
| Programa de Formação em Ação | 3017 | 56.433.079,11 | 119.860.013,00 | 47,08% | 2,84% |
| Programa Renova Escola | 4094 | 167.237.130,73 | 322.045.310,00 | 51,93% | 8,40% |
| Total de Despesas Elegíveis do Setor (3) | | 233.408.258,28 | 467.230.923,00 | 49,96% | 11,73% |

| Setor 4: Saúde | | | | | |
|---|----------------------|-----------------------------|--|----------------------|--------------------------|
| Nome do Programa | Nº Iniciativa do PPA | Valor Pago no Período (R\$) | Valor Previsto - Contrato (Após Revisão Meio Termo) | Executado / Previsto | Part. Do Total Executado |
| Rede de Urgência e Emergência | 4161 | 956.324.280,64 | 909.326.420,00 | 105,17% | 48,06% |
| Rede Mãe Paranaense | 4162 | 669.966.480,57 | 388.058.055,00 | 172,65% | 33,67% |
| Total de Despesas Elegíveis do Setor (4) | | 1.626.290.761,21 | 1.297.384.475,00 | 125,35% | 81,72% |

| | | | | |
|---|-------------------------|-------------------------|---------------|----------------|
| TOTAL DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (12/12/2012 à 30/06/2017) | 1.990.033.870,78 | 2.185.253.467,00 | 91,07% | 100,00% |
|---|-------------------------|-------------------------|---------------|----------------|

COMPONENTE 2

Setor 5 : Gestão do Setor Público

| Nome do Programa | Nº Iniciativa do PPA | Valor Pago no Período (R\$) |
|---|----------------------|-----------------------------|
| Assistência Técnica para uma Gestão Pública mais Eficiente e Eficaz | 3039 | 11.989.660,90 |
| TOTAL DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (12/12/2012 à 30/06/2017) | | 11.989.660,90 |

Fonte: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2017.

Destaca-se que as despesas elegíveis realizadas pelo Setor Saúde correspondem, até o momento, 81,72% do total aplicado pelo Projeto, seguido pelo Setor Educação 11,73%, o Setor Desenvolvimento Rural Sustentável 4,77%.e, por fim, o Setor Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres 1,78%.

Com a Revisão de Meio Termo do Projeto, ocorrida no ano de 2016, e conseqüentemente do Acordo de Empréstimo o número de desembolsos passou de (07) sete para (09) nove de acordo com período e valores explicitados no quadro 17.

Quadro 17 – Número, período de referência, valor previsto por desembolso e valores a serem desembolsados até o final do Projeto.

| Desembolso n.º | Período de Referência – 12/12/2012 a 31/12/2017 | Valor Previsto de Desembolso (US\$ 1.00) | Valor Desembolsado (US\$ 1.00) |
|-----------------------|--|---|---|
| 1 | Retroativo | 50.000.000 | 50.000.000 |
| 2 | 1º semestre civil de 2014 após a data da assinatura | 44.125.000 | 44.125.000 |
| 3 | julho a dezembro de 2014 | 37.019.231 | 37.019.231 |
| 4 | janeiro a junho de 2015 | 58.500.000 | 34.459.219 |
| 5 | julho a dezembro de 2015 | 25.384.615 | 28.478.126 |
| 6 | janeiro a junho de 2016 | 19.179.901 | (1) 36.930.522 |
| 7 | julho a dezembro de 2016 | 25.573.201 | 15.983.250 |
| 8 | janeiro a junho de 2017 | 28.769.851 | 15.983.250 |
| 9 | julho a dezembro de 2017 | 25.573.201 | |
| Total | | 314.125.000 | 262.978.598 |

1)=O valor de US\$ 36.930.522 é composto por um desembolso parcial ref. despesas retroativas no valor de US\$ 20.947.271 e valor de US\$ 15.983.251 ref. ao período de Janeiro a Junho de 2016.

Fonte: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2017.

APÊNDICE A - ACOMPANHAMENTO DAS SALVAGUARDAS AMBIENTAIS

Durante a etapa de supervisão das Salvaguardas Ambientais no âmbito da UGP/SEPL, foi realizado o acompanhamento de toda a implementação das recomendações contidas nos documentos: Marco de Gestão Ambiental e Manuais Operativos, para subsidiar a elaboração deste relatório. A supervisão das atividades baseia-se no cumprimento das seguintes Políticas Operacionais de Salvaguardas Ambientais do Banco Mundial:

- OP 4.01 - Avaliação Ambiental
- OP 4.04 - Habitats Naturais
- OP 4.09 - Manejo de Pragas
- OP 4.11 – Recursos Culturais Físicos
- OP 4.36 - Florestas

A avaliação ambiental (OP 4.01), leva em conta o ambiente natural (ar, água e solo), aspectos do meio ambiente global e aborda os aspectos naturais e sociais de uma forma integrada. Também leva em conta a variabilidade nas condições do Projeto; as conclusões de outros estudos ambientais no estado; planos de ações nacionais para o meio ambiente; o conjunto de políticas do estado, legislação nacional, estadual e municipal e capacidades institucionais relacionadas com os aspectos ambientais e sociais. A avaliação ambiental é um processo cuja dimensão, profundidade e tipo de análise dependem da natureza, escala e impacto ambiental potencial do Projeto, de modo a assegurar que ele seja ambientalmente sólido e sustentável.

Os habitats naturais (OP 4.04) são áreas de terra ou de água, cujas funções ecológicas primárias não sofreram alterações

causadas pelo homem. Nestas áreas formam-se comunidades biológicas constituídas principalmente por espécies de plantas e animais nativos. Todos os habitats naturais têm importante valor biológico, social, econômico e existencial. Medidas apropriadas de conservação e mitigação removem ou reduzem o impacto adverso sobre os habitats naturais, mantendo tais impactos dentro de limites socialmente definidos de mudança ambiental aceitável. As medidas específicas dependem das características ecológicas da área e podem incluir proteção plena por meio da reformulação das atividades previstas; reintrodução de espécies; medidas de mitigação para minimizar o dano ecológico; restauração de habitats degradados; e estabelecimento e manutenção de uma área ecologicamente semelhante de tamanho e contiguidade adequados. Tais medidas devem sempre incluir supervisão e avaliação, para proporcionar informações sobre os resultados da conservação e orientação para o desenvolvimento ou refinamento das medidas corretivas apropriadas.

Ao prestar assistência ao Projeto no controle de pragas e parasitas (OP 4.09) que afetam tanto a agricultura quanto a saúde pública, o Banco apoia uma estratégia que promova o uso de métodos de controle biológicos ou ambientais e reduza a dependência de pesticidas químicos sintéticos. Para isso apreciam-se as legislações estadual e federal existentes e as capacidades institucionais, com o objetivo de promover e apoiar uma estratégia segura, eficaz e ambientalmente benigna para esse controle.

Os recursos culturais físicos (OP 4.11) são importantes como fontes de valiosas informações científicas e históricas. Definidos como objetos, sítios, estruturas, bem como aspectos e paisagens naturais, móveis ou imóveis que tenham importância arqueológica, paleontológica, histórica, arquitetônica, religiosa, estética ou outro significado histórico. Os recursos culturais físicos podem estar localizados em ambientes urbanos ou rurais e podem estar acima ou abaixo do solo ou ainda, embaixo d'água. Seu interesse cultural pode ser de âmbito local, provincial, nacional, ou da comunidade internacional. O Banco Mundial ajuda os países a evitar ou atenuar os impactos adversos sobre os recursos culturais físicos dos projetos de desenvolvimento. Os impactos sobre os recursos culturais físicos resultantes de atividades do Projeto, inclusive medidas atenuantes, não podem opor-se à legislação nacional e estadual, nem a suas obrigações previstas em tratados e acordos ambientais internacionais relevantes.

O objetivo da OP 4.36 é a de aproveitar o potencial das florestas, integrar as florestas de forma eficaz para o desenvolvimento econômico sustentável e proteger os serviços ambientais locais e globais vitais e valores de florestas.

Em uma segunda etapa é realizada uma análise ambiental de cada uma das atividades para determinar o grau e o tipo apropriado de avaliação ambiental. O Banco classifica as atividades do Projeto dentro de uma das três categorias: "A, B ou C". Dependendo do tipo, localização, sensibilidade, escala, natureza e magnitude dos potenciais impactos ambientais das atividades propostas.

Um projeto proposto é classificado na Categoria “A” se for provável que resulte em impactos ambientais adversos significativos e de caráter sensível. Estes impactos podem afetar uma área mais extensa do que os locais ou instalações onde ocorrem as atividades do Projeto. A avaliação ambiental para um projeto de Categoria A examina os potenciais impactos ambientais negativos e positivos e recomenda medidas necessárias para evitar, mitigar ou compensar os impactos adversos e melhorar o desempenho ambiental.

Um Projeto proposto é classificado na Categoria “B” quando os seus potenciais impactos ambientais adversos são específicos ao local do projeto, poucos ou nenhum deles são irreversíveis, e na maioria dos casos a identificação de medidas mitigadoras é mais rápida. A avaliação ambiental neste caso também examina os potenciais impactos ambientais negativos e positivos, e recomenda quaisquer medidas necessárias para evitar, mitigar ou compensar os impactos adversos.

Um projeto proposto é classificado de Categoria “C” se a possibilidade de impactos ambientais adversos for mínima ou não existente. Além da análise ambiental preliminar, não se exige nenhuma ação de avaliação ambiental adicional.

PRINCIPAIS AÇÕES/ATIVIDADES REALIZADAS NO SEMESTRE

- SEMA: Realização de reuniões técnicas com os executores do Programa “Fortalecimento da Gestão de Riscos de Desastres”, em que participaram das reuniões representantes da SEMA, da Defesa Civil e da UGP/SEPL para tratar de assuntos referentes a: (i) aquisição de *Drones* para mapeamento e levantamento de dados para áreas afetadas por Desastres.
- SEED: Realização de reuniões técnicas com os executores do Programa “Renova Escola”, para tratar de assuntos referentes à gestão das obras das escolas da rede estadual. Durante a reunião foram abordadas três pautas importantes: (i) FUNDEPAR – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional que será responsável pelo monitoramento e fiscalização das obras a serem executadas; (ii) foi apresentada a nova forma de execução das obras através da implantação do Sistema de Obras Online que inclui o relatório de vistoria das obras contido no Marco de Gestão Ambiental Vol. II, a ser preenchido pelos técnicos diretamente no sistema; (iii) foram discutidas as readequações que deverão ser feitas no Marco de Gestão Ambiental e no Manual Operativo da SEED, de acordo com as novas atribuições da SEED/SUDE e os elementos técnicos das ações que ficam sob responsabilidade da FUNDEPAR.

- UGP/SEPL: Foi realizada uma reunião específica junto aos técnicos da UGP para tratar de assuntos referentes à atualização dos Manuais operativos dos Programas do Projeto conforme Revisão de Meio Termo.
- Seguem os quadros 01, 02, 03 e 04 de monitoramento dos indicadores que acionam as Políticas de Salvaguardas Ambientais do BIRD. O acompanhamento das salvaguardas ambientais referente ao 1º semestre de 2017 foi realizado por meio de informações obtidas com os responsáveis pelos programas do Projeto Multissetorial por Secretaria. Nos referidos quadros é possível verificar informações específicas sobre Licenciamento Ambiental (IAP/AGUASPRANÁ), documentações ambientais necessárias e seus respectivos impactos ambientais significativos.

QUADRO 01 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS – SEAB

Continua

| RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS | | | | | | | | |
|--|----------|---|----------------------------|-------------|---|---|---|---|
| EXECUTOR | PROGRAMA | INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS | ATIVIDADES REALIDADAS 2017 | | OBSERVAÇÕES | OP ACIONADA | LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS | IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS |
| | | | ATÉ 31/12/2016 | 1º SEMESTRE | | | | |
| SEAB | PRORURAL | Patrulhas rodoviárias disponibilizadas a Consórcios intermunicipais | 0 | 6 | <p>Após a entrega das máquinas e equipamentos pelas fornecedoras escolhidas pelo Edital LPI 001/2015, a Secretaria de Agricultura lançou em 19/05/2016 um Edital para seleção dos consórcios intermunicipais que receberão as patrulhas rodoviárias adquiridas pelo processo licitatório LPI nº 001/2014. Em 01/07/2016 foi publicado o resultado final do processo de seleção com 8 consórcios intermunicipais considerados aptos a receber os equipamentos. Em agosto foi realizada 3 reuniões com os Consórcios para repassar os procedimentos previstos na execução do Subcomponente do Programa relativo a estradas rurais e quais os próximos passos para a formalização dos convênios para a cessão das Patrulhas Rurais. Porém, em virtude do início do processo eleitoral municipal não foi possível finalizar a formalização dos convênios devido a insegurança dos prefeitos. Em 2017, a SEAB retomou as conversas com os novos prefeitos empossados para efetivar a formalização dos Convênios. Atualmente, dos 9 convênios previstos (1 patrulha será destinada ao Consórcio Paraná Centro), 3 ainda não foram formalizados (problemas documentais).</p> <p>1. a) Início do período eleitoral (jun a nov/16) no momento da formalização dos convênios e b) Dificuldade dos Consórcios em obter todas as documentações necessárias para a formalização do convênio.</p> | (OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11) | DLAE LP LI LO | As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução |

| | | | | | | | | |
|--|--|--|---|----|---|---|------------------------|--|
| | | Convênios firmados com consórcios intermunicipais para repasse de recursos para o custeio da adequação de estradas | 0 | NA | <p>1. a) Demora na formalização dos Convênios para a Cessão das Máquinas. Os convênios foram efetivados a partir de maio/2017, b) Dificuldades e demora para dimensionar os valores necessários para a adequada manutenção visando o funcionamento ininterrupto dos equipamentos a campo (custo do plano de manutenção das máquinas que devem ser feitos para manter a garantia da fábrica, aquisição de peças sobressalentes - pneus, laminas cortantes, etc.). Esses custos embasaram a construção do Plano de Aplicação Financeira do Convênio.</p> <p>2. A UTP já esta fazendo o levantamento de custos junto aos fornecedores.</p> <p>3. A previsão é até dez/2017 para a formalização dos convênios</p> | (OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11) | DLAE LP LI LO | |
|--|--|--|---|----|---|---|------------------------|--|

Continua

RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS

| EXECUTOR | PROGRAMA | INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS | ATIVIDADES REALIZADAS 2017 | | OBSERVAÇÕES | OP ACIONADA | LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS | IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS |
|----------|----------|---|----------------------------|-------------|--|---|---|---|
| | | | ATÉ 30/06/2017 | 1º SEMESTRE | | | | |
| SEAB | PRORURAL | Número de propostas de negócios aprovadas e a serem financiadas | 0 | 9 | <p>1. As metas previstas até 2016 não foram cumpridas em virtude das dificuldades encontradas pela UTP na formalização dos Termos de Fomento motivadas principalmente por: a) projetos produtivos com necessidades de ajustes técnicos, elaboração de projetos de engenharia e obtenção de licenças (SIF e SIP), b) dificuldade das Associações em apresentar os documentos solicitados pela legislação, c) falta de estratégia técnica e operacional para acompanhamento técnico junto às Associações, d) despreparo administrativo e técnico do Estado em virtude das mudanças legislativas impostas a partir de 2016 (lei federal 13.019/2014 e Decreto 3.513/2016), e) necessidade de formalizar os Termos de Fomento aprovados no Edital nº 001/2014 para lançar novo Edital de apoio.</p> <p>2. Existe ainda mais 7 projetos produtivos aprovados no Edital nº 001/2014 que estão na fase de formalização dos Termos de Fomento (a situação de cada um esta na planilha comprobatória).</p> <p>Um novo edital para apoio a projetos produtivos foi lançado em maio/2017 com encerramento em julho/2017. Conforme levantamento junto aos Territórios existe a previsão da apresentação de 50 a 60 projetos no Edital lançado.</p> <p>Para suprir os problemas relativos ao acompanhamento técnico (gestão organizacional e de negócios), a Coordenação Técnica da EMATER esta Implementando uma estratégia técnica e operacional com o intuito de preparar melhor as Associações e Cooperativas com potencial de apresentarem</p> | (OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11) | DLAE LP LI LO | As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução |

| | | | | | | | | |
|--|--|-------------------------|-----|---|--|--|------|--|
| | | | | | <p>projetos produtivos nos Editais do Programa.</p> <p>3. A previsão da formalização e repasse financeiro para os projetos produtivos é novembro/2017.</p> | | | |
| | | Escritórios reformados. | 106 | 7 | <p>A meta inicial para esse indicador era 102 escritórios reformados. Como é uma meta já alcançada e a SEAB deu continuidade ao projeto, manteremos a meta. A princípio meta para a reforma de escritórios considerou a realização de uma única intervenção na unidade local ou regional. Porém, estas pequenas reformas (pinturas, trocas de janelas, portas.) são necessárias em diversos momentos ao longo da execução do Programa. Existe a previsão de 20 escritórios serem reformados em 2017.</p> | <p>(OP 4.01)</p> <p>(OP 4.04)</p> <p>(OP 4.36)</p> <p>(OP 4.09)</p> <p>(OP 4.11)</p> | DLAE | |

| RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS | | | | | | | | |
|--|----------|--|----------------------------|-------------|--|---|---|---|
| EXECUTOR | PROGRAMA | INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS | ATIVIDADES REALIZADAS 2017 | | OBSERVAÇÕES | OP ACIONADA | LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS | IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS |
| | | | ATÉ 30/06/2017 | 1º SEMESTRE | | | | |
| SEAB | PRÓRURAL | Projetos-pilotos e iniciativas inovadoras apoiadas | 0 | 0 | <p>1. Esta ação de apoio a projetos inovadores efetivamente iniciados em julho de 2016 com a realização de Seminários Territoriais, ficaram incumbidos de construir uma MATRIZ DE DEMANDAS PARA A INOVAÇÃO visando auxiliar a UTP na definição das linhas de apoio que seriam necessárias aportar recursos. Neste processo de levantamento e construção das demandas a UTP notou as seguintes dificuldades: a) falta de clareza e entendimento do que é inovação, b) desarticulação dos atores territoriais e do Território, c) baixa participação de atores importantes para o processo de inovação nos Territórios (IAPAR, Universidades, Centros de Pesquisa) e d) dificuldade de identificar as demandas para a inovação.</p> <p>No âmbito da UTP/SEAB alguns fatores que influenciaram no atraso da execução da meta foram: a) necessidade de internalizar no âmbito do SEAGRI as demandas apresentadas pelos Territórios, b) excesso de outras atividades do Programa que dificultam a UTP elaborar a estratégia técnica que melhor atenda as demandas apresentadas para a inovação (forma de repasse dos recursos financeiros e definição das parcerias) e c) falta de especialista na UTP para o tema Inovação.</p> <p>2. Para que o Programa consiga ter dinâmica, a UTP realizou uma Reunião Técnica com todos os Gerentes dos Projetos Estratégicos do Sistema SEAGRI. O evento teve como objetivo apresentar os trabalhos realizados e as demandas de inovação identificadas pelos Territórios tendo como foco compatibilizar com as demandas de inovação existentes nos Projetos Estratégicos. Foi definido um cronograma de atividades e a constituição de um Grupo de Trabalho que irá auxiliar a UTP na implementação das ações relativas a Inovação.</p> <p>Também foi discutida a possibilidade de lançar um Edital para a seleção de projetos de inovação dentro das linhas estratégicas identificadas como importantes oriundas das demandas dos Territórios e dos Projetos Estratégicos.</p> <p>Outra ação que está sendo implementada é o apoio a Unidades Demonstrativas ou de Referência com recursos do Programa previstos na EMATER.</p> <p>3. A previsão de conclusão para esta ação é final de 2018.</p> | (OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11) | DLAE LP LI LO | As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução |

| RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS | | | | | | | | |
|--|----------|--|----------------------------|-------------|--|---|---|---|
| EXECUTOR | PROGRAMA | INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS | ATIVIDADES REALIZADAS 2017 | | OBSERVAÇÕES | OP ACIONADA | LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS | IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS |
| | | | ATÉ 30/06/2017 | 1º SEMESTRE | | | | |
| SEAB | PRÓRURAL | Planos de gestão e conservação de estradas rurais elaborados | NA | 0 | <p>1. A realização dos Planos de Gestão está atrelada a formalização dos convênios com os Consórcios Intermunicipais. Em função do atraso ocorrido na formalização dos convênios (repasse das máquinas) esta atividade também foi afetada.</p> <p>2. A programação é que o início das atividades necessárias a construção dos Planos de Gestão inicie-se em setembro de 2017 com o início do mapeamento das estradas rurais nos 60 municípios que integram os consórcios intermunicipais apoiados pelo Programa.</p> | (OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11) | DLAE LP LI LO | As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução |
| | | Equipamentos de informática para os escritórios regionais e sede da Emater | 190 | NA | <p>Os kits de equipamentos de informática foram compostos de: Estações de Trabalho (140 estações básicas i3 e 50 estações intermediárias i5) e 190 licenças Microsoft Office.</p> <p>Os equipamentos foram adquiridos através de aditivo contratual ao Pregão Eletrônico 632/2015 DEAM-SEPL. O valor total da aquisição foi de R\$1.201.008,00</p> | (OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11) | DLAE | |

| EXECUTOR | PROGRAMA | INDICADORES QUE ACIONAM SALVAGUARDAS AMBIENTAIS | ATIVIDADES REALIZADAS 2017 | | OBSERVAÇÕES | OP ACIONADA | LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS | IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS |
|----------|-------------|---|----------------------------|-------------|-------------|---|---|--|
| | | | ATÉ 30/06/2017 | 1º SEMESTRE | | | | |
| SEAB | MICROBACIAS | 250 planos de ação de microbacias validados pela comunidade (IPML). | | | | (OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11) | DLAE LP LI LO | O acompanhamento das Licenças Ambientais, Outorga de Uso da água e demais documentos requeridos. |
| | | 350 sistemas de abastecimento de água. (IPML) | | | | (OP 4.01) (OP 4.04) (OP 4.36) (OP 4.09) (OP 4.11) | DLAE LP LI LO | Para perfuração do poço é exigido registro junto ao AGUASPARANÁ, visando à obtenção da respectiva anuência prévia (licença) e posterior outorga de direito de uso da água. Para a construção do poço tubular deverão ser seguidas as normas técnicas da ABNT e estar devidamente registrada no CREA. |

QUADRO 02 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS – SEMA

Continua

| RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS | | | | | | | |
|--|----------|----------------|----------------------------|-------------|----|---------------|----------|
| EXECUTOR | PROGRAMA | INDICADORES DO | ATIVIDADES REALIZADAS 2017 | OBSERVAÇÕES | OP | LICENCIAMENTO | IMPACTOS |

| | | SETOR DE MEIO AMBIENTE | ATÉ 30/06/2017 | 1º SEMESTRE | | ACIONADA | AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS | AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS |
|------|------|------------------------|----------------|-------------|--|-----------|-----------------------------------|---|
| SEMA | MOD* | | | | | (OP 4.01) | DLAE | As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |

MOD*- Modernização do Licenciamento Ambiental

Continua

| RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS | | | | | | | | |
|--|----------|---------------------------------------|----------------------------|-------------|-------------|-------------|---|------------------------------------|
| EXECUTOR | PROGRAMA | INDICADORES DO SETOR DE MEIO AMBIENTE | ATIVIDADES REALIZADAS 2017 | | OBSERVAÇÕES | OP ACIONADA | LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS | IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS |
| | | | ATÉ 30/06/2017 | 1º SEMESTRE | | | | |

| | | | | | | | | |
|------|------|--|--|--|--|-----------|------|---|
| SEMA | MOD* | | | | | (OP 4.01) | DLAE | As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |

MOD*- Modernização do Licenciamento Ambiental

Continua

| RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS | | | | | | | | |
|--|----------|---------------------------------------|----------------------------|-------------|-------------|-------------|---|------------------------------------|
| EXECUTOR | PROGRAMA | INDICADORES DO SETOR DE MEIO AMBIENTE | ATIVIDADES REALIZADAS 2017 | | OBSERVAÇÕES | OP ACIONADA | LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS | IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS |
| | | | ATÉ 30/06/2017 | 1º SEMESTRE | | | | |

| | | | | | | | | |
|------|------|--|--|--|--|-----------|------|---|
| SEMA | MOD* | | | | | (OP 4.01) | DLAE | As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |

MOD*- Modernização do Licenciamento Ambiental

| RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS | | | | | | | | |
|--|----------|---------------------------------------|----------------------------|-------------|-------------|-------------|---|---|
| EXECUTOR | PROGRAMA | INDICADORES DO SETOR DE MEIO AMBIENTE | ATIVIDADES REALIZADAS 2017 | | OBSERVAÇÕES | OP ACIONADA | LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS | IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS |
| | | | ATÉ 30/06/2017 | 1º SEMESTRE | | | | |
| SEMA | FGRD* | | | | | (OP 4.01) | DLAE | As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |

FGRD*- Fortalecimento da Gestão de Risco de Desastres

| EXECUTOR | PROGRAMA | INDICADORES DO SETOR DE MEIO AMBIENTE | ATIVIDADES REALIZADAS 2017 | | OBSERVAÇÕES | OP ACIONADA | LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS | IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS |
|----------|----------|---------------------------------------|----------------------------|-------------|-------------|-------------|---|---|
| | | | ATÉ 30/06/2017 | 1º SEMESTRE | | | | |
| SEMA | FGRD* | | | | | (OP 4.01) | DLAE | As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |

FGRD*- Fortalecimento da Gestão de Risco de Desastres

Continua

| RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS | | | | | | | | |
|--|----------|---------------------------------------|----------------------------|-------------|-------------|-------------|---|------------------------------------|
| EXECUTOR | PROGRAMA | INDICADORES DO SETOR DE MEIO AMBIENTE | ATIVIDADES REALIZADAS 2017 | | OBSERVAÇÕES | OP ACIONADA | LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS | IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS |
| | | | ATÉ 30/06/2017 | 1º SEMESTRE | | | | |

| | | | | | | | | |
|------|-------|--|--|--|--|-----------|------|---|
| SEMA | FGRD* | | | | | (OP 4.01) | DLAE | As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |

FGRD*- Fortalecimento da Gestão de Risco de Desastres

Continua

| RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS | | | | | | | | |
|--|----------|---------------------------------------|----------------------------|-------------|-------------|-------------|---|------------------------------------|
| EXECUTOR | PROGRAMA | INDICADORES DO SETOR DE MEIO AMBIENTE | ATIVIDADES REALIZADAS 2017 | | OBSERVAÇÕES | OP ACIONADA | LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS | IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS |
| | | | ATÉ 30/06/2017 | 1º SEMESTRE | | | | |

| | | | | | | | | |
|------|-------|--|--|--|--|-----------|------|---|
| SEMA | FGRD* | | | | | (OP 4.01) | DLAE | As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |

FGRD*- Fortalecimento da Gestão de Risco de Desastres

Conclusão

| RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS | | | | | | | | |
|--|----------|---------------------------------------|----------------------------|-------------|-------------|-------------|---|------------------------------------|
| EXECUTOR | PROGRAMA | INDICADORES DO SETOR DE MEIO AMBIENTE | ATIVIDADES REALIZADAS 2017 | | OBSERVAÇÕES | OP AÇIONADA | LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS | IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS |
| | | | ATÉ 30/06/2017 | 1º SEMESTRE | | | | |

| | | | | | | | | |
|------|-------|--|--|--|--|-----------|------|---|
| SEMA | FGRD* | | | | | (OP 4.01) | DLAE | As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |
| | | | | | | (OP 4.01) | DLAE | |

FGRD*- Fortalecimento da Gestão de Risco de Desastres

QUADRO 03 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS – SESA

| RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS | | | | | | | | |
|--|----------|---------------------------------------|----------------------------|-------------|-------------|-------------|---|------------------------------------|
| EXECUTOR | PROGRAMA | INDICADORES DO SETOR DE MEIO AMBIENTE | ATIVIDADES REALIZADAS 2017 | | OBSERVAÇÕES | OP ACIONADA | LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS | IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS |
| | | | ATÉ 30/06/2017 | 1º SEMESTRE | | | | |

Continua

| | | | | | | | | |
|------|---------------------|--|-----|----|--|-----------|------|---|
| SESA | REDE MÃE PARANAENSE | UBS construídas, reformadas e/ou ampliadas | 244 | 26 | *** | (OP 4.01) | DLAE | As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução |
| | | Distribuição de equipamentos para UBS, Centro Mãe Paranaense e Hospitais | 314 | 27 | 27 equipamentos distribuídos no 1º semestre de 2017. Foi feita a distribuição aos Centros Mãe Paranaense e Hospitais contratualizados com a Rede Mãe PR, conforme pactuado no POP 2016 | (OP 4.01) | DLAE | |

Continua

| RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS | | | | | | | | |
|--|----------------------------|--|----------------------------|-------------|------------------------|-------------|---|---|
| EXECUTOR | PROGRAMA | INDICADORES DO SETOR DE MEIO AMBIENTE | ATIVIDADES REALIZADAS 2017 | | OBSERVAÇÕES | OP ACIONADA | LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS | IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS |
| | | | ATÉ 30/06/2017 | 1º SEMESTRE | | | | |
| SESA | REDE URGENCIA E EMERGENCIA | Helicópteros disponíveis para o transporte aéreo de pacientes (meta anual) | 3 | 3 | Meta atingida em 2016. | (OP 4.01) | DLAE | As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas |

| | | | | | | | | |
|--|--|---|------|------|--|-----------|------|---|
| | | 390 ambulâncias, sendo 268 de resgate com UTI e 122 de simples remoção disponibilizadas para o transporte intermunicipal. | 219 | 2 | Meta não atingida devido à reprogramação de processo de aquisição de equipamentos. Até Junho / 2017: 221 ambulâncias: 86 + 2 ambulâncias de resgate e 133 ambulâncias de simples remoção | (OP 4.01) | DLAE | de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução |
| | | 238 kits para equipar ambulâncias de resgate / UTI | 170 | 0 | Meta não atingida devido à reprogramação de processo de aquisição de equipamentos. | (OP 4.01) | DLAE | |
| | | 04 Camionetes de resgate | 4 | NA | Meta atingida em 2016. | (OP 4.01) | DLAE | |
| | | Leitos de UTI habilitados e contratados no Estado do Paraná (meta anual) | 1968 | 1930 | Redução de leitos contratados no primeiro semestre. | (OP 4.01) | DLAE | |
| | | 225 leitos de emergência equipadas | 125 | 0 | Meta não atingida devido à reprogramação de processo de aquisição de equipamentos. | (OP 4.01) | DLAE | |
| | | 320 hospitais com incentivo financeiro através de contratos ou repasse Fundo a Fundo - HOSPSUS I, II e III (meta anual) | 242 | 266 | Meta não atingida por dificuldade de adesão dos hospitais aos termos do contrato. | (OP 4.01) | DLAE | |

Conclusão

| RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS | | | | | | | | |
|--|----------------------------|--|----------------------------|-------------|--|-------------|---|---|
| EXECUTOR | PROGRAMA | INDICADORES DO SETOR DE MEIO AMBIENTE | ATIVIDADES REALIZADAS 2017 | | OBSERVAÇÕES | OP ACIONADA | LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS | IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS |
| | | | ATÉ 30/06/2017 | 1º SEMESTRE | | | | |
| SESA | REDE URGENCIA E EMERGENCIA | 12 SAMUs, sendo 9 Regionais e 3 Municipais com incentivo financeiro (meta anual) | 12 | 12 | Todos os SAMUs Regionais tiveram incentivos implantados e receberam recursos no ano de 2017. | (OP 4.01) | DLAE | As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas |

| | | | | | | | | |
|--|--|---|----|---|--|-----------|------|---|
| | | 4 macrorregiões de saúde com Núcleos de Desastres para resposta assistencial de urgência rápida e coordenada nas situações de desastres naturais ou provocados e de epidemias e doenças transmissíveis (meta anual) | NA | 0 | Meta não atingida devido à reprogramação de processo de aquisição de equipamentos. | (OP 4.01) | DLAE | de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução |
|--|--|---|----|---|--|-----------|------|---|

QUADRO 04 - RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS – SEED

| RELATÓRIO SEMESTRAL DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS | | | | | | | | |
|--|---------------|--|----------------------------|-------------|-------------|-------------|---|---|
| EXECUTOR | PROGRAMA | INDICADORES DO SETOR DE MEIO AMBIENTE | ATIVIDADES REALIZADAS 2017 | | OBSERVAÇÕES | OP ACIONADA | LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DOCUMENTOS REQUERIDOS | IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS |
| | | | ATÉ 30/06/2017 | 1º SEMESTRE | | | | |
| SEED | RENOVA ESCOLA | Escolas contempladas com equipamentos e mobiliários. | 1057 | 94 | *** | (OP 4.01) | DLAE | As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas |

| | | | | | | | | |
|--|--|--|-----|---|--|-----------|------|---|
| | | Escolas Estaduais reformadas e ampliadas | 337 | 7 | <p>1. O número reduzido das obras finalizadas, deve-se ao processo que foi realizado no ano anterior da padronização dos Editais, que ocorreu em meados de julho, bem como o trâmite necessários após a aprovação do edital entre a licitação e a conclusão da obra.</p> <p>2. Após a padronização o fluxo dos tramites veem ocorrendo dentro dos prazos estabelecidos.</p> <p>3. Como a meta é anual, espera-se que até o término do ano cumpra-se a mesma.</p> | (OP 4.01) | DLAE | de baixo impacto ambiental negativo, não necessitando uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução |
| | | Gestão melhorada das infraestruturas físicas das escolas da SEED | 1 | 0 | O indicador foi 100% cumprido até dezembro de 2015. O Desenvolvimento e implementação do Sistema tem sido feito pela CELEPAR com recursos próprios da SEED. | (OP 4.01) | DLAE | |

CONCLUSÕES

UPG/SEPL - Para cada um dos setores analisados foi considerado: (i) a análise das atividades realizadas até o momento e seus possíveis impactos ambientais; e (ii) a adoção do Marco de Gestão Ambiental do projeto e o cumprimento das legislações ambiental, sanitária e de segurança pública. É importante destacar que o processo de reestruturação do projeto foi concluído e que não houve mudanças nas políticas de salvaguardas aplicáveis ao projeto.

SEAB – São apoiados dois programas da agricultura: Microbacias e PrórRural. Este apoio é fornecido por meio do financiamento de gastos elegíveis, através da implementação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, com o apoio do Instituto Paranaense de

Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG e do Instituto das Águas do Paraná – AGUASPARANÁ. O Programa Microbacias apoia a implementação de sistemas de abastecimento de água para consumo humano. O AGUASPARANÁ relatou que foram apoiadas 185 obras (poços), das quais 107 estão em funcionamento, 58 poços foram perfurados e com caixa d'água concluídos, porém falta a ligação nas propriedades (distribuição de água), 10 estão paralisados, e 10 perfurações foram de poços secos. A meta é instalar 350 sistemas de abastecimento de água. Foi relatado que os municípios contemplados com os Sistemas de Abastecimento irão preparar planos de ação para cumprir com os quesitos técnicos acordados nos acordos estabelecidos. A elaboração desses planos foi acordada na missão técnica de supervisão. O programa Desenvolvimento Econômico Territorial (PróRural) objetiva a melhoria da competitividade dos pequenos produtores rurais da região central do Paraná. A missão destacou que o subprojeto de construção de abatedouro de aves deverá ser objeto de atenção. Ainda que não seja esperado impacto significativo, esse tipo de empreendimento requer licenciamento ambiental e especial atenção aos destino final e resíduos e ao licenciamento sanitário. De forma geral, a correta adequação das estradas rurais pode contribuir com a diminuição de impactos ambientais como erosão, contaminação de cursos d'água, drenagens mal construídas/localizadas entre outros. Destaca-se a importância de monitorar o uso dos equipamentos e as atividades realizadas de forma a garantir que estejam sendo executadas em conformidade com a legislação ambiental e as políticas de salvaguardas ambientais do Banco Mundial. A SEAB confirmou que não houveram reclamações e evidências de impactos ambientais negativos decorrentes das atividades apoiadas pelo projeto. As obras de implementação de sistemas rurais, são obras rápidas, pontuais e executadas por equipes pequenas. Não são esperados impactos ambientais negativos significativos decorrentes dessas obras. De forma geral, sistemas de abastecimento de água contribuem para o uso correto dos recursos hídricos e para a melhoria da saúde pública, gerando impactos positivos na gestão ambiental. Através do monitoramento dos indicadores físicos e das informações obtidas por intermédio dos responsáveis pelos programas, foi concluído que: todos os indicadores (obras/atividades) dos dois programas da SEAB atendem às Políticas de Salvaguardas Ambientais acordadas com o Banco Mundial e estão em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental. As ações, atividades e intervenções executadas no período em questão são em sua maioria positivas de baixo impacto ambiental sendo classificadas dentro das categorias B e/ou C, não necessitando assim, de uma análise ambiental mais aprofundada de viabilidade, estudos complementares e medidas mitigadoras para a sua execução.

SEMA - O setor de meio ambiente inclui o projeto de modernização do sistema de licenciamento e o projeto de gestão de risco de desastres. Esses projetos estão gerando resultados positivos na gestão ambiental do estado e na prevenção e mitigação dos desastres naturais. Não foi identificado nenhum impacto ambiental negativo decorrente das atividades já realizadas pelos projetos de modernização do sistema de licenciamento e de gestão de risco de desastres. Todos os indicadores (obras/atividades) dos Programas “Fortalecimento da Gestão de Riscos de Desastres” e “Modernização do Licenciamento Ambiental” atendem às Políticas de Salvaguardas Ambientais acordadas com o Banco Mundial e estão em conformi-

dade com o Marco de Gestão Ambiental (Vol. I e II). As atividades executadas pelo programa foram consideradas de baixo impacto ambiental e foram classificadas dentro da Categoria C. Os programas devem ter impacto positivo sobre o meio ambiente, desde que promova à obediência ambiental e a melhoria da capacidade de resposta ao desastre. A SEMA apoiará os esforços dos manuais operativos para fortalecer as ferramentas de gestão ambiental para o uso sustentável de recursos naturais, a redução dos impactos ambientais negativos, a melhoria da resposta e a coordenação em caso de desastre no âmbito estadual. Eles não apresentarão riscos com relação às salvaguardas, sendo que não requerem supervisão ou apoio especial.

SESA - A Secretaria Estadual de Saúde implementa ações dos programas Mãe Paranaense e Rede Urgência e Emergência. O componente de Assistência Técnica apoia a concepção e estruturação de um sistema de informação para monitorar a implementação das redes de saúde, incluindo planejamento, orçamento e indicadores epidemiológicos. O Programa Mãe Paranaense inclui a reforma e/ou ampliação de Unidades Básicas de Saúde. Não há registro de reclamações de impactos ambientais negativos relativos às obras apoiadas. As atividades realizadas no programa Rede Urgência e Emergência incluem planejamento, compra de equipamentos e veículos para atendimento, capacitações e ampliação do número de leitos. Não há registro de reclamações de impactos ambientais negativos relativos às atividades apoiadas. A SESA informou que 270 Unidades Básicas de Saúde foram entregues com a assinatura de entrega de obras pela PRED. As atividades apoiadas foram realizadas em conformidade com a legislação ambiental, sanitária e de segurança pública vigente e com as políticas de salvaguardas ambientais do Banco Mundial. Todos os indicadores (obras e atividades) dos Programas “Rede de Urgência e Emergência” e “Mãe Paranaense” atendem às Políticas de Salvaguardas Ambientais acordadas com o Banco Mundial e estão em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental (Vol. I e II). As atividades executadas pelos programas foram consideradas de baixo impacto ambiental (Categorias B e/ou C) e em sua maioria apresentam impactos ambientais positivos ao projeto, necessitando apenas de medidas de controle dos resíduos provenientes da construção civil, no que se refere às obras de reformas, construção e ampliação.

SEED – O Programa Renova Escola inclui obras civis de reforma e ampliação e compreende atividade de potencial impacto ambiental negativo, ainda que restrito e temporário. Houve uma mudança institucional quanto a responsabilidade de obras, e a partir de 31 de março de 2017, a FUNDEPAR passou a ser responsável pelos contratos do Renova Escola. Nenhuma obra nova foi realizada nesse novo arranjo, apenas reparos gerais e o manual operacional do programa foi atualizado para refletir esse novo arranjo institucional. Em função de apontamentos da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado, a listagem de obras apoiadas ainda está em fase discussão e nenhuma obra nova foi apoiada desde a última missão de supervisão. Importante destacar que as questões da auditoria identificaram questões da realização das atividades contratuais previstas e realizadas. Não houve relato de questões relacionadas a impactos ambientais negativos decorrentes das obras. O Programa Brigada Escolar é focado na adequação das instalações físicas e de equipamentos, formação de brigadistas nas escolas e plano de

abandono de cada escola. O objetivo é envolver a totalidade das escolas do estado. As escolas foram analisadas e classificadas em acordo com graduação de 1 a 4 estabelecida pelo Corpo de Bombeiros. As escolas de grau 4 exigem maior complexidade tais como exigência de hidrante nas escolas de maior porte. A grande maioria das escolas está classificada em grau 1- o mais simples. No total 540 escolas foram classificadas pelo programa. A SEED informou, também, que duas escolas estão executando um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – Londrina e Foz do Iguaçu. Todos os indicadores (obras e atividades) do Programa “Renova Escola” atendem às Políticas de Salvaguardas Ambientais acordadas com o Banco Mundial e estão em conformidade com o Marco de Gestão Ambiental (Vol. I e II). As atividades executadas pelos programas foram consideradas de baixo impacto ambiental (Categorias B e/ou C), necessitando apenas de medidas de controle dos resíduos provenientes da construção civil, no que se refere às obras de reformas e ampliação.

APÊNDICE B: ACOMPANHAMENTO SALVAGUARDAS SOCIAIS

INTRODUÇÃO

De acordo com a avaliação realizada na preparação do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, este deverá cumprir as seguintes Políticas de Salvaguardas Sociais do Banco Mundial: Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10).

No Quadro 01 a seguir estão apresentados os Programas que compõem o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, as instituições executoras e as respectivas Políticas de Salvaguardas Sociais acionadas.

QUADRO 01: PROGRAMAS, EXECUTORES E POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS SOCIAIS

| PROGRAMA | EXECUTOR | SALVAGUARDA |
|---|----------|--|
| Desenvolvimento Econômico e Territorial PRÓ-RURAL | SEAB | Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10). |
| Gestão do Solo e Água em Microbacias | SEAB | Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10). |
| Formação em Ação | SEED | Povos Indígenas (OP 4.10). |
| Renova Escola | SEED | Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10). |
| Rede Mãe Paranaense | SESA | Reassentamento Involuntário (OP 4.12) e Povos Indígenas (OP 4.10). |

Fonte: SEPL/UGP, 2014.

Com o objetivo de orientar a implementação destas políticas foram elaborados e aprovados pelo Banco, em 2012, os seguintes documentos: Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário e a Estratégia de Participação dos Povos Indígenas (EPPI). Estes se encontram disponíveis no Portal da SEPL – www.sepl.pr.gov.br – no link do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

Considerando a Revisão de Meio Termo do Projeto, o Banco recomendou a atualização dos documentos. Versões atualizadas da estratégia de participação dos povos indígenas e do marco referencial da política de reassentamento involuntário foram encaminhadas ao agente financiador do projeto para análise no segundo semestre de 2016.

Tendo em vista garantir o arranjo institucional para a implementação das diretrizes previstas nos referidos documentos foi destacada no âmbito da Unidade de Gestão do Projeto uma responsável pelas Salvaguardas Sociais, assim como as Secretarias Executoras (SEAB, SEED e SESA) indicaram responsáveis pela operacionalização das ações previstas nos programas que acionaram as salvaguardas. Ainda, no âmbito do Comitê Gestor do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, foi criada por meio da Resolução nº 009/2014, uma Câmara Técnica composta por representantes da SEPL, das secretarias executoras das ações, das populações indígenas e das instituições parceiras.

As principais atividades realizadas estão apresentadas a seguir, organizadas em dois tópicos, sendo um relativo à estratégia de participação dos povos indígenas e o outro referente ao marco referencial da política de reassentamento involuntário.

1 ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS (EPPI)

Para orientar a execução e facilitar o acompanhamento do progresso da implementação das políticas de salvaguarda relativa aos povos indígenas foram elaborados Planos Operativos Plurianuais (POP) para cada um dos Programas para o período de 2015 a 2017, estabelecendo objetivos, atividades e metas mais específicas para as diretrizes e ações gerais previstas na EPPI.

Os POPs dos Programas envolvidos na execução da EPPI foram atualizados após a Revisão de Meio Termo do Projeto, tendo sido incorporadas metas para 2018.

Estes planos serviram de referência para o acompanhamento das atividades realizadas no primeiro semestre de 2017, conforme apresentado nos quadros 02, 03, 04, 05, 06 e 07.

A seguir serão apresentadas com mais detalhes as atividades previstas e realizadas no âmbito da implementação da EPPI de cada um dos Programas, assim como serão informados alguns elementos de contexto que interferem positivamente ou negativamente na implementação das atividades.

1.1 PRORURAL

Em 11/04/2017 foi assinado o Termo de Fomento nº 005/2017 entre a SEAB e a Associação Comunitária Indígena Inácio Martins (ACIMAR) para formalizar o repasse dos recursos para a implementação do Centro Cultural Indígena Guarani na Terra Indígena Rio D'Areia. Essa iniciativa foi selecionada através do processo de chamamento público contido no Edital SEAB/Banco Mundial 001/2014. A primeira parcela de recursos foi repassada em 15/05/2017, estando a finalização da obra de construção do Centro Cultural prevista para dezembro de 2017. Ainda no primeiro semestre de 2017, o responsável do EMATER pela implementação da EPPI do PRORURAL deu início as tratativas com diversos atores sociais (representantes da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, representantes do Município de Inácio Martins e o técnico municipal do EMATER) para a elaboração do Plano de Operação e Manutenção do referido Centro, conforme solicitação da missão de Acompanhamento das Salvaguardas Sociais realizada em maio de 2017.

A contratação dos técnicos da primeira chamada do concurso público do EMATER, concluída no segundo semestre de 2016, ficou aquém do previsto não sendo possível a disponibilização de novos técnicos para atuarem nas terras indígenas. Entretanto, além do trabalho que vem sendo desempenhado pelo responsável pelo acompanhamento da EPPI do Programa, o EMATER disponibilizou parcialmente (com menos de 50% do

tempo) o trabalho de dois técnicos locais: no Município de Inácio Martins onde está localizada a TI Rio D'Areia para apoiar a implementação do Centro Cultural Indígena Guarani; e no Município de Turvo para assistir a TI Marrecas.

O Plano Operativo Anual (POA) Indígena, que seria elaborado em março de 2017 para detalhar as ações e atividades do Plano Operativo Plurianual (POP) Indígena, não foi elaborado para evitar o levantamento, junto aos beneficiários, de expectativas que não poderiam ser atendidas. Nesse contexto, as ações e atividades previstas não foram realizadas, conforme fica demonstrado no quadro 02.

As ações do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA) da Usina Hidrelétrica de Mauá foram prorrogadas, sendo mantida a parceria com o Instituto EMATER. Contudo, não foi possível retomar as atividades previstas no primeiro semestre do ano, havendo a perspectiva de realização de cursos no segundo semestre de 2017 nas oito terras indígenas assistidas pela equipe técnica do PBA.

QUADRO 02 – RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PRORURAL PARA A IMPLANTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDIGENAS

(continua)

| AÇÃO / ATIVIDADE | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO | DESEMPENHO | RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO / DATA |
|---|---|--|--|----------------------------|----------------|------------|------------------------------------|
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | De 01/01/2017 à 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | % | |
| AÇÃO: Capacitação das populações indígenas e suas organizações | Número de indígenas capacitados | 4 cursos, 115 indígenas capacitados | 560 indígenas capacitados (40 por TI) | 0 | 0 | 0,0 | SEAB/EMATER |
| Cursos de capacitação em educação ambiental e manejo dos recursos naturais (Ex. Uso e Manejo Agrobiodiversidade Florestal, Coleta e manejo de sementes arbóreas, Agrofloresta, Proteção de fontes de água, entre outros). | Número de cursos realizados e indígenas capacitados | 3 cursos realizados (83 indígenas capacitados) | O número de cursos para cada temática será definido no Plano Operativo Anual Indígena (ATÉ MARÇO/17) | 0 | 0 | 0,0 | UTP/SEAB/EMATER em 01/09/2017 |
| Cursos de capacitação em desenvolvimento tecnológico e gestão (Ex. Artesanato, Empreendimentos Solidários, Comercialização, entre outros) | Número de cursos realizados e indígenas capacitados | 0 | | 0 | 0 | 0,0 | UTP/SEAB/EMATER em 01/09/2017 |
| Curso de capacitação em atividades produtivas diversas (café, suínos, peixes, bovino de leite, aves, produção orgânica, hortas e pomares caseiros, plantas aromáticas e medicinais, entre outros) | Número de cursos realizados e indígenas capacitados | 1 curso realizado (32 indígenas capacitados) | | 0 | 0 | 0,0 | UTP/SEAB/EMATER em 01/09/2017 |
| Curso de capacitação em desenvolvimento humano e social | Número de cursos realizados e indígenas capacitados | 0 | | 0 | 0 | 0,0 | UTP/SEAB/EMATER em 01/09/2017 |

QUADRO 02 – RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PRORURAL PARA A IMPLANTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDIGENAS

(continua)

| AÇÃO / ATIVIDADE | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO | DESEMPENHO | RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO / |
|------------------|-------------------|---------------------|----------------|----------------------------|----------------|------------|-------------------------------|
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2017 A 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | % | |

| | | | | | | | DATA |
|--|---|----------|---|----------|----------|-------------|-----------------------------------|
| AÇÃO: Contribuir para a implementação de projetos produtivos sustentáveis das aldeias indígenas | Terras ou Aldeias apoiadas | 0 | 4 | 1 | 1 | 25,0 | UTP/SEAB em 01/09/2017 |
| Apoio de projetos produtivos das Terras Indígenas | Número de projetos | 1 | 4 | 1 | 1 | 25,0 | UTP/SEAB em 01/09/2017 |
| AÇÃO: Ampliar o número de técnicos trabalhando na assistência técnica e extensão rural junto às populações indígenas | Número de técnicos atuando pelo menos 50% do tempo nas TIs | 0 | 7 | 3 | 3 | 42,9 | SEAB/ EMATER em 01/09/2017 |
| Ampliar o número de técnicos da EMATER prestando serviços de assistência técnica e extensão rural | Número de técnicos atuando nas TIs | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,0 | UTP/SEAB/ EMATER em 01/09/2017 |
| AÇÃO: Capacitação de técnicos prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural as populações indígenas e suas organizações | Número de técnicos capacitados | 0 | 15 | 0 | 0 | 0,0 | EMATER em 01/09/2017 |
| Desenvolvimento e realização de módulo específico no "Pré-serviço" para os técnicos recém contratados através de concurso público | Número de técnicos capacitados | 0 | Os números de cursos e excursões serão definidos no Plano Operativo Anual Indígena (ATÉ MARÇO/17) | 0 | 0 | 0,0 | UTP/SEAB/ EMATER em 01/09/2017 |
| Cursos de formação para ATER indígena | Número de técnicos capacitados | 0 | | 0 | 0 | 0,0 | |
| Excursões Técnicas a Terras Indígenas e/ou experiências com populações indígenas | Número de técnicos capacitados | 0 | | 0 | 0 | 0,0 | |

QUADRO 02 – RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PRORURAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS (conclusão)

| AÇÃO / ATIVIDADE | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO | DESEMPENHO | RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO / DATA |
|---|------------------------------------|---------------------|--|----------------------------|----------------|------------|------------------------------------|
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATE 30/06/2017 | % | |
| AÇÃO: Elaborar Planos de Desenvolvimento Sustentável das 14 Terras Indígenas | Número de Planos Elaborados | 0 | 8 | 0 | 0 | 0,0 | SEAB/EMATER em 01/09/2017 |
| Realização de oficinas para diagnóstico socioambiental nas aldeias e/ou Terras Indígenas | Numero de oficinas realizadas | 0 | O número de oficinas será definido conforme a metodologia estabelecida, em conjunto, com as lideranças indígenas (MARÇO a JULHO) | 0 | 0 | 0,0 | UTP/SEAB/EMATER em 01/09/2017 |
| Realização de oficinas para elaboração dos Planos de Desenvolvimento Sustentável das Terras Indígenas | Numero de oficinas realizadas | 0 | O número de oficinas será definido conforme a metodologia estabelecida, em conjunto, com as lideranças indígenas (AGOSTO a NOVEMBRO) | 0 | 0 | 0,0 | UTP/SEAB/EMATER em 01/09/2017 |

Fonte: Unidade Técnica do Programa/SEAB

1.2. FORMAÇÃO EM AÇÃO

Em 2016, atuaram nas escolas indígenas paranaenses 759 professores, sendo 261 destes de etnias indígenas. Neste contexto, foram realizadas as oficinas no âmbito da implementação do Programa Formação em Ação, tendo sido capacitados 737 professores no primeiro semestre de 2017 (Quadro 03).

No quadro 03 estão apresentadas as ações e as atividades previstas no Plano Operativo Plurianual do Programa Formação em Ação para a implantação da EPPI. No quadro 04 estão apresentadas as ações e atividades complementares ao Programa Formação em Ação.

QUADRO 03 – RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDIGENAS

| AÇÃO/ATIVIDADE | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO | | | PREVISÃO ANUAL | | | REALIZADO | | | REALIZADO | | | DESEMPENHO | RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO/DATA |
|--|---------------------------------------|-----------------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|----------------|----------------------------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|----------------|------------|-----------------------------------|
| | | ATÉ 31/12/2016 | | | 2017 | | | DE 01/01/2017 A 30/06/2017 | | | ATÉ 30/06/2017 | | | | |
| | | NT ¹ | NC ² | % ³ | NT ¹ | NC ² | % ³ | NT ¹ | NC ² | % ³ | NT ¹ | NC ² | % ³ | | |
| Capacitação de professores indígenas que atuam em escolas indígenas, através de oficinas para trocas de experiências. | Professores indígenas capacitados | 252 | 231 | 91,5 | 252 | 239 | 95,0 | 261 | 247 | 94,6 | 261 | 247 | 94,6 | 103,4 | SEED/DPTE/DEDI/CEEI em 30/08/2017 |
| Capacitação de professores não indígenas que atuam em escolas indígenas, através de oficinas para trocas de experiências. | Professores não indígenas capacitados | 537 | 497 | 92,6 | 537 | 510 | 95,0 | 505 | 490 | 97,0 | 505 | 490 | 97,0 | 96,1 | SEED/DPTE/DEDI/CEEI em 30/08/2017 |
| Capacitação do total dos professores que atuam em escolas indígenas, através de oficinas para trocas de experiências. | Professores capacitados | 789 | 728 | 92,2 | 789 | 750 | 95,0 | 759 | 737 | 97,1 | 759 | 737 | 97,1 | 102,2 | SEED/DPTE/DEDI/CEEI em 30/08/2017 |

Fonte: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2017.

¹NT: Número Total de Professores, segundo o Grupo de Recursos Humanos Setoriais da SEED para o período de referência.

²NC: N° de Capacitados. ³A base de dado para o cálculo será atualizada anualmente, tendo em vista a informação do Grupo de Recursos Humanos Setorial da SEED.

Em 2016 foram realizadas oficinas de capacitação do saberes indígenas na escola tanto para a formação de professores orientadores (22 participantes) quanto para a multiplicação nas escolas (200 participantes). As 2.435 escolas com equipes multidisciplinares homologadas em 2016,

foram mantidas em 2017 para garantir a inserção da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar (Quadro 4). A meta atingida ficou um pouco abaixo da estabelecida de 2.500, pois apesar da obrigatoriedade da homologação das equipes multidisciplinares nem todas as instituições de ensino conseguiram desenvolver as atividades devido a grande demanda de ações de suas responsabilidades.

QUADRO 04 – RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS QUE COMPLEMENTAM AS AÇÕES DO PROGRAMA FORMAÇÃO EM AÇÃO

| ATIVIDADE/AÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO | DESEMPENHO | RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO/ DATA |
|--|---|----------------|----------------|----------------------------|----------------|------------|--------------------------------------|
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| | | Nº | Nº | Nº | Nº | | |
| Ação: Capacitar de forma continuada professores indígenas que atuam na Educação Escolar Indígena para a elaboração de materiais didáticos específicos para os anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio da Ação Saberes Indígenas na Escola. | | | | | | | |
| Realização de oficinas de capacitação para professores orientadores da Ação Saberes Indígenas na Escola | Professores orientadores indígenas Guarani e Kaingang capacitados | 22 | NA | 20 | 22 | NA | SEED/DEDI/CEEI em 30/08/2017 |
| Realização de oficinas de multiplicação da Ação Saberes Indígenas nas escolas | Professores indígenas Guarani e Kaingang capacitados | 200 | NA | 200 | 200 | NA | SEED/DEDI/CEEI em 30/08/2017 |
| Ação: Capacitar de forma continuada Equipes Multidisciplinares, compostas por professores, diretores, pedagogos, agentes educacionais I e II, instâncias colegiadas e segmentos da sociedade, que tem como ação primordial intensificar o diálogo, no sentido de garantir a inserção da história e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar. | | | | | | | |
| Formação das Equipes multidisciplinares nos estabelecimentos de ensino Estaduais, Municipais e Conveniadas | Equipes multidisciplinares de estabelecimentos de ensino formadas | 2.435 | 2.500 | 2.435 | 2.435 | 97,4 | SEED/DEDI/CEEI e CERDE em 30/08/2017 |
| Elaboração de Plano de Ação Anual das Equipes multidisciplinares | Planos de Ação Elaborados | 2.435 | 2.500 | 0 | 0 | 0,0 | SEED/DEDI/CEEI e CERDE em 30/08/2017 |
| Realização do Seminário na Semana da Consciência Negra | Seminário realizados | 2.435 | 2.500 | 0 | 0 | 0,0 | SEED/DEDI/CEEI e CERDE em 30/08/2017 |
| Elaboração do Memorial Descritivo | Memoriais descritivos elaborados | 2.435 | 2.500 | 0 | 0 | 0,0 | SEED/DEDI/CEEI e CERDE em 30/08/2017 |

1.3 RENOVA ESCOLA

O contexto geral, já explicitado no tópico 2.3 que trata dos indicadores de monitoramento do Programa Renova Escola, influenciou também a execução das ações e atividades previstas na EPPI do Programa, tanto que a meta quanto à ampliação e/ou adequação de escolas indígenas não foi atingida, inclusive o protocolo aberto no segundo semestre de 2016 para a contratação de reparo da Escola Estadual Indígena Cacique Tudja Nhanderu - Santa Amélia ainda não foi finalizado até 30 de junho de 2017 (quadro 05). A meta relativa à disponibilização de mobiliários também não foi atingida, pois no primeiro semestre do ano, apenas a Escola Estadual Indígena Cacique Crispin Gỹ Mũ foi beneficiada com mobiliários (quadro 05).

QUADRO 05 – RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDIGENAS

| ATIVIDADE/AÇÕES | Unidade de Medida | REALIZADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO | DESEMPENHO | RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO/ DATA |
|---|--|----------------------------|----------------|----------------------------|----------------|------------|-----------------------------------|
| | | DE 01/01/2010 À 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| | | Nº | Nº | Nº | Nº | | |
| Ação: Ampliar e/ou adequar as escolas indígenas. | | | | | | | |
| Ampliação e/ou adequação de escolas indígenas. | Escolas reformadas, ampliadas e/ou adequadas | 2 | 4 | 0 | 0 | 0,0 | SEED/SUDE em 05/09/2017. |
| Ação: Equipar e mobiliar as escolas indígenas | | | | | | | |
| Aquisição e repasse de equipamentos e mobiliários para escolas indígenas (meta anual) | Escolas equipadas | 36 | 4 | 1 | 1 | 25,0 | SEED/SUDE em 05/09/2017. |
| Ação: Diagnosticar da estrutura física das escolas indígenas | | | | | | | |
| Realizar visitas técnicas às escolas indígenas para a atualização do diagnóstico da estrutura física já cadastrada pela comunidade escolar no sistema de obras da SEED. | Escolas com Diagnóstico | 36 | NA | NA | NA | NA | SEED/SUDE em 05/09/2017. |

Fonte: Unidade de Gerenciamento do Projeto, 2017.

No quadro 06 a seguir estão apresentadas as ações e atividades complementares ao Programa que são realizadas em parceria com instituições do governo federal (FNDE/MEC).

A construção da Escola Estadual Indígena Pindoty – Ilha da Cotonga foi finalizada. Os processos licitatórios para a contratação das obras de construção de quadras esportivas nas escolas indígenas foi finalizado, tendo sido iniciadas as obras.

QUADRO 06 – RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS QUE COMPLEMENTAM AS AÇÕES DO PROGRAMA RENOVA ESCOLA

| ATIVIDADE | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO ACUMULADO | PREVISÃO ANUAL | REALIZADO | REALIZADO | DESEMPENHO | RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO/ DATA |
|--|--------------------------------|---------------------|----------------|----------------------------|----------------|------------|-----------------------------------|
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2016 | DE 01/01/2017 À 30/06/2017 | ATÉ 30/06/2017 | | |
| | | Nº | Nº | Nº | Nº | | |
| Ação complementar: Ampliar a infraestrutura física para o ensino e práticas culturais em terras indígenas | | | | | | | |
| Construção de unidades novas em Terras Indígenas com a utilização de recursos do FNDE/MEC, através do Plano de Ações Articuladas (PAR) | Escolas construídas | 13 | 1 | 1 | 1 | 100,0 | SEED/SUDE. 05/09/2017. |
| Construção de quadras esportivas ² com a utilização de recursos do FNDE/MEC, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) | Quadras esportivas construídas | NA | 9 | 0 | 0 | 0,0 | SEED/SUDE. 05/09/2017. |
| Ação complementar: Assegurar o ensino em terras indígenas não regularizadas | | | | | | | |
| Manter escolas provisórias nas terras indígenas não regularizadas (meta anual) | Escolas provisórias mantidas | 3 | 3 | 3 | 3 | 100,0 | SEED/SUDE. 05/09/2017. |

Fonte: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2017.

1.4. REDE DE MÃE PARANAENSE

Considerando o histórico de altas taxas de mortalidade materna e infantil da população indígena, a SESA classifica a *priore*, como de risco intermediário qualquer gestação indígena. Para reverter tal realidade considera muito importante o trabalho de capacitação das equipes que atuam na atenção primária à saúde nas Terras Indígenas do Paraná.

Entretanto, a saúde indígena é de competência da Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde (MS). Neste contexto, a SESA por meio do Programa Rede Mãe Paranaense atuou em parceria com a SESA/MS, possibilitando a capacitação de 35 profissionais no primeiro semestre de 2017.

A parceria com a SESAI resultou na implantação dos protocolos de estratificação de risco no parto e vinculação aos hospitais de referência para o Programa de 295 gestantes indígenas no primeiro semestre de 2017 e ainda a gestão de 38 casos de gestação de alto risco até esse período.

As taxas de mortalidade materna e infantil nesta população diminuíram de maneira expressiva, após a implantação da Rede Mãe Paranaense, devido à ampliação do cuidado das gestantes no pré-natal, parto e puerpério.

No quadro 07 estão apresentadas as ações e as atividades previstas no Plano Operativo Plurianual do Programa Rede Mãe Paranaense para a implantação da EPPI.

QUADRO 07 – RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO PLANO OPERATIVO PLURIANUAL DO PROGRAMA REDE MÃE PARANAENSE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

| AÇÃO/ATIVIDADE | UNIDADE DE MEDIDA | REALIZADO | PREVISÃO | REALIZADO | REALIZADO | DESEMPENHO | RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO/ DATA |
|---|--|----------------|----------|----------------------------|--------------------------|------------|-----------------------------------|
| | | ATÉ 31/12/2016 | 2017 | DE 01/01/2016 À 30/06/2016 | ACUMULADO ATÉ 30/06/2017 | | |
| | | Nº | Nº | Nº | Nº | | |
| Capacitar (através de atividades de educação permanente) a equipe de enfermagem* que atua nas aldeias indígenas para o cuidado com as gestantes e crianças indígenas (meta anual) | Profissionais de saúde que atuam em terras indígenas capacitados | 83 | 55 | 35 | 35 | 63,6 | SESA/SAS 25/08/2017 |
| Implantar a Gestão de Caso em Aldeias Indígenas (meta anual) | Gestantes e crianças indígenas até 01 ano de vida com acompanhamento | 62 | 40 | 38 | 38 | 95,0 | SESA/SAS 25/08/2017 |
| Estratificar gestantes indígenas como Risco Intermediário durante o seu pré-natal e referenciar para ao hospital com melhor condição para atendê-la (meta anual) | Gestantes indígenas com risco estratificado como intermediário | 524 | 400 | 295 | 295 | 73,8 | SESA/SAS 25/08/2017 |

Fonte: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2017.

2. MARCO REFERENCIAL DA POLÍTICA DE REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

Em 2012, quando foi elaborado o Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário ainda não eram conhecidos, com exatidão, os limites físicos das intervenções previstas, nem as próprias demandas por realocação de famílias decorrentes dessas intervenções.

Naquele momento o entendimento tanto do Estado quanto do Banco foi de que apenas a ação de adequação de estradas rurais prevista no PRORURAL teria potencial mínimo de causar reassentamento involuntário.

Entretanto, durante a missão da Especialista em Salvaguarda Social do Banco realizada em dezembro de 2014 foi verificado que as seguintes ações também possuem potencial mínimo de causar reassentamento involuntário: i) instalação de sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais do Programa Gestão do Solo e Água em Microbacias; ii) ampliação e reforma de prédios escolares, e; iii) reformas, ampliações e construção de unidades básicas de saúde.

A Revisão de Meio Termo do Projeto reafirmou a necessidade de atualizar o Marco Referencial da Política de Reassentamento Involuntário com a máxima brevidade possível. Sendo assim foi enviada ao Banco para análise uma versão atualizada do documento em novembro de 2016.

A seguir serão apresentadas as atividades realizadas e previstas no âmbito da implementação dos Programas, além das informações de contexto que interferem na operacionalização da OP 4.12 (Salvaguarda de Reassentamento Involuntário). Assim como no quadro 08 estão resumidas todas essas ações.

2.1 PRORURAL

Até 30 de junho de 2017 nenhum quilômetro de estrada foi readequado com recursos do Programa. No entanto, foram tomadas as providências para a assinatura de convênios entre a SEAB e os consórcios intermunicipais selecionados para a cessão de uso das patrulhas rodoviárias que foram adquiridas. Assim como foram realizadas atividades administrativas visando à assinatura de convênios para o repasse de recursos para o custeio dos serviços de adequação, manutenção e melhoria de trechos críticos de estradas rurais que foram priorizados no Plano Operativo Anual do PRORURAL.

Nesse contexto há a perspectiva de que os serviços tenham início no segundo semestre de 2017, após, a análise do Banco do resumo dos três primeiros processos contendo a Ata de Consulta à Comunidade, a Ficha de Identificação de Impactos de Reassentamento Involuntário e os Termos de Anuência quanto ao projeto da obra de cada um dos lindeiros à estrada.

2.2. PROGRAMA GESTÃO DE SOLO E ÁGUA EM MICROBACIAS

Até dezembro de 2014 foram perfurados 185 poços, entretanto até 30 de junho de 2017 somente 107 destes tinham sistemas de distribuição de água instalados e apenas 54 com documentação do terreno regularizado. O AGUASPARANÁ continua as tratativas com 58 prefeituras municipais, visando à finalização da canalização da água dos poços para as casas. Ainda, 10 poços perfurados foram considerados tecnicamente inviáveis e os outros 10 estão incluídos no processo licitatório para garantir a realização de obras complementares, pois apesar de secos na primeira perfuração é justificável uma nova tentativa.

Um levantamento detalhado da situação dos sistemas de distribuição e da regularidade dos terrenos dos poços já perfurados será finalizado no segundo semestre de 2017 para embasar a elaboração do Plano de Ação para a regularização dos passivos.

No primeiro semestre de 2017 foram realizadas atividades administrativas para a qualificação do Edital de licitação para a contratação de novas obras, havendo a perspectiva de que no segundo semestre de 2017 a licitação seja realizada. Vale destacar que as obras de complementação de 18 poços estão contempladas no edital da nova licitação.

2.3 RENOVA ESCOLA

No âmbito da implementação do Renova Escola, foram reformadas ou ampliadas 337 escolas até dezembro de 2016 e outras 7 no primeiro semestre de 2017, totalizando 344 obras.

Em conformidade com a legislação e tendo em vista as recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE) os procedimentos adotados pelo Estado para a operacionalização do Programa impedem a realização de intervenções em prédios escolares localizados em terrenos irregulares. Neste contexto, até o primeiro semestre de 2017 não foram identificados casos de reassentamento involuntário.

O Relatório de Vistoria do Terreno, que vem sendo preenchido pelos engenheiros da FUNDEPAR antes da elaboração do projeto da obra, inclui questões relacionadas ao terreno e os demais impactos relacionados com reassentamento involuntário, tais como impedimento de acesso a estruturas de lazer ou a fontes de água por exemplo.

2.4 REDE MÃE PARANAENSE

As obras relativas à construção das Unidades Básicas de Saúde (UBS) previstas no Programa Rede Mãe Paranaense são realizadas pelos municípios. Sendo assim, a SESA repassa recursos a estes entes através de convênios ou por meio de transferências do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde.

Até dezembro de 2016 foram concluídas, pelos municípios, 244 UBS. E no primeiro semestre de 2017 foram concluídas 26, totalizando 270 obras.

Tendo em vista as determinações da legislação e considerando as recomendações do TCE, a SESA somente repassa recursos para a construção de UBS em terrenos públicos regulares. Sendo assim, não foram identificados no período casos de reassentamento involuntário.

2.5 RESUMO DAS AÇÕES

No Quadro 08 estão resumidas as ações previstas, realizadas e programadas.

QUADRO 08 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO ÂMBITO DAS SALVAGUARDAS PARA REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO (continua)

| PROGRAMA | EXECUTOR | AÇÕES COM POTENCIAL MÍNIMO DE CAUSAR REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO | ATIVIDADES REALIZADAS | ATIVIDADES PREVISTAS |
|---|----------|--|--|--|
| Desenvolvimento Econômico e Territorial (PRÓ-RURAL) | SEAB | Adequação de estradas rurais. | *Nenhum quilômetro de estrada rural foi readequado no âmbito da operacionalização do Programa. *Foram adquiridas as patrulhas rodoviárias; *Foram assinados Convênios para o repasse aos Consórcios Intermunicipais dos bens adquiridos. | *Conclusão dos convênios com os consórcios municipais para o repasse das patrulhas rodoviárias no primeiro semestre de 2017. *Início das obras pelos consórcios em 2017. |
| Gestão do Solo e Água em Microbacias | SEAB | Instalação de sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais. | *185 poços perfurados até dezembro de 2014, apenas 107 possuem sistemas de distribuição de água instalados e 54 destes estão sob terrenos regularizados até 30 de junho de 2017. *Foram realizadas atividades administrativas no sentido de viabilizar o processo licitatório para a construção de novos poços. *Nenhum caso de reassentamento involuntário foi identificado no período. | *Conclusão de processo licitatório para a perfuração de novos poços está prevista para o primeiro semestre de 2017. *Elaboração de Plano de Ação para regularização dos terrenos dos poços já perfurados. |
| Renova Escola | SEED | Ampliação e/ou adequação de escolas. | *337 escolas reformadas ou ampliadas até dezembro de 2016; *7 escolas com obras descentralizadas para reparos no primeiro semestre de 2017. *Não foram identificados casos de reassentamento involuntário neste período. | As obras que estão em execução pelo Programa serão concluídas. |

QUADRO 08 - RESUMO DE ATIVIDADES REALIZADAS E PREVISTAS NO ÂMBITO DAS SALVAGUARDAS PARA REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

(fim)

| PROGRAMA | EXECUTOR | AÇÕES COM POTENCIAL MÍNIMO DE CAUSAR REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO | ATIVIDADES REALIZADAS | ATIVIDADES PREVISTAS |
|---------------------|----------|--|--|--|
| Rede Mãe Paranaense | SESA | Construção e reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBSs). | *244 UBS concluídas até dez 2016. *26 UBS concluídas no primeiro semestre de 2017. *Nenhum caso de reassentamento involuntário foi identificado. | As obras que estiverem em andamento com recursos do Programa serão concluídas. |

Fonte: Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), 2017.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Project Appraisal Document (PAD): Brazil - SWAp for Parana Multi-Sector Development Project. Washington, DC, 2012. (Report. nº 67.388 – BR). For official use only.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Formação em Ação**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/9_formacao_acao.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Gestão de Riscos Naturais e Antrópicos**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/7_gestao_riscos.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Gestão de Solos e Água em Microbacias**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/2_microbacias.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico Programa Mãe Paranaense**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/5_mae_paranaense.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Modernização do Sistema de Licenciamento Ambiental**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/8_modernizacao_sema.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico Programa Pró-Rural**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/1_prorural.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Renova Escola**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/3_renova_escola.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Rede de Urgência e Emergência**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/6_urgencia_emergencia.pdf>. Acesso em: set. 2014.

IPARDES. **Modelo Lógico do Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/4_avaliacao_aprendizagem.pdf>. Acesso em: set. 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Centro de Coordenação de Desenvolvimento Governamental. **Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná**: Manual Operativo. Curitiba, 2014. v.1.